UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA
LINHA DE PESQUISA: FAMÍLIA, INTERAÇÃO SOCIAL E SAÚDE

HELGA COSTA CARVALHO RODRIGUES

CONJUGALIDADE FINANCEIRA:
MANEJO E INTERFERÊNCIA DO DINHEIRO NA VIDA DO CASAL

RECIFE

2018

HELGA COSTA CARVALHO RODRIGUES

**CONJUGALIDADE FINANCEIRA:
MANEJO E INTERFERÊNCIA DO DINHEIRO NA VIDA DO CASAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como parte da obtenção do título de mestre em Psicologia.

Orientadoras: Prof.^a Dr.^a Cristina Maria de Souza Brito Dias e Prof.^a Dr.^a Cláudia Mara Bosetto Cenci

RECIFE

2018

Ficha catalográfica

HELGA COSTA CARVALHO RODRIGUES

**CONJUGALIDADE FINANCEIRA:
MANEJO E INTERFERÊNCIA DO DINHEIRO NA VIDA DO CASAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, como parte da obtenção do título de mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Cristina Maria de Souza Brito Dias - UNICAP
Presidente da Banca

Prof.^a Dr.^a Cláudia Mara Bosetto Cenci - IMED

Prof.^a Dr.^a Lúcia Vaz de Campos Moreira - UCSAL

Prof.^a Dr.^a Marisa Amorim Sampaio - UNICAP

Aos meus pais, Francisco e Sílvia, que sempre apoiaram e incentivaram meus estudos, nunca medindo esforços para me proporcionar uma boa educação.

À minha irmã Erica, que com seu grandioso coração, sempre acreditou em meu potencial.

Ao meu marido Rodrigo, pessoa que escolhi e com quem amo partilhar a vida.

AGRADECIMENTOS

A elaboração deste trabalho não teria sido possível sem a colaboração, estímulo, empenho e participação de diversas pessoas. Gostaria, portanto, de expressar toda a minha gratidão e apreço a todos aqueles que, direta ou indiretamente, contribuíram para que esta dissertação se tornasse uma realidade. A todos quero manifestar os meus sinceros agradecimentos.

Não poderia deixar de agradecer à minha família, pela força, pelo incentivo constante, carinho e compreensão que sempre me prestaram ao longo de minha vida. Aos meus pais que sempre primaram pela minha Educação. À minha mãe, que sempre tem o melhor colo e as palavras mais acolhedoras. Ao meu pai, por me deixar o importante legado da sapiência, ensinando-me, desde a mais tenra idade, que este é o único bem que não podem me tomar. À minha irmã, que nos momentos de angústia e desespero me recebia de braços abertos com deliciosas guloseimas e com o “nosso chá preto”. Agradeço imensamente por poder dividir minha vida com vocês.

Ao meu marido agradeço a paciência, os conselhos e a felicidade diária que me proporciona mesmo na correria de nossas vidas. Obrigada pela forma carinhosa e “única” de me incentivar na busca pelos meus anseios.

Aos meus amigos, nem sempre presentes fisicamente, mas que acreditaram e me apoiaram nesta caminhada. Aos colegas do mestrado, pelas alegrias, tristezas e dores compartilhadas.

À minha supervisora, Diva, pela paciência e incentivo constantes e, claro, pelo ombro amigo e pelas palavras acolhedoras.

À minha orientadora, professora Cristina, pela paciência na orientação e incentivo, acreditando na minha capacidade para conclusão desta dissertação. À minha orientadora, professora Cláudia, que com muito carinho dividiu comigo seus conhecimentos. Mas agradeço, principalmente, por compartilhar comigo sua família e seu lar. Obrigada por me acolher e caminhar ao meu lado nesta jornada. À família da professora Cláudia que me recebeu tão amavelmente. À Vó Glória, por me receber em sua casa e em seu coração. Pelos ensinamentos e pelo acalento nas noites frias.

À professora Lúcia gostaria de agradecer pelo convite aceito para participar da banca examinadora, e pelas importantes contribuições. Às professoras Albenise e Marisa, pelas ricas contribuições para a produção deste trabalho, assim como gostaria de agradecer pelo convívio, apoio, compreensão e pela amizade.

Meus agradecimentos à Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP) e à Faculdade Meridional (IMED), por colaborarem com a minha formação.

Aos colegas da Faculdade Meridional (IMED) por compartilharem comigo momentos e conhecimentos.

Aos meus chefes do Hospital do Tricentenário, por compreenderem minha ausência e permitirem espaço para realização do Mestrado.

E, por último, mas não menos importante, agradeço aos indivíduos que se dispuseram a participar da pesquisa. Obrigada pela atenção e paciência. Sem a participação de vocês a coleta dos dados não teria sido possível.

A todos o meu sincero e profundo muito obrigado!

“Não importa o que fizeram com você. O que importa é o que você faz com aquilo que fizeram com você.”

(Jean Paul Sartre)

“Renunciar ao amor parecia-me tão insensato como desinteressarmo-nos da saúde porque acreditamos na eternidade.”

(Simone de Beauvoir)

RESUMO

O dinheiro faz parte do desenvolvimento humano e está presente em todas as relações. As questões econômicas influenciam o comportamento das pessoas, apresentando, dessa forma, rebatimentos nas relações conjugais. O dinheiro tem um significado próprio para cada ser humano e durante a constituição da conjugalidade será estabelecida uma maneira particular de administração das finanças por parte do casal. Por sua vez, os casais podem enfrentar problemas relacionados a questões de ordem financeira. Nesse sentido, esta dissertação pretendeu compreender a influência do manejo do dinheiro no exercício da conjugalidade, tendo como objetivos específicos: a) analisar o significado que o dinheiro tem para o indivíduo; b) identificar a forma de manejo do dinheiro escolhida pela díade conjugal; c) reconhecer a existência de possíveis conflitos enfrentados pelo casal, relacionados às questões financeiras; d) distinguir estratégias de enfrentamento utilizadas pelo casal na tentativa de resolução de possíveis conflitos atravessados pelas questões financeiras. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa da qual participaram oito sujeitos, sendo quatro mulheres e quatro homens (não casados entre si), heterossexuais, de camadas médias, sem filhos, na faixa etária entre 25 e 40 anos. Eles responderam a um questionário sociodemográfico, que teve como objetivo a coleta de informações relevantes acerca do público estudado, e a uma entrevista conduzida de forma semidirigida, composta de questões relacionadas aos objetivos da pesquisa. As respostas à entrevista foram analisadas com base na análise de conteúdo temática. Os principais resultados indicam que: a forma como os casais manejam as finanças apresenta influência no exercício da conjugalidade; o significado do dinheiro é diretamente influenciado pelos padrões de comportamentos financeiros herdados e ensinados pela família de origem; questões de ordem financeira são passíveis de gerarem conflitos; casais que enfrentam conflitos econômicos utilizam estratégias de negociação e diálogo na busca da resolução do problema. Espera-se poder contribuir no sentido de ampliar a compreensão e a visibilidade acerca dessa temática, bem como proporcionar subsídios para o trabalho de profissionais que lidam com casais em conflitos, visto que pesquisas relacionadas ao assunto proposto ainda são escassas na realidade brasileira.

Palavras-chave: Dinheiro. Relação Conjugal. Conflitos. Conjugalidade financeira.

ABSTRACT

Money is part of human development and it is present in all relationships. Economic issues influence the behavior of people, thus presenting refutations in marital relationships. Money has its own meaning for each human being and during the constitution of conjugality a particular way of managing the finances on the part of the couple will be established. In turn, couples may face problems related to financial issues. In this sense, this dissertation sought to understand the influence of money management in the exercise of conjugality, having as specific objectives: a) to analyze the meaning that money has for the individual; b) identify the way of managing the money chosen by the conjugal dyad; c) recognize the existence of possible conflicts faced by the couple, related to financial matters; d) distinguish coping strategies used by the couple in an attempt to resolve possible conflicts over financial issues. This is a qualitative research in which eight subjects participated, being four women and four men (not married to each other), heterosexuals, of middle class, without children, aged between 25 and 40 years. They answered a sociodemographic questionnaire, which had as objective to collect relevant information about the studied public, and an interview conducted in a semi-directed way, composed of questions related to the objectives of the research. The responses to the interview were analyzed based on the thematic content analysis. The main results indicate that: the way couples manage finances influences the exercise of conjugality; the meaning of money is directly influenced by the patterns of financial behavior inherited and taught by the family of origin; financial issues are likely to create conflicts; couples facing economic conflicts use negotiation and dialogue strategies to solve the problem. It is hoped to be able to contribute to broaden the understanding and visibility about this subject, as well as to provide subsidies for the work of professionals dealing with couples in conflicts, since research related to the proposed subject is still scarce in the Brazilian reality.

Keywords: Money. Conjugal relationship. Conflicts. Financial Conjugality.

RESUMEN

El dinero hace parte del desarrollo humano y él está presente en todas las relaciones. Las cuestiones económicas influyen el comportamiento de las personas, presentando, de esa forma, secuelas en las relaciones conyugales. El dinero tiene un significado propio para cada ser humano y durante la constitución de la conyugalidad será establecida una manera particular de administración de las finanzas por parte de la pareja. Por su vez, las parejas pueden enfrentar problemas relacionados a cuestiones de naturaleza financiera. En ese sentido, este trabajo ha pretendido comprender la influencia del manejo del dinero en el ejercicio de la conyugalidad, teniendo como objetivos específicos: a) analizar el significado que el dinero tiene para el individuo; b) identificar la forma de manejo del dinero elegido por la díada conyugal; c) reconocer la existencia de posibles conflictos enfrentados por la pareja, relacionados a las cuestiones financieras; d) distinguir estrategias de enfrentamiento utilizadas por la pareja en el intento de resolución de posibles conflictos cruzados por las cuestiones financieras. Se trata de una investigación de naturaleza cualitativa de la cual participaron ocho sujetos, siendo cuatro mujeres y cuatro hombres (no casados entre ellos), heterosexuales, de camadas medianas, sin hijos, en grupos de edad entre 25 y 40 años. Ellos respondieron a un cuestionario sociodemográfico, que tuvo como objetivo la colecta de informaciones relevantes acerca del público estudiado, y a una entrevista conducida de forma semiestructurada, compuesta de cuestiones relacionadas a los objetivos de la investigación. Las respuestas a la entrevista han sido analizadas con base en el análisis de contenido temática. Los principales resultados indican que: la forma como las parejas manejan las finanzas presenta influencia en el ejercicio de la conyugalidad; el significado del dinero es directamente influenciado por los patrones de comportamientos financieros heredados y enseñados por la familia de origen; cuestiones de orden financiera son susceptibles de generar conflictos; parejas que enfrentan conflictos económicos utilizan estrategias de negociación y diálogo en la búsqueda de la resolución del problema. Se espera poder contribuir en el sentido de ampliar la comprensión y la visibilidad acerca de esa temática, así como proporcionar subsidios para el trabajo de profesionales que tratan con parejas en conflictos, visto que investigaciones relacionadas al tema propuesto aún son escasas en la realidad brasileña.

Palabras clave: Dinero. Relación Conyugal. Conflictos. Conyugalidad financiera.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	O CASAMENTO AO LONGO DA HISTÓRIA	18
2	O DINHEIRO NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE: SIGNIFICADO E PRESENÇA NO CICLO VITAL DA FAMÍLIA	28
2.1	O dinheiro e seus significados	29
2.2	O dinheiro e sua influência no relacionamento a dois	31
3	CONJUGALIDADE E DINHEIRO	37
3.1	Dinheiro e conflito	46
4	OBJETIVOS E MÉTODO	52
4.1	Objetivo geral	52
4.2	Objetivos específicos	52
4.3	Método	52
4.3.1	Delineamento	52
4.3.2	Participantes	53
4.3.3	Instrumentos	53
4.3.4	Procedimentos de coleta dos dados	54
4.3.5	Procedimento de análise dos dados	54
4.3.6	Procedimentos éticos	55
5	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS	56
5.1	Significado do dinheiro	57
5.2	Herança transgeracional e compromisso financeiro do casal	60
5.3	Manejo do dinheiro no relacionamento conjugal	65
5.3.1	Sistema de gestão independente do dinheiro	67
5.3.2	Sistema de gestão compartilhada do dinheiro	69
5.3.3	Sistema de gestão mista (independente e compartilhada)	71
5.3.4	Sistema de gerenciamento total dos gastos	72

5.4	Conflitos relacionados à conjugalidade financeira	78
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
	REFERÊNCIAS	87
	APÊNDICES	99
	APÊNDICE A - Questionário sociodemográfico	100
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista	102
	APÊNDICE C - Termo de consentimento livre e esclarecido	103

INTRODUÇÃO

O dinheiro possui um caráter simbólico, um significado que é construído a partir dos relacionamentos estabelecidos pelo sujeito ao longo do seu desenvolvimento. Dentre os infinitos significados atribuídos a ele encontram-se aspectos positivos e negativos (CENCI et al., 2017). Na díade conjugal, portanto, podem existir simultaneamente diferenças não apenas no significado do dinheiro, mas também na forma de manejo. O casal pode não conhecer os aspectos intrínsecos e inconscientes relacionados ao universo de símbolos, crenças e significados do dinheiro. Nesse sentido, o casal pode ter afinidades ou pontos divergentes, o que pode ocasionar sofrimento em decorrência da função cotidiana de tomar decisões que dizem respeito à vida econômica conjugal (ATWOOD, 2012).

No contexto relacional dos casais, a presença do aspecto financeiro tem merecido importante destaque. O dinheiro, no cotidiano da humanidade, tem sido objeto de estudo pelas mais diferentes áreas de conhecimento. O interesse pela questão econômica se intensificou nas últimas décadas, uma vez que está presente em todas as relações humanas (GUIMARÃES, 2007).

O casamento é um dos componentes do ciclo de vida familiar, podendo ser encontrado nas mais diferentes culturas (LEVY, 2009). Na atualidade, no que tange à conjugalidade, é possível perceber a convivência de dois modelos, quais sejam, o tradicional, no qual social e culturalmente os papéis de gênero se encontram bem definidos, isto é, ao homem fica delegada a dimensão do público, tão reconhecida socialmente, enquanto à mulher cabe o espaço da esfera privada, estando, principalmente, responsável pelos afazeres domésticos. No modelo contemporâneo, em contrapartida, os enquadres sociais e culturais encontram-se menos enrijecidos, possibilitando aos casais relações mais flexíveis e menos restritas (NEGREIROS; FÉRES-CARNEIRO, 2004).

Staudt e Wagner (2008) compreendem que no modelo tradicional o casamento é indissolúvel, monogâmico e cumpre a função da reprodução. Assim como Negreiros e Féres-Carneiro (2004), os referidos autores entendem que os papéis de gênero se encontram pré-definidos. O homem é o responsável pela manutenção econômica da família, ocupando os espaços valorizados e reconhecidos socialmente, os espaços públicos. A mulher fica responsável pela maternidade bem como pelo cuidado do lar, ficando restrita à esfera privada. Contudo, na contemporaneidade é permitida à mulher a conquista de espaço na vida pública. Ela passa a investir em si e na vida profissional, lutando por relações mais igualitárias. Aos

homens, por sua vez, compete a busca por uma maior participação e engajamento na vida do lar, assim como a conquista de credibilidade na esfera doméstica.

As mudanças ocorridas, no que diz respeito ao casamento, no decorrer da história da humanidade devem ser observadas atentamente, como propõem Carvalho e Paiva (2010). Os motivos que levaram homens e mulheres a se unirem mudaram bastante com o passar dos anos. Os relacionamentos da atualidade, diferentemente de outrora, são permeados por maior liberdade. Todavia, não se deve esquecer que o casamento ainda possui um significado importante, uma vez que ele demanda um elevado nível de investimento e comprometimento afetivo. A forma de os casais vivenciarem suas relações sofre influências sociais, culturais, históricas e econômicas (FÉRES-CARNEIRO, 1998).

Uma forma de relacionamento conjugal que passou a ser bastante difundida na década de 70 foi a coabitação. De acordo com Menezes e Lopes (2007), este fenômeno mundial vem ocorrendo com bastante frequência na atualidade. Este tipo de relacionamento conjugal não tradicional passou a ser vivenciado como um estilo de vida alternativo para alguns casais (BÉJIN, 1985; DIAS, 2000). Para muitos, a coabitação tem sido um momento de transição para o casamento, concebendo-a como uma etapa anterior ao casamento propriamente dito, mas diferente de um namoro ou noivado, por ser mais avançada. A coabitação já faz parte do ciclo de vida dos casais – entendendo que do mesmo modo que há um ciclo de vida das famílias existe um ciclo próprio para os casais – e acaba por propiciar não apenas um preparo para os casais com relação às vivências do casamento propriamente dito, mas ainda permite a construção de expectativas menos idealizadas acerca do matrimônio (MENEZES; LOPES, 2007).

A contemporaneidade trouxe consigo novas formas de relacionamento. Ennes (2006) afirma que uma grande mudança ocorrida no âmbito da conjugalidade foi não apenas o reconhecimento das uniões estáveis, mas a sua legalização perante a Justiça. A união estável, compreendida enquanto relação não matrimonial estabelecida entre dois indivíduos, passa a ser considerada uma entidade familiar. Neste tipo de união existe a convivência pública, contínua e duradoura com o objetivo de constituição de uma família (DIAS, 2017).

Dessa forma, a união entre os indivíduos passou a ser estabelecida não apenas pela via do casamento, mas também por meio de uniões formais e informais, sendo possível, inclusive, a existência do divórcio. A partir das novas formas de relacionamento e do aumento do número de divórcios, como consequência passaram a coexistir, com maior frequência, várias configurações familiares, como: nuclear, monoparental, homoafetiva, recasada, entre outras possibilidades.

Guimarães (2007) afirma que a partir das mudanças econômicas, sociais, políticas e industriais ocorridas, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, novos padrões de comportamento social foram estabelecidos. Frente a estas mudanças, de acordo com Cloé Madanes e Cláudio Madanes (1997), o dinheiro passou a ser a força motriz do mundo, fazendo parte do desenvolvimento humano. E dessa forma, o dinheiro também se fez presente na trama do relacionamento conjugal (GUIMARÃES, 2007).

A vida econômica da díade conjugal, a forma de manejo do dinheiro, a influência das famílias de origem, assim como a influência inegável dos aspectos sociais, culturais e de gênero são elementos presentes no processo de gerenciamento das finanças (CENCI et al., 2017). De acordo com estas autoras, o processo de administração do dinheiro se torna evidente a partir do casamento, pois chegará o momento de o casal decidir como o dinheiro será utilizado.

A organização das finanças, todavia, torna-se desafiadora quando se leva em consideração o tipo de sociedade em que os casais se encontram inseridos. Na contemporaneidade vive-se em uma sociedade caracterizada pelo consumo excessivo de bens e serviços (CENCI et al., 2017). De acordo com Bauman (2008, p. 12):

a instabilidade dos desejos, a insaciabilidade das necessidades e o consumo instantâneo pertencem à sociedade de consumo, que prospera enquanto consegue manter a perpétua não satisfação, na medida em que deprecia um produto de consumo logo após ser lançado e desejado pelo consumidor.

A busca incessante por essa tão desejada felicidade “comercializada”, por cada novo desejo que surge, pode levar a conflitos (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997; CENCI et al., 2017). Os conflitos, por sua vez, podem estar relacionados ao dinheiro (ou à falta deste) e aos anseios que ele pode satisfazer (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997). De acordo com Cloé Madanes e Cláudio Madanes (1997), não se tem controle sobre o materialismo, e os estresses e as pressões geradas por este mundo consumista elevam os níveis de angústia e de ansiedade. A ansiedade, contudo, segundo os autores, pode revelar o significado secreto do dinheiro.

Collins (2006), consultora financeira e psicóloga, compreende que o dinheiro, assim como o amor, afeta os relacionamentos. Portanto, ele não é apenas objeto de poder financeiro, mas também um objeto com significado emocional, e, dessa forma, pode ter, como consequência, influências nos comportamentos das pessoas (ROSE; ORR, 2007). Cloé Madanes e Cláudio Madanes (1997) compreendem que a representação do dinheiro muitas

vezes tem papel significativo nos conflitos mais primários de um casal, visto que o mesmo se encontra como base da vida conjugal/familiar.

A temática do dinheiro, dessa forma, está presente nos conflitos dos casais, podendo ocorrer quer por divergências na forma como o dinheiro é manejado na conjugalidade, quer por conflitos relacionados diretamente ao seu montante (MOSMANN; FALCKE, 2011; PAPP; CUMMINGS; GOECKE-MOREY, 2009). De acordo ainda com Harth (2013), os conflitos também podem estar relacionados ao *status* financeiro do casal – posição social.

Os conflitos sempre estarão presentes nas relações entre sujeitos, todavia, cabe mencionar que as questões financeiras dos casais possuem grande capacidade de desencadeá-los (MOSMANN; FALCKE, 2011). Deve-se estar atento às estratégias utilizadas pelos casais na resolução dos conflitos, pois há casais que buscam a resolução por meio de estratégias de negociação e comunicação, utilizando-se da capacidade dialógica, e até mesmo da persuasão, enquanto que há outros que acabam adotando métodos ineficazes, fazendo uso da agressão e até mesmo da violência (BARRETO et al., 2009; FIGUEREDO, 2005).

Féres-Carneiro (1998) chama a atenção para a dificuldade existente na constituição de um casal, uma vez que são duas histórias de vida e duas formas de lidar com as adversidades das relações interpessoais diferentes, inclusive com concepções distintas acerca do dinheiro, que terão que conciliar duas individualidades em uma conjugalidade. Enquanto a individualidade se refere a cada parceiro, a conjugalidade diz respeito à vivência conjunta (GUIMARÃES, 2003). Coelho (2013) afirma que, a partir da constituição de um novo casal, decisões antes tomadas de forma individual passam a ser, agora, partilhadas, ou seja, decisões econômicas e financeiras passam a seguir uma lógica de cooperação e partilha.

Não se pode esquecer, contudo, que há influência dos papéis de gênero na gestão financeira dos casais (COELHO, 2013). Nesse contexto, diante das relações de consumo, frente às questões financeiras, às possibilidades de situações de desemprego, diminuição da renda e aumento das dívidas, percebemos que o grau de satisfação e a estabilidade conjugal podem ser afetados. Assim, de acordo com Harth (2013, p. 12), “[...] ao mesmo tempo em que o bem-estar econômico soma-se a aspectos positivos da relação, as dificuldades financeiras também podem gerar conflito”.

Koller, Antoni e Carpena (2012) dizem, inclusive, que há uma associação entre as dificuldades econômicas e um maior risco de rompimento de relações. Guimarães (2007, p. 11) corrobora com as ideias desses autores, afirmando que:

atualmente, o fator econômico continua sendo um ponto importante no relacionamento a dois, podendo estar relacionado a dificuldades que levam a separações, quando o dinheiro entra na contramão dos sentimentos.

Problemas de ordem financeira podem vir a interferir, inclusive, na intimidade do casal (HARDIE; LUCAS, 2010). O nível socioeconômico dos cônjuges também se apresenta enquanto variável que tem rebatimentos nas relações conjugais, podendo, inclusive, gerar conflitos de tal ordem que podem até mesmo desaguar em casos de separação. Conhecer os padrões de despesas, o controle sobre os recursos e os processos de tomada de decisão dos casais em matéria financeira acaba por nos ajudar a compreender os comportamentos econômicos do casal nos permitindo pensar acerca de intervenções variadas, buscando promover o bem-estar familiar/conjugal (COELHO, 2013).

Mediante consulta realizada nas bases de dados PsycINFO, *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Periódicos Eletrônicos de Psicologia (PePSIC), evidenciou-se que estudos sobre as questões financeiras nas relações conjugais ainda são escassos no Brasil (CENCI et al., 2017). Visto o dinheiro ter um importante papel nas relações conjugais, justifica-se o interesse pelo assunto e a importância desse tema para pesquisas acadêmicas. Diante disso, a presente dissertação de mestrado tem por objetivo compreender a influência do manejo do dinheiro no exercício da conjugalidade. Os objetivos específicos são: a) analisar o significado que o dinheiro tem para o indivíduo; b) identificar a forma de manejo do dinheiro escolhida pela díade conjugal; c) reconhecer a possibilidade de conflitos enfrentados pelo casal, relacionados às questões financeiras e d) distinguir estratégias de enfrentamento utilizadas pelo casal na tentativa de resolução de possíveis conflitos atravessados pelas questões financeiras.

Neste estudo utilizou-se, como referencial teórico, o pensamento sistêmico que busca compreender o desenvolvimento humano sob a perspectiva da complexidade, lançando seu olhar não apenas para o indivíduo isoladamente, mas considerando, principalmente, o seu contexto e as relações estabelecidas dentro deste.

Esta dissertação está composta por quatro capítulos: o primeiro discorre sobre o casamento ao longo da história, no qual se realizou um estudo sobre a evolução e as transformações sofridas pelo casamento no decorrer da história da humanidade. O segundo versa sobre um breve histórico acerca do dinheiro, seus significados e sua presença no ciclo vital da família. O terceiro estabelece uma relação entre a conjugalidade e o dinheiro. No quarto capítulo são apresentados os resultados e a discussão realizada a partir dos dados coletados nas entrevistas, dialogando com os teóricos estudados.

1 O CASAMENTO AO LONGO DA HISTÓRIA

A partir da definição do Dicionário Aurélio *on-line* (2016), é possível compreender casamento como: (1) ato ou efeito de casar; (2) contrato de união ou vínculo entre duas pessoas que institui deveres conjugais; (3) cerimônia ou ritual que efetiva esse contrato ou união e (4) união, associação, vínculo. Mas o casamento nem sempre foi assim compreendido, pois, no decorrer da história da humanidade ele passou por distintas concepções.

Sendo o casamento um dos componentes do ciclo de vida da família, pode ser encontrado nas mais diferentes culturas e, mesmo tendo sofrido diversas modificações em termos de conceituação, a ideia de relação entre o casal sempre esteve presente na história do homem, sendo até mesmo anterior ao período de civilização. Levy (2009) afirma que a escolha dos cônjuges, em todas as sociedades humanas, seja em sociedades tribais, civilizadas, rurais, urbanas, tradicionais ou modernas, segue regras próprias. A escolha dos cônjuges não era assunto apenas de responsabilidade da ordem familiar e, durante muitos séculos, ela foi regida por costumes das épocas correspondentes, assim como pelas leis dos reinos e da igreja. Para a igreja, por exemplo, a união resultante dessa relação era vista como sagrada, sendo entendida como matrimônio, enquanto que para o direito ela sempre foi entendida como simples ato jurídico, sendo denominada casamento.

O casamento, tal qual se observa na contemporaneidade, sofreu influência das mais diversas formas de relacionamentos entre casais existentes ao longo da história. Para compreender a atual concepção faz-se necessário levar em consideração não só as questões sócio-históricas nas quais a mesma se inscreve, mas, como bem pontua Menezes (2006), deve-se observar os aspectos religiosos e familiares imbuídos nesse processo. Deve-se ainda ponderar com atenção a importância da visão pessoal dos indivíduos envolvidos.

A partir de agora o foco será direcionado aos estudos de Engels, por ser uma obra clássica e por sua importância. Engels (1984), utilizando-se das pesquisas realizadas por Morgan (1976), concluiu que antes mesmo da existência da civilização humana, mais precisamente em uma época primitiva, na época dos povos selvagens, havia um comércio sexual que o autor compreendia como promíscuo. As mulheres pertenciam a todos os homens bem como os homens pertenciam a todas as mulheres da tribo. Existia, portanto, entre os homens a poligamia enquanto que entre as mulheres existia a poliandria. Apesar de não haver provas diretas destes fatos, muitos autores sustentam essa hipótese. Contudo, mesmo diante dessa forma de relacionamento era possível perceber a existência de uma ideia de casamento; contudo, ele se dava em termos grupais, ou seja, o casamento se dava a partir do

pertencimento mútuo entre grupos de homens e grupos de mulheres. Nessa época não existiam limites proibitivos para as relações sexuais e não havia sequer a proibição do incesto.

Lorimer Fison e Morgan, na década de 70, como afirma Engels (1984), pesquisaram acerca dos matrimônios por grupos, compreendendo que não eram os indivíduos, mas sim grupos inteiros que estavam casados uns com os outros. Existia casamento entre classes, e não entre indivíduos, quer dizer, os homens de uma determinada classe eram casados com todas as mulheres de outra classe, assim como as mulheres eram casadas com todos os homens de uma classe diferente. Não havia, portanto, restrições em termos de consanguinidade nem tampouco de idade; a única regra era que fossem de classes exógamas, ou seja, de classes distintas. Mas nesses matrimônios por grupos, como explicitado anteriormente, já se percebia a existência de relações exclusivistas. Estas poderiam ser duradouras ou não, quer dizer, já se observava o convívio de uma certa monogamia junto à poligamia.

Posteriormente, é possível verificar uma tendência para impedir o casamento entre consanguíneos, fato este que pôde ser constatado nas pesquisas realizadas por Engels (1984) a partir dos estudos do missionário inglês Lorimer Fison, na Austrália. O primeiro autor afirma que este missionário descobriu que a proibição acabava por ocorrer de forma espontânea e sem se ter consciência clara dos objetivos que se desejava alcançar. Destarte, foi diante deste impedimento que as relações conjugais entre pares começaram a se consolidar. Todavia, os vínculos estabelecidos se dissolviam com certa facilidade, ficando ambos os cônjuges livres para recomençar novos relacionamentos.

Na pré-história, portanto, com o advento de relações que já davam sinais de monogamia, o adultério começa a não ser mais considerado natural e aqui é realmente importante frisar que somente as mulheres, que viessem a cometer traição, uma vez que o adultério passou a ser rechaçado, passariam a ser punidas e severamente castigadas. A poligamia e a infidelidade ocasional dos homens permaneciam sendo aceitas, sendo reconhecidas, inclusive, como um direito deles (ENGELS, 1984).

O referido autor afirma que com a proibição do matrimônio entre parentes consanguíneos, próximos ou distantes, acabou por haver escassez de mulheres, o que provocou entre os homens a necessidade de procurá-las em outros grupos ou tribos, passando a ocorrer os raptos e as compras de mulheres. Como consequência, apareceram também os casamentos arranjados. Mas, mesmo com esses arranjos, os casamentos continuavam sendo dissolúveis a qualquer instante, ficando o par conjugal livre para novas relações.

Faz-se importante destacar que as mulheres selvagens desempenhavam um importante e reconhecido papel em sua tribo, principalmente quando se tornavam mães. Elas trabalhavam

tanto quanto e, às vezes, até mais do que os homens, assim como dividiam com eles a responsabilidade pela provisão do lar, mas eram elas que detinham o poder de mando, e, caso os maridos não cumprissem com suas obrigações, a qualquer momento poderiam ser forçados a deixar o lar. As mulheres eram a grande força dos clãs, prevalecendo assim o matriarcado (ENGELS, 1984).

Com a evolução do matrimônio por grupos para o matrimônio sindiásmico – no qual existia a convivência entre um homem e uma mulher, mas eram permitidas ao homem a poligamia e a infidelidade – houve a introdução de um novo elemento: um pai, um verdadeiro pai. Até então as relações eram poligâmicas não havendo possibilidade de identificação do pai dos recém-nascidos, mas apenas reconhecendo-se as mães (fato relacionado ao grande valor atribuído às mulheres) (ENGELS, 1984).

A descendência, de acordo com os estudos realizados, em 1861, por Bachofen, antropólogo e jurista, só se contava pela linha materna. As mulheres é que produziam herdeiros e linhagens. Com o falecimento dos homens, o que ocorria é que os filhos destes, por não serem considerados como da linhagem do falecido, mas sim da linha materna, acabavam por não herdar os seus bens, e estes eram deixados como herança para seus irmãos ou irmãs, ou então para os filhos destes, seus sobrinhos. Esta passagem de herança acabou propiciando aos homens uma posição mais importante do que a das mulheres dentro da família, e os homens, gozando de tal poder, aproveitaram-se disso para mudar as regras da herança, para garantir que os bens passassem para os seus filhos, acabando assim de vez com a filiação do direito materno que até então era dominante. Decidiu-se, portanto, que agora os filhos seriam descendentes dos pais e não mais das mães. Assim, foram abolidos a filiação materna e o direito hereditário materno, fato bastante revolucionário para o tempo pré-histórico (ENGELS, 1984).

Bachofen em seus estudos acerca da história da família, como bem ilustra Engels (1984), diante das mudanças ocorridas, vislumbrou então o surgimento do patriarcado. O homem, aproveitando-se de seu atual poder apodera-se da casa e faz da mulher sua serva, servidora da luxúria, transformando-a em simples instrumento de reprodução. Para garantir a fidelidade da mulher e para assegurar a legitimidade e a paternidade de seus filhos a toma como sua posse, tendo inclusive o direito de matá-la, uma vez que ela passou a ser objeto de seu domínio. Essa condição à qual a mulher foi submetida esteve presente principalmente entre os gregos.

Na antiguidade, tanto para os gregos quanto para os romanos, o casamento era concebido como um meio capaz de favorecer a procriação, e durante muitos séculos o

objetivo maior do casamento, de fato, foi a geração de uma prole e a garantia de um legado, pois se dava muita importância aos aspectos biológicos. Na Roma Antiga, como se observa na pesquisa realizada por Bertoldi et al. (2014), pai era conhecido como “pater famílias”, sendo responsável por toda a administração do lar, tendo inclusive poder sobre a morte e a vida tanto da esposa como dos filhos, os quais respondiam à sua autoridade, herança esta deixada pelos povos primitivos. A esse “pater famílias”, sob o regime patriarcal e familista do Brasil colonial, também era concedido o direito de escolha do cônjuge ideal para os seus descendentes, sendo que isso se dava principalmente entre as famílias de classes abastadas (LEVY, 2009).

Nos séculos X e XI, principalmente nos países da Europa, eram permitidos dois tipos de união: uma franca e batizada com uma esposa oficial, decorrente de acordos e negócios entre as famílias de origem; e o concubinato, que permitia uma ou mais concubinas, assim como era possível a existência de uma ou mais esposas, uma vez que a poligamia ainda era permitida, e os casamentos não eram indissolúveis (LEVY, 2009).

Nessas civilizações mais antigas o casamento entre parentes próximos era perfeitamente concebível e muito comum, sendo realizado, principalmente, com o intuito de permanência de bens na família. Todavia, no século XII, foi instaurada a instituição do matrimônio cristão e a consequente regulamentação definitiva por parte da Igreja cristã. Desse modo, foi proibida terminantemente a união entre parentes, uma vez que essas relações, aos olhos da Igreja, eram concebidas como incestuosas (ROUDINESCO, 2003). Ariès (1981) aponta que, em contrapartida ao momento anterior, os casamentos passaram a ser realizados tendo como finalidade a conservação dos bens na família, levando-se em consideração, principalmente, as questões econômicas. Para este autor, o casamento passou também a cumprir funções de proteção da honra e das vidas. O autor afirma que ainda era possível perceber o casamento como uma possibilidade de sobrevivência, uma vez que era difícil viver isolado.

Os casamentos, na antiguidade, tanto de reis e príncipes, como nos demais níveis sociais, ao menos no mundo ocidental, tinham como propósito maior unir duas famílias, permitindo a perpetuação das mesmas e satisfazendo unicamente seu desejo de origem, não levando em consideração o amor entre duas pessoas (FÉRES-CARNEIRO, 1998; ARAÚJO, 2002). É importante compreender, portanto, como bem afirma Canezin (2004), que o casamento, na história da humanidade, sempre representou um elemento de socialização voltado a interesses de sobrevivência econômica e política.

Entre os séculos XI e XIV, quando o casamento passou a ser considerado como um sacramento da Igreja, foi considerado como indissolúvel, uma vez que a Igreja entendia que o que Deus havia unido o homem não poderia separar (COSTA *apud* MENEZES, 2006; ARAÚJO, 2002; CANEZIN, 2004). Este fato, como compreendem Bertoldi et al. (2014), está relacionado com a conversão do imperador Constantino, primeiro imperador romano cristão da história.

Com o Concílio de Trento, em 1563, foram estabelecidas normas, regras, padrões e procedimentos para a celebração de um casamento, e os motivos para seu impedimento tornaram-se mais rígidos. Ou seja, foi determinado que para que o casamento pudesse ser reconhecido católico era necessária a anuência dos noivos, a presença de um pároco de um dos cônjuges ou um sacerdote devidamente autorizado, bem como a presença de testemunhas (GOULART, 2002).

Durante os séculos seguintes, entre o XV e o XVIII, as formalizações das uniões dos casais passaram então a ser realizadas a partir de um culto religioso privado, circunscritos às próprias casas. Existia a efetivação de um acordo entre as famílias dos noivos, ou seja, os casamentos eram arranjados e impostos, visando não a satisfazer a necessidade e o desejo dos cônjuges, mas aos propósitos econômicos e sociais (MENEZES, 2006).

Vale salientar, entretanto, que a Igreja nem sempre foi a detentora desta ordem maior. Após a separação da Igreja e com a consequente criação do protestantismo, alguns países, principalmente os europeus, acabaram por retirar dela o controle que ela mantinha sobre os casamentos, passando-o então para o Estado, fato que vem a ocorrer precisamente após a Revolução Francesa, no século XVIII. O casamento passa então a ser entendido como um ato civil, de responsabilidade do Estado, como um contrato, estabelecido por vontade própria dos cônjuges, sem que houvesse mais a interferência por parte da Igreja (COSTA, M., 2012).

O século XVIII, segundo Roudinesco (2003), foi fundado no amor romântico trazendo consigo grandes mudanças em termos de reciprocidade dos sentimentos. Os casamentos arranjados, que visavam atender a interesses econômicos e sociais, como manutenção de bens e satisfação das famílias de origem, cederam lugar ao casamento realizado por amor, para satisfação dos desejos carnis. Passou a haver a liberdade de escolha, em que os sujeitos podiam escolher seus cônjuges, buscando uma relação interpessoal recompensadora.

Corroborando com as ideias de Roudinesco, Levy (2009) afirma que, com as mudanças ocorridas quanto à escolha dos cônjuges, que passou do “*pater familias*” para os futuros noivos, foi possível acompanhar os passos que precediam o noivado, como: troca de sinais de interesse de ambas as partes, tentativas de aproximação e comunicação entre os

mesmos, o início do namoro propriamente dito até chegar então ao noivado, o compromisso oficial. Mas a autora salienta que ainda assim havia interferências por parte das famílias na escolha desse parceiro, pois nem todos os possíveis pretendentes eram apropriados ou dignos aos olhos destas.

Ainda no século XVIII, de acordo com Levy (2009), os compromissos firmados poderiam ser rompidos. Todavia, a honra das mulheres que haviam perdido a virgindade ficava manchada, pois o padrão estipulado e esperado era o da castidade, ao menos nas classes sociais mais favorecidas. A estas mulheres restava a internação em um reformatório, que era equiparado a uma prisão perpétua, onde elas ficariam reclusas em um convento de religiosas, tendo como objetivo primordial a recuperação das moças que apresentavam os denominados “comportamentos desviantes”. As mulheres não castas poderiam também seguir pelo caminho da prostituição discreta (se fosse de família rica) ou a declarada (se fosse pobre) ou procurar o caminho do celibatarismo ou ainda, por último, tentar a duras penas um casamento arranjado.

Levy (2009) assegura que o desvirginamento, assim como os crimes de sedução e o próprio estupro aconteciam com certa frequência no período do namoro, e chegaram a ser considerados como ilícito civil, o primeiro perante o Código Civil brasileiro de 1916, enquanto que o estupro e os crimes de sedução podem ser encontrados no Código Penal do Brasil. Mas o que Levy mais chama a atenção é o fato de que o crime não estava presente enquanto violência física à vítima, mas sim era um fato de violência moral ao pai da vítima, uma vez que a honra da família estava atrelada ao órgão sexual feminino. As punições a esses crimes variavam de pena indenizatória à prisão. Quem definia a gravidade dos crimes assim como a pecaminosidade dos mesmos era a Igreja Católica, a partir de suas pregações do que eram os costumes religiosos.

No Brasil, durante muito tempo, como pôde ser observado, a Igreja Católica foi responsável pelos ditames dos casamentos, sendo então detentora do Direito do Matrimônio, fato este que pode ser constatado no decreto de 3 de novembro de 1827, no qual os princípios do direito canônico regiam todo o ato nupcial. Mas, em 19 de julho de 1858, o então Ministro da Justiça, Diogo de Vasconcelos, apresentou um projeto de lei sugerindo que o casamento civil viesse a se tornar obrigatório aos não católicos, assim como propôs que o mesmo pudesse ser facultativo para todas as religiões (BERTOLDI et al., 2014). A lei de que tratava este assunto foi a Lei nº 1.144 e foi regulamentada em 17 de abril de 1863 pelo Decreto nº 3.069. Esta permitiu que outras religiões passassem a ter seus casamentos reconhecidos pelo Estado, produzindo assim efeitos civis e retirando a exclusividade do casamento religioso da Igreja Católica (ARPEN BRASIL, 2013).

Com o decreto da Lei nº 1.144, o Brasil passou a reconhecer três formas de casamento, a saber: (1) católica, que era regida pelo Concílio de Trento; (2) mista, que ocorria entre um católico e quem professasse religião dissidente, contanto que fosse contraído segundo as formalidades do Direito Canônico; (3) casamento entre pessoas de diferentes religiões ou seitas, sendo realizado de acordo com as prescrições respectivas a elas (GOULART, 2002).

Ainda, segundo Goulart (2002), em 7 de junho de 1889, o até então chefe do gabinete do Império, Visconde de Ouro Preto, tentou propor um projeto de casamento civil; todavia, o mesmo não foi aceito, mas veio a ser adotado após a proclamação da República. Portanto, em 1890, o marechal Manoel Deodoro da Fonseca, na época Chefe do Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, através do Decreto nº 181, artigo 108, que promulga a lei sobre o casamento civil, decreta valor jurídico não mais ao casamento religioso e sim ao civil. A partir da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, como explicitam Bertoldi et al. (2014), apenas o casamento civil é reconhecido em termos jurídicos, ficando o casamento religioso à facultação.

De 1890 a 1916 o governo brasileiro considerou como válidos apenas os casamentos realizados no formato do civil, fato este que a Igreja considerou como imoral e ilegal. É importante mencionar, contudo, que a sociedade, mesmo tendo ciência das novas regulamentações, resistia ou insistia em não reconhecer o casamento civil, optando por realizar as uniões apenas no âmbito religioso. Sendo assim, durante muito tempo, um grande número de casais permaneceu sob a ordem do concubinato, pelo menos aos olhos da lei (GOULART, 2002).

Com a Constituição de 1934, após reformulações, ficou acertado, pois, segundo o art. 146, que o casamento religioso seria reconhecido desde que observadas as disposições da lei civil e fosse ele inscrito no Registro Civil (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1934). Com a Constituição de 1950, segundo a Lei nº 1.110, de 23 de maio, a lei do casamento civil passou a ser regulamentada definitivamente (BERTOLDI et al., 2014). E, segundo Goulart (2002), esta lei reconheceu os efeitos civis do casamento religioso, dispondo justamente a respeito da necessidade de habilitação prévia ou posterior ao registro do matrimônio religioso.

A Constituição de 1988, ao julgar que a família se constitui a partir do casamento e que esta é a base da sociedade, entende que ela merece proteção especial do Estado, assim como define que a realização do casamento civil deve acontecer de forma gratuita, não gerando ônus às partes. Nesta Constituição está presente ainda o reconhecimento, para efeito de proteção do Estado, da união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei, portanto, facilitar a sua possível conversão para casamento (GOULART, 2002).

Percebe-se, a partir deste breve percurso, que, no início da história da civilização, as pessoas não casavam por amor, o que não é o mesmo que afirmar que não havia a presença deste, mas o que unia o novo casal, inicialmente, não eram sentimentos afetivos. Estes normalmente poderiam existir em decorrência do intenso convívio a que eram submetidos os cônjuges, mas casava-se por conveniências biológicas e/ou econômicas. As trocas afetivas dessa época não eram realizadas nem valorizadas no seio da família, mas aconteciam nos ambientes fora da casa, quer dizer, as comunicações sociais eram realizadas com vizinhos, amigos, amos, bem como com criados, crianças e velhos (ARIÈS, 1981).

As relações, durante muito tempo, foram pautadas nos modelos tradicionais, hierarquizados e patriarcais, e o casamento nada mais era do que a instauração de um contrato social entre famílias. Nesse contrato quem detinha o poder e a autoridade era o homem, sendo ele o símbolo da autoridade máxima, enquanto a mulher lhe era submissa (ARIÈS, 1981). A mulher, como afirma Souza (1985), era propriedade do homem, devendo-lhe fidelidade e obediência, cabendo a si apenas o “reinado doméstico” (SOUZA, 1985, p. 24). As mulheres deveriam ser castas e fiéis, enquanto os homens gozavam de liberdade sexual, devendo e sendo incentivados, inclusive, a satisfazer “os seus instintos masculinos”.

Foi apenas no século XX, mais especificamente na década de 50, que começaram a aparecer mudanças na relação de verticalidade até então existente. Após a Revolução Industrial e com o advento do Capitalismo, homens e mulheres tenderam a se tornar iguais, negando-se diferenças até então impostas (SOUZA, 1985). As mulheres, frente à descoberta da pílula anticoncepcional, da liberalização da sexualidade e da sua entrada no mercado de trabalho e consequente participação nas despesas da casa, começaram a lutar por uma maior igualdade de direitos na relação com os homens. O sexo também passou a estar desvinculado da maternidade transformando-se em projeto do casal. Segundo Goulart (2002), na Constituição de 1988 já é possível perceber o estabelecimento, perante a legislação, do princípio da igualdade entre homens e mulheres nos direitos e deveres referentes à sociedade conjugal.

Levy (2009) constata que, após a Constituição de 1988, na qual foi dada grande ênfase à questão da dignidade humana, sendo inclusive um dos princípios constitucionais que norteiam a referida Constituição, houve grandes mudanças no que diz respeito aos costumes e às relações entre os sexos. Passou-se a valorizar as relações de afeto existentes na díade conjugal, assim como se percebe modificações nas regras e normas que determinavam a escolha dos parceiros, o que afetou diretamente as formas de namorar e noivar, bem como foi possível ainda desprender-se das ideias que associavam relação sexual à procriação.

Levy (2009) afirma que alguns tipos de namoro da atualidade se equiparam bastante às uniões conjugais, que nos séculos passados eram definidas como concubinatos. Os namoros atuais, portanto, passam a fundamentar-se em uma relação afetiva e amorosa, na qual há presença de companheirismo e compromisso entre as partes, podendo inclusive existir a moradia conjunta entre o par, sem necessariamente almejar a intenção de constituição de família. Com relação ao noivado propriamente dito, é possível perceber alterações que dizem respeito à forma como o mesmo passa a ocorrer. Até o século passado, o pai do noivo era quem solicitava a mão da noiva ao seu pai, seguindo todo um ritual e toda uma formalidade, herdados dos costumes romanos, enquanto que, na contemporaneidade, o que se observa, sendo ao menos o mais comum, é os noivos decidirem entre si e apenas comunicarem aos pais a decisão de casar.

Como propõem Carvalho e Paiva (2010), é importante estar atento às mudanças ocorridas durante a história da humanidade no que diz respeito ao casamento. O motivo pelo qual homem e mulher resolveram se unir foi mudando com o passar dos séculos, indo desde a manutenção de bens e propriedades, passando pelas influências religiosas para chegarmos, então, à valorização do amor e do sexo como principais motivações. Percebe-se, na atualidade, uma maior liberdade nos relacionamentos e na forma de se relacionar. Contudo, mesmo tendo sido abandonada a obrigação do casamento, como bem refere Féres-Carneiro (1998), faz-se mister considerar que o casamento na contemporaneidade ainda possui um significado importante. Ele vem demandando um nível elevado de investimento e comprometimento afetivo, devendo-se considerar que a forma de os casais se relacionarem sofre influências sociais, culturais, históricas e econômicas.

Novas formas de relacionamento surgiram. A partir da década de 1970, mais precisamente, difundiu-se mundialmente uma nova forma de relacionamento conjugal: a coabitação. Este tipo de relacionamento conjugal não tradicional tem sido assumido como estilo de vida alternativo, principalmente, nas camadas médias dos grandes centros urbanos (BÉJIN, 1985; DIAS, 2000).

A coabitação pode ser compreendida como uma espécie de rito de passagem para o casamento, na qual não há uma formalização da relação em termos legais, mas o funcionamento da relação se equipara ao vivenciado no casamento. Pode-se dizer que, em sua constituição, os coabitantes vivenciam algo como um estágio experimental para o matrimônio propriamente dito (SPANIER, 1983). Este autor acredita que essa nova modalidade de relacionamento tem se difundido em grande escala frente ao aumento da liberdade sexual entre os jovens.

A coabitação entre parceiros não casados legalmente vem sendo bastante difundida no mundo. Estima-se que mais da metade de todos os adultos vem coabitar com um parceiro em algum momento de suas vidas. E quase dois terços têm a coabitação como um estágio anterior ao casamento propriamente dito, formal (WALSH, 2016).

Uma grande mudança ocorrida no âmbito do relacionamento conjugal foi o reconhecimento e a legalização da união estável (ENNES, 2006). Além do casamento, esta nova forma de relacionamento passa a ser considerada como entidade familiar. A união estável ou união livre pode ser entendida como uma relação não matrimonial estabelecida entre um homem e uma mulher, em que há convivência pública, contínua e duradoura e que tem por objetivo a constituição de família (DIAS, 2017). Esta não é igual ao casamento, mas pode ser convertida nele, sendo dever da justiça facilitar tal conversão, se esse for o desejo das partes (TARTUCE, 2017).

A união estável surgiu, inicialmente, como uma alternativa para indivíduos separados de fato, mas que se encontravam ainda casados em termos legais, e não poderiam se divorciar, uma vez que o casamento era indissolúvel. Os indivíduos que viviam em união estável, chamados conviventes, eram os concubinos de outrora. Com a Constituição Federal de 1988, houve o reconhecimento judicial dessa sociedade de fato estabelecida entre pessoas que possuíam laços diferentes dos vínculos conjugais. Hoje, contudo, a união estável já é reconhecida como entidade familiar na sociedade brasileira, sendo a forma de união escolhida por muitos casais (TARTUCE, 2017).

Percebe-se, portanto, em meio às diversas transformações sofridas pelo casamento e pela família ao longo da história, que, na atualidade, existem novas formas de relacionamento conjugal e várias configurações familiares: nuclear, monoparental, homoparental, recasada, dentre outras possibilidades. Este pluralismo acaba por propiciar, conseqüentemente, a existência dos mais diferentes arranjos.

Tendo feito uma breve revisão da evolução do casamento ao longo da história, o próximo capítulo irá se deter no tema que é o foco desta dissertação, ou seja, o dinheiro.

2 O DINHEIRO NA HISTÓRIA DA HUMANIDADE: SIGNIFICADO E PRESENÇA NO CICLO VITAL DA FAMÍLIA

O dinheiro, como bem afirma Capriles (2005), sempre foi tanto assunto de interesse e preocupação quanto fonte de aspiração e conflitos pessoais. Ele apresenta uma influência decisiva em quase todos os aspectos da vida. É possível perceber que até mesmo crianças de mais tenra idade desenvolvem um conceito acerca do dinheiro, percebendo-o como símbolo de relação e vinculado justamente à obtenção de prazer e à satisfação dos desejos e das necessidades.

Guimarães (2007) narra que, na história do dinheiro, a primeira forma de permuta existente foi o escambo, que consistia simplesmente em trocar mercadorias, sem que houvesse equivalência de valores; trocavam-se mercadorias de acordo com as necessidades. Essa forma de negociação foi a dominante no início da civilização. Com o tempo, percebeu-se que algumas mercadorias apresentavam maior valor de troca do que outras, por serem mais procuradas, mais raras ou de mais difícil acesso, ou até por possuírem beleza, passando, posteriormente, a valia dos objetos a ser considerada no momento das permutas.

O dinheiro existiu e circulou sob as mais diferentes formas desde ouro, prata, cobre, bronze, até pedras, conchas de moluscos, tabacos, peles e moeda. Acredita-se que os lídios, por volta do século VII a.C., foram os primeiros, até onde se sabe, a produzir moedas de ouro e prata, assim como foram os primeiros a realizar comércio no varejo (CAPRILES, 2005).

As moedas eram produzidas em ouro e prata por serem metais raros, possuírem beleza, não serem corrosíveis e pelo próprio valor econômico. O valor da moeda e o seu valor comercial é que indicavam como se daria a troca, ou seja, o valor das moedas era o parâmetro para medir o quanto valia uma mercadoria. O ouro possuía o maior valor, seguido da prata e do cobre. Todavia, com a descoberta de novos metais e ligas metálicas, as moedas passaram a circular com o seu valor específico gravado na face, independente do seu material (GUIMARÃES, 2007).

Com relação às cédulas ou papel moeda, sua origem se deu em decorrência de um costume adquirido na Idade Média de se guardar objetos de valor com ourives, e estes, por sua vez, forneciam em troca, como garantia da negociação, recibos. Estes últimos acabaram por circular de mão em mão e serem utilizados como pagamentos. No Brasil, os primeiros bilhetes de bancos de que se tem registro datam de 1810, e tinham seus valores preenchidos à mão, como os atuais cheques (GUIMARÃES, 2007). Contudo, vale ressaltar que, segundo

registros, foi apenas no século XIX que as cédulas passaram a ser utilizadas de maneira universal e permanente (CAPRILES, 2005).

Na atualidade, o dinheiro tem como representantes as moedas e notas, os cheques, contas bancárias, cartões de plástico (cartões de crédito e débito), transações financeiras via internet e informações eletrônicas das mais diversas ordens (WEATHERFORD, 2005).

Guimarães (2007) afirma que foi com a Revolução Industrial, no século XVIII, que o dinheiro passou a exercer mais força sobre a vida das pessoas (GUIMARÃES, 2007). Todavia, Weatherford (2005) lembra que desde a invenção do dinheiro, há mais de três mil anos, ele sempre foi motivo de disputa e luta entre os homens. O dinheiro foi se transformando com o passar do tempo, possuindo, dessa forma, grande valor, e conseqüentemente, passou a ser um determinante tanto nas relações comerciais quanto nas religiosas, políticas e familiares.

2.1 O dinheiro e seus significados

Para Cloé Madanes e Cláudio Madanes (1997), o dinheiro é a força motriz da nossa civilização, encontrando-se presente na base de toda a vida conjugal/familiar. Ele é uma forma de energia que sustenta as transações comerciais entre os povos. É a única coisa que consegue penetrar em todos os aspectos da vida humana e é justamente o que move o mundo nos dias atuais. O dinheiro não é apenas uma moeda corrente; segundo os autores ele nos permite adquirir muito mais do que bens materiais, pois é capaz de proporcionar educação, saúde, beleza, diversão, segurança e até justiça. Contudo, da mesma forma que o dinheiro vem representar coisas boas da vida, ele pode acarretar sofrimento, podendo, inclusive, muitas vezes ser o causador de problemas. Uma vez que o dinheiro se encontra diretamente entrelaçado à vida, questões que dizem respeito a ele podem afetar os relacionamentos íntimos. Segundo Capriles (2005) existe muito mais loucura, crimes e doenças associadas ao dinheiro do que ao sexo ou qualquer outro conteúdo mental.

Capriles (2005) afirma que há uma variedade de imagens e fantasias associadas ao dinheiro, como: subsistência, segurança, liberdade, felicidade, comodidade, prazer, triunfo, poder, sucesso, êxito, fama, autoestima, prestígio, culpa, bem como segredos, satisfações e até destrutividade, dentre tantos outros. Gley Costa (2007) pontua que o dinheiro ainda é percebido como um tabu, não sendo possível nomeá-lo em certas circunstâncias, mas apenas aludi-lo.

É possível compreender, como bem afirmam Cloé Madanes e Cláudio Madanes (1997), que a depender da forma como o dinheiro é/será utilizado ele pode ser um símbolo de amor ou de violência. Esses autores explicam que o dinheiro pode ser tanto oferecido quanto recebido como expressão de amor, como pode ser negado ou até rejeitado justamente como expressão de uma violência. Na violência deve-se estar atento para o fato de a mesma não envolver unicamente dor física, mas também de representar invasão de privacidade, dominação e até controle.

Corroborando com as ideias apresentadas acima, Gley Costa (2007) afirma que na relação entre marido e mulher, a depender da situação, o dinheiro pode ser valorizado ou desvalorizado. Isso quer dizer que o dinheiro pode representar um gesto de amor como também pode ser representante de uma manifestação agressiva.

De acordo com Guimarães (2007) o significado do dinheiro é aprendido em diversos contextos, mas principalmente no seio da família. Para Cloé Madanes e Cláudio Madanes (1997) ele está relacionado com emoções, paixões, desejos secretos, remorso e amor, mas tanto o significado do dinheiro como a forma de obtê-lo são ensinados na família. São os membros desse sistema que ensinam sobre a realidade da vida material: “É na família que as crianças aprendem a economizar, negociar com dinheiro, trabalhar por dinheiro, serem avarentos ou serem generosos” (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997, p. 62).

Guimarães (2010) concorda com os autores acima e pontua que o dinheiro faz parte da vida das pessoas, e sua utilidade e função são aprendidas dentro da família, bem como na sociedade. A relação que cada um estabelece com o dinheiro está diretamente relacionada às experiências de vida familiar, social e cultural e que, portanto, a crença financeira aprendida e vivida em cada família influenciará a vida financeira do novo casal. Os pais, por meio das histórias que compartilham, transmitem aos filhos, de forma verbal e não verbal, não apenas valores, crenças e significados atribuídos, mas também, atitudes em relação ao dinheiro.

Cloé Madanes e Cláudio Madanes (1997) afirmam que o dinheiro pode vir a ter inúmeros significados, uma vez que ele representa coisas diferentes para pessoas distintas. Mas é certo que todas as pessoas possuem um relacionamento pessoal com ele e muitas vezes é esse relacionamento que determina, exatamente, a natureza de todos os outros.

Para os economistas, o dinheiro não possui valor intrínseco, todavia, mesmo não possuindo valor por si próprio e sendo desprovido de qualidade, ele ainda é algo que contém uma promessa de restituição, ou seja, ele ainda oferece a possibilidade de ser trocado por algo considerado útil e desejável (CAPRILES, 2005). O mundo do dinheiro é, portanto, sob a ótica deste autor, complexo e arriscado.

Para Felton-Collins e Brown (1992 *apud* Guimarães, 2010) e Frankel (2006), a forma como homens e mulheres percebem o dinheiro é diferente e isso se dá porque meninas não são tão estimuladas quanto os meninos a serem competitivas, bem como acabam sendo mais protegidas. Em contrapartida, os meninos aprendem a aventurar-se e a serem durões. Frankel (2006) afirma que os meninos aprendem a investir, multiplicar, controlar o dinheiro, assim como a gastá-lo em benefício próprio. As meninas, por sua vez, aprendem a ser cautelosas na hora de investir, acreditando que os outros sempre sabem mais do que elas sobre esse assunto específico, e acabam por utilizar o dinheiro mais em benefício dos outros. Essa autora acredita que a conotação do dinheiro para homens e mulheres é realmente diferente, em que os homens, em geral, o percebem de forma objetiva e as mulheres de uma maneira afetiva. Esses comportamentos aprendidos na infância acabam por influenciar consideravelmente a relação das pessoas com o dinheiro, bem como influenciam os rendimentos financeiros (GUIMARÃES, 2010). O significado do dinheiro, portanto, não varia apenas de pessoa para pessoa, mas difere também em termos de gênero (GUIMARÃES, 2007, 2010).

2.2 O dinheiro e sua influência no relacionamento a dois

Cada pessoa tem suas crenças e valores, assim como expectativas próprias em relação ao dinheiro, e isto pode ser motivo de discórdia na relação conjugal. Os casais normalmente apresentam desejos, percepções e objetivos distintos no que diz respeito ao dinheiro e àquilo que ele pode comprar. Homens e mulheres decidem de formas diferentes como utilizar o dinheiro: na maioria das vezes as mulheres tendem a fazer uso da negociação, buscando uma solução conjunta, enquanto que os homens procuram decidir sozinhos. Além disso, as mulheres usam mais do que os homens o dinheiro em prol da família (GUIMARÃES, 2010).

Homens e mulheres se atraem por motivos distintos. Da mesma maneira que eles apresentam crenças e experiências diferentes sobre dinheiro, também há diferenças entre os gêneros no que diz respeito ao amor. Os motivos que levam as pessoas a se vincularem umas com as outras são os mais diversos possíveis: um olhar, o jeito de se vestir, o estilo de vida, as posses, os valores, a inteligência, o sexo e até a posição social, entre tantas outras. Além de todas as já citadas, o dinheiro pode ser um dos motivos que levam à vinculação (GUIMARÃES, 2010).

Para Gley Costa (2007), o dinheiro é justamente uma das formas de materialização do amor, podendo tanto representá-lo como substituí-lo. Portanto, é possível perceber como as pessoas amam a partir do conhecimento da forma como elas lidam com o dinheiro no

casamento: “o amor se paga com amor e com dinheiro” (COSTA, Gley, 2007, p. 153). Russo (2011) acrescenta que o sistema capitalista transformou o homem em força de trabalho e, conseqüentemente, em mercadoria, passando ele a ser um objeto comercializável. Em uma sociedade de consumidores, onde se torna quase que impossível distinguir as fronteiras entre as mercadorias e as pessoas, ninguém se torna sujeito sem se tornar necessariamente uma mercadoria.

Na contemporaneidade, a construção da identidade pessoal do homem e da mulher perpassa uma rede de símbolos econômicos e de objetos de consumo, acontecendo, dessa maneira, um processo complexo no qual as pessoas acabam por fazer uso do dinheiro, das mercadorias e das marcas para definirem a si mesmas (CAPRILES, 2005). Assim, a identidade das pessoas está atrelada ao que elas possuem. Elas também se tornaram mercadorias, e, dessa forma, os compromissos amorosos podem ser desfeitos quando uma das partes se sente insatisfeita, reduzindo o outro, assim, ao *status* de objeto (BAUMAN, 2008; RUSSO, 2011). Segundo Bauman (2008) esta é uma relação diferente de uma baseada em amor, em que se encontram presentes esforço, atenção constante, compreensão das individualidades, respeito, tolerância, bem como interesse na felicidade do outro. “Fica difícil crer que a sociedade conjugal possa ter forças para lidar com a sociedade de consumo, se a primeira não tiver recursos materiais para sobreviver na segunda” (GUIMARÃES, 2010, p. 99).

Na sociedade contemporânea, o dinheiro, a energia que move o mundo, é justamente o representante do mundo materialista. O anseio pelo dinheiro é uma necessidade artificial, um anseio simbólico, pois ele nada mais é do que o representante de todas as outras necessidades e anseios (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997).

O consumo está presente em toda e qualquer sociedade capitalista, e o dinheiro age não apenas como um intermediário entre os membros de uma cultura, mas como aquilo que permite a realização do consumo. Esse consumo, tanto das necessidades básicas quanto de supérfluos, é caracterizado como a atividade central da sociedade humana, assim como é a base de sua sustentação (GUIMARÃES, 2007).

A referida autora acredita que escolhas individuais relacionadas a esse consumo acabam por influenciar tanto a formação quanto a manutenção de uma parceria. Os casais no início da relação, quando estão em formação da conjugalidade, precisam refletir acerca não só dos novos rumos em termos de relações íntimas, mas também terão que se deparar com a maneira como o dinheiro influenciará suas relações. Terão de pensar a respeito das formas

diferentes existentes, entre eles, de consumir. Segundo Russo (2011), o dinheiro é capaz de mudar as relações entre os sujeitos na medida em que os une.

De acordo com Guimarães (2007), esse predomínio do capital sobre o homem coloca o sujeito em uma posição isolada, em busca de seu próprio prazer, prazer este muitas vezes atrelado justamente ao consumo. O consumo, por sua vez, leva à perda de autenticidade e profundidade das pessoas e, além de acarretar o individualismo, acaba por levar à imitação, à competição por *status*, ao consumo conspícuo e ao hedonismo. Este consumo desenfreado, baseado numa visão de mundo materialista, que estimula e incentiva desejos irracionais por mercadorias vai, certamente, de encontro às ideias de sociabilidade. É nesse sentido que a autora entende que as preocupações deixam de ser humanas por estarem voltadas aos bens, afirmando que no instante em que nos preocupamos com os bens, diminuímos nossa humanidade. Russo (2011), por sua vez, acredita que, mesmo numa sociedade na qual predomina o dinheiro, em que há presença de uma cultura do consumo, em que os sujeitos são transformados em mercadoria, procura-se resgatar a humanidade pela via do amor.

Nesses tempos o amor é experienciado de forma egoísta e individual e só se sustenta se as pessoas envolvidas apresentarem condições mínimas de sustentabilidade, ou seja, exige-se a presença do dinheiro. “... é preciso ter condições de sustentar, de arcar com as necessidades do ser amado ou, pelo menos, de colaborar com o próprio sustento” (RUSSO, 2011, p. 125). Entretanto, é esse mesmo amor que parece ser a única saída para se enfrentar o isolamento, o racionalismo, o egoísmo, a competitividade e o individualismo tão presentes na era moderna, mesmo já estando ele próprio contaminado pela lógica do dinheiro (RUSSO, 2011).

A citada autora aponta que o dinheiro está intrinsecamente ligado ao provimento das necessidades básicas do ser humano, mas também tem relação com as necessidades supérfluas, enquanto que o amor está relacionado às necessidades humanas de uma outra ordem, da ordem do espírito e que, portanto, esses dois elementos são elos complementares de uma mesma cadeia. É quase impossível vivenciar o amor sem dinheiro, visto que a relação se torna complicada frente à carência de materiais que são necessários para a sobrevivência e a manutenção de uma relação. Em contrapartida, é bem difícil viver apenas de dinheiro, pois se acaba por encontrar um vazio existencial, podendo acarretar uma busca interminável pelo amor.

Para Russo (2011) essa complexidade e antagonismo merecem atenção e esclarecem que ao tempo que o dinheiro esvazia e retira do amor o seu idealismo tornando-o interesseiro e interessado, o sentimento aparece como uma forma de humanizá-lo e de lhe dar um sentido que vai além do ter, possibilitando, dessa forma, a construção de uma dimensão humana.

Ainda de acordo com a autora, na modernidade, a economia monetária pode influenciar ou até mesmo modificar o amor, uma vez que as relações estão inseridas em um contexto no qual predominam o individualismo e as relações mercantis. Essa economia transforma sentimentos, o amor e até a forma de vivenciar as relações, tendo forte influência sobre o comportamento das pessoas. Então, a partir dessas mudanças, a sociedade do dinheiro faz surgir um novo tipo de amor: o amor moderno, que é fabricado e interessado e que se sustenta, justamente, pelo dinheiro. Com o avanço dessa modernidade, dinheiro e amor vão se influenciando mutuamente, tornando-se nada mais do que os dois grandes objetivos da vida humana. O amor, enquanto o sentimento mais sublime, e o dinheiro, enquanto objeto fundamental para a existência humana.

Cada pessoa, por sua experiência de vida e em decorrência de sua convivência em sociedade, tem uma maneira particular de vivenciar o amor. A forma de experienciá-lo, contudo, não se encontra desvincilhada da condição social, nem do tempo e do espaço em que se insere, nem tampouco da forma pela qual a sociedade o compreende (RUSSO, 2011).

Quando duas pessoas se unem em torno de uma relação conjugal é sabido que elas esperam que a construção dessa relação seja guiada pelos parâmetros que para cada uma são conhecidos, ou seja, pelos parâmetros de um modelo com que os mesmos já estejam familiarizados. É natural que cada um oriente a vida a dois seguindo padrões que eles já conhecem e terão como tendência natural desejar que o seu cônjuge siga os mesmos modelos que os seus (GARBIN; CENCI; LUZ, 2015). Com relação ao dinheiro, é provável, segundo Guimarães (2007), que a forma como a crença financeira foi vivenciada na família de origem venha a ser introduzida na vida financeira da díade conjugal.

O dinheiro está presente em todas as relações, e diante da construção de um relacionamento íntimo é natural que acordos sejam realizados em termos financeiros, quer dizer, o casal acaba estabelecendo formas e regras para administrar as finanças (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997; GARBIN; CENCI; LUZ, 2015). Esses autores apontam que todo e qualquer casal necessita ter um planejamento financeiro, organizando as despesas de forma cuidadosa e justa. É preciso ter uma ideologia comum no que diz respeito ao casamento, objetivos devem ser compartilhados. O casal deve discutir acerca de desejos e necessidades, inclusive no aspecto material. É difícil ter sucesso em um relacionamento quando existem questões financeiras não resolvidas.

No início do relacionamento conjugal, é preciso tomar decisões e fazer escolhas, quer dizer, faz-se necessário conversar sobre o destino do dinheiro e, segundo Guimarães (2010), poucos casais conversam sobre o planejamento das finanças. Os jovens casais ao não

conversarem sobre o dinheiro, não compreendem o significado dele na vida de cada um a partir de suas experiências familiares. A autora relata a dificuldade encontrada entre os casais no que diz respeito à tarefa de negociação financeira, uma vez que a construção do compromisso financeiro sofre influência de fatores individuais, familiares e sociais.

Os casais, em que necessariamente estão implicados dois sujeitos que apresentam objetivos, desejos e percepções diferentes com relação a como fazer uso do dinheiro, podem vir a ter conflitos. Guimarães (2010) acredita que em toda tomada de decisão conjunta haverá um certo grau de conflito entre os envolvidos.

É importante considerar que na construção de um relacionamento conjugal vários aspectos se encontram presentes, como o amor, a ternura, a proximidade, a cumplicidade, o desejo, o comprometimento, mas também o dinheiro (GUIMARÃES, 2010). O dinheiro é um elemento importante e faz parte da vida a dois; entretanto, ainda é um assunto considerado por muitos como tabu, como bem coloca Gley Costa (2007) e como um pecado, como aponta Guimarães (2010). Segundo Russo (2011), no imaginário social, o dinheiro aparece justamente como o contraponto do amor. Todavia, faz-se importante mencionar que durante muito tempo, como bem colocam Giddens (1993) e Roudinesco (2003), casamentos eram arranjados, visando quase que exclusivamente interesses econômicos, como já explanado no capítulo anterior. Apenas a partir do século XVIII é que os casamentos passaram a ser realizados considerando-se o sentimento dos nubentes, ou seja, o amor.

Antes mesmo do casamento propriamente dito, o dinheiro já é considerado um componente importante da relação, visto que ele é um articulador de grande notoriedade na relação íntima (GUIMARÃES, 2007). No início do relacionamento amoroso o casal gasta seu dinheiro com presentes, viagens, encontros românticos, mas no decorrer da relação se observa uma mudança em termos de prioridades de gastos. As demandas financeiras dizem respeito ao gerenciamento do lar e à aquisição de um patrimônio. Segue-se então um período de adaptação, acomodação e conhecimento do funcionamento conjugal, no qual o casal terá que refletir e tomar decisões conjuntamente (CENCI; HABIGZANG, 2015).

A cada nova família que se forma, a cada novo casamento realizado, acordos tácitos em relação ao dinheiro serão realizados. Mesmo que o novo casal nunca converse, clara e abertamente, sobre a forma como o dinheiro será administrado, as regras desenvolver-se-ão por si só. Os padrões dessa nova conjugalidade acabarão se estabelecendo (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997). Entretanto, Rodrigues (2008) pontua que essas negociações acontecerão de formas distintas nos diferentes casais, visto que vão envolver valores e crenças aprendidos nas famílias de origem.

Cenci e Habigzang (2015) referem que, segundo a literatura pesquisada, deve haver diálogo por parte da díade conjugal no que diz respeito às finanças, pois, a partir das conversas, poderá ser possível definir a forma de administração do dinheiro no exercício da conjugalidade. Este diálogo faz com que o casal entre em contato com suas crenças, com os aprendizados recebidos de suas famílias de origem bem como tomem conhecimento de suas dificuldades e facilidades individuais. Segundo Guimarães (2007), a construção e a consolidação do compromisso financeiro ao longo dos diversos ciclos vitais vão sofrer influências de diversos fatores.

O dinheiro estará presente na vida pessoal e conjugal, mas o valor atribuído a ele na vida de cada pessoa é muito particular, uma vez que, como já mencionado, sofre influência da experiência individual, das relações construídas no decorrer da história de cada um, bem como dos valores familiares herdados e aprendidos e dos valores morais e sociais (GARBIN; CENCI; LUZ, 2015). Para os referidos autores, a tarefa de tentar equilibrar os desejos afetivos com os objetivos financeiros individuais e conjugais não é fácil, pois exige do par uma capacidade de flexibilizar, respeitar e dialogar. A vida a dois requer adequação de valores e ideais, que até então eram individuais, em projetos e interesses que sejam agora comuns à díade conjugal. “O desafio do casal é construir uma unidade financeira que permita ao mesmo tempo autonomia e liberdade de uso do dinheiro” (GARBIN; CENCI; LUZ, 2015, p. 76).

Tendo mapeado um pouco da história e do significado do dinheiro, passaremos agora a estabelecer uma relação entre a conjugalidade e o dinheiro, assunto do capítulo a seguir.

3 CONJUGALIDADE E DINHEIRO

A família foi sofrendo transformações com o passar do tempo em função das mudanças ocorridas, que incluem desde os avanços na comunicação, tecnologia, globalização, às questões de gênero e da espiritualidade. Hoje, portanto, o conceito de família é bem amplo, sendo marcado pela ruptura com o modelo tradicional em prol de uma abertura para a exploração de novos modelos relacionais. Coexiste, então, uma pluralidade de composições como as de laços consanguíneos, relações formalizadas e não formalizadas por parentesco, família não legitimada juridicamente, entre tantas outras (CERVENY, 2002; CERVENY; BERTHOUD, 2009; DINIZ, 2009; WALSH, 2016).

Na atualidade, é possível perceber a convivência entre a concepção moderna e pós-moderna de casamento e família, não havendo nenhum modelo dominante, mas modelos heterogêneos e ao mesmo tempo particulares, convivendo em uma mesma época (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI, 2009). Tais modificações devem-se, principalmente, à entrada da mulher nos espaços públicos, que acabou por afetar as relações hierárquicas existentes há muito na sociedade patriarcal. As mulheres passaram a ter aspirações diferentes daquelas da esfera privada, o que refletiu em seus comportamentos e acabou provocando instabilidade em suas relações íntimas, assim como no casamento e na família de uma forma geral (MORICI, 2008; NETO; STREY, 2008; WALDEMAR, 2008; BIROLI, 2014).

Destarte, pode-se entender família como um sistema de relações que se desenvolve de modo particular e complexo, sofrendo influência dos mais diversos fatores. Dentro desse sistema de relações o indivíduo é parte e todo ao mesmo tempo (MINUCHIN, 1974). Do mesmo modo sofre a influência do meio que também o influencia. Compreende-se, portanto, que a família não é um sistema estático, pois se encontra em processo de mudança permanente (WHITAKER; BUMBERRY, 1990; CARTER; MCGOLDRICK, 1995; CERVENY, 2002; MUNHOZ, 2008; FALCETO, 2008).

Os indivíduos da unidade familiar também podem ser considerados não apenas parte desse sistema, mas ainda sistemas por si sós. O sistema familiar, por sua vez, faz parte de um sistema maior que compreende dimensões mais amplas, como, por exemplo: a econômica, temporal e sociocultural (CERVENY, 2002; CARTER; MCGOLDRICK, 1995; BIROLI, 2014).

Todos esses sistemas, individual, familiar e cultural sofrem influência histórica (eixo vertical) e desenvolvimental (eixo horizontal). Para os indivíduos, pelo eixo vertical perpassam a herança biológica e a programação comportamental, que inclui o temperamento,

as deficiências congênitas e a constituição genética. Pelo eixo horizontal transcorre o desenvolvimento emocional, cognitivo, físico e interpessoal. Este ocorre durante toda a vida e acontece dentro de um contexto sócio-histórico. Para a família, o eixo vertical inclui a história familiar que será transmitida às gerações futuras, ou seja, os padrões de relacionamento e funcionamento. Aqui estão incluídos atitudes, expectativas e tabus como problemas familiares. O eixo horizontal da família diz respeito às mudanças e transições do ciclo vital da família, incluindo aqui tanto as mudanças desenvolvimentais previsíveis como as imprevisíveis (McGOLDRICK; SHIBUSAWA, 2016).

Durante o seu desenvolvimento, as famílias passam por fases, encontrando-se inseridas dentro de um ciclo vital familiar. Este ciclo vital nada mais é do que um conjunto de etapas ou fases que são definidas a partir de alguns critérios, tais como: idade dos pais e dos filhos e tempo de união do casal, pelos quais as famílias passam desde o início da sua formação em uma geração até o dia do falecimento do ou dos indivíduos que deram início a ela. Trata-se de fases vivenciadas pelas famílias enquanto sistema que se move ao longo do tempo (CERVENY, 1997, 2002). Todavia, faz-se mister pontuar que, frente às novas configurações familiares, nem todas as famílias serão contempladas com todas as fases (WALSH, 2016).

Os indivíduos que compõem a família se encontram em diferentes fases deste ciclo vital e, portanto, haverá sobreposições de fases dentro de um mesmo ciclo de vida familiar. A transição entre as fases, por sua vez, nem sempre se dará de forma linear e implicará em uma constante reorganização de todas as pessoas envolvidas no ciclo (CARTER; McGOLDRICK, 1995; PIRES, 2008).

Nesta pesquisa foram tomados como referenciais os estágios do ciclo de vida da família propostos por Cerveny e Berthoud (2002a, b) visto que a caracterização proposta reflete a realidade das famílias brasileiras. Ao longo do seu ciclo vital elas sugeriram etapas que não se encontram rigidamente circunscritas, que são: a) Fase de aquisição; b) Fase adolescente; c) Fase madura e d) Fase última.

No estudo por nós realizado, que tinha como proposta compreender aspectos relacionados à conjugalidade, tomou-se como referência a primeira das fases, a *fase de aquisição*, pois objetivou-se compreender o manejo das finanças por parte dos indivíduos casados, formal ou informalmente no início da relação conjugal. É na fase de aquisição (CERVENY, 2002) que se inicia a vida conjugal/familiar, podendo ocorrer ou não o nascimento de filhos. Essa fase se encerra com a entrada dos filhos na adolescência, ou no

caso do casal sem filhos, quando os pais destes começam a realizar a transição para a fase seguinte.

No transcorrer dessa fase do desenvolvimento conjugal o casal foca na aquisição de bens materiais e patrimônio. Além de questões patrimoniais o casal adquire novas formas de relacionamento, que acabam por exigir reorganização dos sistemas em função da definição e adoção de novos papéis de cada um dos envolvidos. Haverá necessidade de negociações e renegociações de valores e regras de relacionamento, com o intuito de construção de um modelo particular de família que a díade conjugal entende e deseja constituir (CERVENY, 2002; BERTHOUD, 2002; CERVENY; BERTHOUD, 2009).

Cada um dos parceiros da díade conjugal traz consigo histórias construídas tanto nas famílias de origem quanto em relações anteriores. Esse momento inicial da união vai exigir um afastamento dessas histórias para permitir o planejamento do futuro a dois, com o estabelecimento de metas e novas adaptações às mudanças que surgem (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; CERVENY, 2002; BERTHOUD, 2002).

Cada família/casal em particular vivenciará essa fase de diferentes formas em função do tempo de casados e das demandas pessoais e familiares. Essa fase, na atualidade, frente às profundas transformações ocorridas no seio do núcleo familiar, não engloba apenas casais de primeira união, mas compreende também os casais recasados e famílias reconstituídas, solteiros com filhos, adotados ou biológicos, como também casais homoafetivos (CARTER; MCGOLDRICK, 1995; CERVENY, 2002; BERTHOUD, 2002).

Berthoud (2002), visando maior aprofundamento sobre a fase de aquisição, buscou compreendê-la a partir de três fenômenos. São eles: a) *a união do casal*, b) *a construção da vida a dois* e c) *a vivência da parentalidade*. No primeiro momento ocorre o apaixonamento (enamoramento), que se caracteriza pela aposta na relação a dois, assim como a criação de laços afetivos. O casal se encontra em ambivalência, pois, ao mesmo tempo que deseja a aproximação, a teme. Configura-se num espaço de reflexão e análise dos diferentes estilos pessoais e de vida existentes entre os parceiros dessa díade conjugal em formação. O casal vive o início e o desenvolvimento de um sentimento de atração e aproximação que pode levar à união, formal ou informal, e dar início à formação da conjugalidade (BERTHOUD, 2002).

Passada essa fase da conquista há um movimento interno e emocional visando à preparação para a verdadeira união, que Berthoud (2002) denominou como *vivendo o processo inicial da união*. Nesse momento o casal busca a consolidação da relação e começa a se despedir e a se afastar do núcleo familiar de origem, com o intuito de manter independência. A família de origem, por sua vez, a partir das negociações sobre os limites

entre as fronteiras dos diferentes sistemas relacionais, deverá permitir a individuação de seus membros, respeitando assim as vivências de pertinência e separação. Assim, ela possibilita ao casal o sentimento de pertencimento à nova família que estão constituindo. Os membros da díade procuram alcançar a realização de sonhos, traçam metas e planejam o futuro a dois assumindo novos papéis e funções (BERTHOUD, 2002; PIRES, 2008; FALCETO, 2008).

No segundo momento, Berthoud (2002) se refere ao fenômeno *construindo a vida a dois*. Ele envolve renegociações, readaptações bem como o surgimento de novos sentimentos. Os cônjuges vivenciam uma sensação de estranhamento frente a essa nova vida partilhada. Cada um deles necessita de um tempo de adaptação para a inclusão do parceiro na sua rede de relacionamento pessoal e social. A relação é construída num movimento psicológico de edificação do núcleo familiar. É tempo de assumir novos compromissos e descobrir ou redescobrir o outro, que agora é um outro diferente do momento inicial da relação (BERTHOUD, 2002).

Na construção dessa vida partilhada há, segundo a autora supracitada, um grande esforço no sentido de planejar a vida a dois. Esse planejamento se refere não só a questões emocionais, mas também a questões financeiras. No que concerne à administração do dinheiro, ela afirma que os acordos, em termos materiais, são um grande desafio a ser experienciado pelo novo casal. Haverá necessidade da construção de um canal de comunicação com o intuito de compreender o par conjugal. Nessas negociações serão reavaliadas as regras, os valores e os padrões vivenciados nas famílias de origem, o que pode causar conflitos, mas também pode criar novas possibilidades de interações relacionais (BERTHOUD, 2002).

O terceiro fenômeno descrito por Berthoud (2002) refere-se ao *vivenciando a parentalidade*. Cabe ressaltar que não será discorrido sobre este tópico, pois como a pesquisa em questão se refere ao entendimento do manejo das finanças na conjugalidade, não incluindo a entrada dos filhos na relação, entendemos não ser necessário nos determos nesse estágio.

Sabe-se que, nas fases iniciais da vida, o indivíduo inserido dentro de seu sistema familiar se apresenta inteiramente dependente. É esperado que, no transcorrer do seu desenvolvimento, construa uma diferenciação gradativa da família de origem estabelecendo padrões de relação mais equilibrados com os seus membros. Nesse processo os afetos, as percepções dos papéis e das funções de cada um, a dinâmica das relações, bem como o investimento emocional estão em constante mudança. O processo de diferenciação ocorre na inter-relação do indivíduo com seu núcleo familiar, coexistindo a construção da subjetividade dos sujeitos imersos nesse contexto (BERTHOUD, 2002).

A escolha do par conjugal também ocorre dentro desse processo, não acontecendo de forma aleatória (WHITAKER; BUMBERRY, 1990). Para os autores, ela é influenciada por fatores pessoais e interpessoais, padrões interacionais, afetivos, comunicacionais, econômicos, sociais e culturais, assim como por crenças, mitos e valores (fatores transgeracionais). Esses aspectos são construídos a partir da interação mútua e constante entre o indivíduo, sua família de origem e o meio sociocultural, durante todo o transcorrer das fases evolutivas do ciclo de vida individual e familiar. A escolha entre perpetuar ou extinguir os modelos, mitos e rituais das famílias de origem faz parte da dinâmica da conjugalidade (CERVENY; BERTHOUD, 2002a, b; CERVENY, 2002; BERTHOUD, 2002; DINIZ, 2011; NETO; STREY, 2008; MUNHOZ, 2008; BAPTISTA; CARDOSO; GOMES, 2012).

Os pais têm um papel fundamental na vida dos indivíduos, uma vez que além de serem os primeiros a estabelecer relações de amor com eles são ainda “modelos de casal” a serem seguidos ou modificados (MENEZES; LOPES, 2007). É esperado que o novo casal construa seu próprio modelo relacional, mantendo alguns aspectos relevantes aprendidos por meio dos modelos conjugais dos seus genitores (WHITAKER; BUMBERRY, 1990).

Existe uma diferenciação entre casamento e conjugalidade. Para Whitaker (1995), um dos pioneiros da terapia familiar e de casal, o casamento é compreendido como um modelo adulto de intimidade, no qual é possível existir uniões e separações entre os indivíduos envolvidos. Para ele, no casamento, existe um indivíduo que completa o outro, uma vez que se busca justamente neste outro o que sente que falta em si mesmo. Willi (1995), Carter e McGoldrick (1995), McGoldrick (2001), McGoldrick e Shibusawa (2016) entendem que o casamento é mais do que a união entre duas pessoas, uma vez que significa a modificação de dois sistemas inteiros para a criação de um terceiro subsistema familiar, o sistema conjugal.

Os conceitos de casamento e de conjugalidade se sobrepõem um ao outro (OLIVEIRA, D., 2012). A conjugalidade, segundo Féres-Carneiro (1998), é entendida como uma dimensão psicológica compartilhada pelo casal, que possui uma dinâmica inconsciente, com leis e funcionamento próprios. Essa conjugalidade é justamente o entrelaçamento das individualidades dos cônjuges. Existe a inclusão de dois desejos, duas histórias de vida distintas que se encontram em um jogo contínuo. É deste entrelaçamento, a partir de uma construção conjunta, que surgirá a identidade própria do casal, pois passará a existir um espaço intersubjetivo que é constantemente transformado pelos membros da díade a partir da vivência conjugal. Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2017), Magalhães (2009) e Féres-Carneiro e Ziviani (2009) afirmam que na constituição do casal existe a necessidade de

criação de uma zona comum de interação entre os cônjuges, ou seja, de uma identidade conjugal.

Com relação ao interjogo contínuo e dinâmico de conteúdos psíquicos do par amoroso, Magalhães (2009) afirma que é ele que promove a estruturação de um psiquismo compartilhado na conjugalidade. Nesta é possível haver o crescimento e o desenvolvimento pessoal, contanto que haja um espaço para trocas e diferenças pessoais. Essas trocas ocorrem na vivência diária dos cônjuges, que engloba os primeiros anos de vida conjugal, e tem como prioridade máxima o comprometimento com esse novo sistema: o conjugal (McGOLDRICK, 2001). O estabelecimento do casal, enquanto um sistema, pressupõe um processo longo de adaptação e de acomodação (FALCETO, 2008; OLIVEIRA, D., 2012).

Os indivíduos, tanto homens quanto mulheres, trazem para suas relações valores, costumes, hábitos e uma herança afetivo-emocional das suas famílias de origem. A construção da conjugalidade envolverá, portanto, acordos e negociações para o estabelecimento de um contrato que orientará o funcionamento do relacionamento conjugal. As decisões tomadas no processo de construção do contrato desta díade conjugal serão determinadas pelos papéis socialmente aprendidos e pelas expectativas a eles relacionadas (PERGHER, 2010; DINIZ, 2011).

Todo casal estabelece um contrato, seja ele explícito ou implícito, no qual se encontram os elementos mais significativos da relação. Os contratos e as regras servem justamente para impor limites nas mais diversas áreas da conjugalidade, e contribuem para a manutenção ou até mesmo para a destituição dela (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997; DINIZ, 2009). Os contratos também dizem respeito à sexualidade, às formas de demonstração de afeto que podem ser realizadas dentro de um espaço privado e público, às formas de comunicação e às estratégias de negociação e de resolução de conflitos. Tratam ainda da organização da vida a dois, das divisões de tarefas, do lugar que ocupa o lazer e o trabalho na vida do par conjugal, dos objetivos e expectativas do casal, da relação com as famílias de origem, bem como estabelecem questões acerca da fidelidade, cumplicidade e companheirismo, assim como da administração do dinheiro, entre outros. Os elementos presentes nesses contratos, em determinados momentos da vida a dois, podem adquirir maior representatividade, isso porque eles estão carregados de valor e de afetividade. Dependendo do momento em que são experienciados eles podem ser entendidos de maneira positiva ou negativa no cotidiano da relação (DINIZ, 2011).

Existem, na atualidade, diferentes maneiras de vivenciar a relação amorosa nos mais diversos arranjos conjugais. Construir uma identidade conjugal não é uma tarefa que se dá

sem esforço, pois, no mundo contemporâneo, os interesses individuais são supervalorizados e muito estimulados. O jovem casal será confrontado logo de início a uma situação de busca por autonomia – objetivando a manutenção dos ideais individuais – e ao mesmo tempo a vivência da realidade comum ao casal, inclusive no que diz respeito aos desejos e projetos em comum (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI; MAGALHÃES, 2011).

No processo de desenvolvimento da conjugalidade será comum a existência de conflitos entre a díade conjugal, uma vez que eles são inerentes à vida. A satisfação e a estabilidade das uniões conjugais não estão associadas diretamente à ausência de conflitos, mas à forma com que os casais estabelecem estratégias para sua resolução (MOSMANN; FALCKE, 2011; MOSMANN; ZORDAN; WAGNER, 2011; WAGNER; MOSMANN, 2012; WAGNER; MOSMANN; NEUMANN, 2015; DELATORRE; HAMEISTER; WAGNER, 2015; COSTA; CENCI; MOSMANN, 2016; SILVA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2017). O conflito conjugal pode ser compreendido como desentendimentos ou fonte de dificuldades no relacionamento (FINCHAM, 2009).

É comum os cônjuges tentarem ignorar os motivos de conflitos, todavia, tal atitude resulta em acúmulo de ressentimentos que, inevitavelmente, tendem a retornar com muito mais força a cada novo desentendimento (WAGNER; MOSMANN, 2012; SCHEEREN et al., 2015). O efeito do retorno do conflito foi descrito por Markman, Stanley e Blumberg (2001) como *efeito bumerangue*. Conseqüentemente, a incapacidade de resolver conflitos, mais o sofrimento decorrente dessa supressão de emoções negativas, pode acarretar prejuízo à saúde mental dos envolvidos (MOSMANN; FALCKE, 2011).

Os conflitos são mais frequentes nos primeiros anos de casamento (CENCI et al., 2017), podendo, inclusive, ser mais intensos e de difícil resolução, uma vez que o casal ainda está buscando o equilíbrio entre duas individualidades (COSTA; CENCI; MOSMANN, 2016). Já nos casamentos com parceiros mais velhos, segundo Carstensen, Gottman e Levenson (1995), existe mais carinho entre os cônjuges e menos emoções negativas no processo de resolução de conflitos. Com o passar dos anos, a tendência é que as estratégias de enfrentamento de conflitos se modifiquem e adquiram um caráter menos destrutivo em prol de algo mais plástico e positivo.

Os principais motivos de conflito conjugal observados por Mosmann e Falcke (2011) foram identificados a partir de seis dimensões, sendo eles em ordem decrescente: desentendimentos relacionados aos filhos; tempo que os casais desfrutem juntos; questões envolvendo dinheiro; tarefas domésticas; sexo e questões legais. Scheeren et al. (2015), por sua vez, elencaram como principais motivos de conflito: 1) disputas de poder; 2) transições

inerentes ao ciclo de desenvolvimento familiar; 3) questões financeiras; 4) divisão de responsabilidades; 5) relacionamentos extraconjugais; 6) diferenças de gênero; 7) famílias de origem; 8) características pessoais do cônjuge, entre outros. Papp, Cummings e Goeke-Morey (2009) também encontraram fontes de conflitos como: hábitos, parentes, lazer, amigos, trabalho, tarefas domésticas, comunicação, dinheiro, entre outras.

Observa-se que um dos conflitos conjugais presentes nas pesquisas realizadas se refere às questões de ordem financeira. Scheeren et al. (2015) em sua pesquisa, que buscava compreender como os conflitos conjugais se caracterizavam, afirmam que o motivo de conflito de menor frequência assinalado foi o dinheiro, contudo, afirmam que mesmo não tendo sido um assunto recorrente de desentendimentos, quando há discussões que dizem respeito ao dinheiro, elas tendem a ser estressantes, ameaçadoras, longas e de difícil resolução. Esta constatação também foi referida pelos pesquisadores Britt, Huston e Durband (2010) e por Papp, Cummings e Goeke-Morey (2009) que evidenciaram, em seus estudos, que mesmo os cônjuges não classificando o dinheiro como fonte mais frequente de conflitos conjugais acreditam que estes são os mais problemáticos, recorrentes e tendem a permanecer sem solução.

O dinheiro, mesmo não sendo um assunto verbalizado como originando discussões, é um dos grandes temas de desacordo entre os casais, levando a conflitos conjugais (PAPP, CUMMINGS; GOEKE-MOREY, 2009). Os conflitos que envolvem dinheiro podem ocorrer por diversas razões, e mesmo naqueles casais nos quais não existem dificuldades relacionadas ao aspecto financeiro, os conflitos estão presentes (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997; PAPP; CUMMINGS; GOEKE-MOREY, 2009). Além disso, segundo Papp, Cummings e Goeke-Morey (2009), independente do fundo disponível, um dos cônjuges pode sentir que não tem o mesmo acesso ao dinheiro que o seu parceiro. Os conflitos podem ocorrer, ainda, por excesso de despesas e diferentes formas de perceber como o dinheiro deverá ser gasto. Esses autores afirmam que os desentendimentos gerados por questões de ordem financeira podem gerar mais estresse, serem mais ameaçadores, assim como interferir mais no funcionamento da díade conjugal quando comparados a outras fontes de discordâncias conjugais.

O conflito entre casais pode existir em diferentes e diversos momentos, desde a escolha do bem a se comprar até o pós-compra, em que podem existir as dívidas ou as discordâncias quanto à utilidade do referido bem. O casal pode concordar com a compra de um determinado bem, compreendendo que é uma boa aquisição para o casal. Todavia, mesmo entendendo ser a compra necessária, o conflito pode existir caso algum dos parceiros sintam-se

injustiçado em relação ao seu uso, acreditando, dessa forma, que um se beneficiará mais em comparação ao outro. Kirchler (1995) afirma que essa dívida de utilidade pode ocorrer justamente pela distribuição assimétrica de custos e benefícios determinados pelo casal. A depender do funcionamento da díade conjugal, no que diz respeito à qualidade do relacionamento e à distribuição de poder, bem como à forma como as dívidas de utilidades serão manejadas, elas poderão ser inseridas em um livro de conta ficcional.

Os conflitos entre os casais podem estar relacionados tanto ao conteúdo da discórdia, quanto à dificuldade em termos de recursos pessoais dos cônjuges em lidar com o conflito (SCHEEREN et al., 2015).

A forma de os casais gerenciarem seus desentendimentos ou dificuldades do relacionamento vai depender das características individuais de cada um deles; das heranças transgeracionais; de um uso adequado de estratégias de negociações e resolução de conflitos aprendidos nas famílias de origem (DELATORRE; HAMEISTER; WAGNER, 2015); da capacidade de identificar e reconhecer as próprias necessidades e as do parceiro; da habilidade para negociação e capacidade para ceder e de assumir compromissos e corresponsabilidades (DINIZ, 2011; WAGNER; MOSMANN, 2012). As estratégias serão desenvolvidas por cada cônjuge de forma individual e também pelo par conjugal a partir da identificação do problema, buscando, assim, um entendimento comum bem como a manutenção do casamento (SILVA; SCORSOLINI-COMIN; SANTOS, 2017).

No estudo desenvolvido por Costa et al. (2017), que tinha como objetivo revisar a literatura científica acerca da psicoterapia de casal e estratégias de resolução de conflito, buscando identificar variáveis envolvidas no processo terapêutico, foi observado, no que diz respeito à resolução dos conflitos conjugais, a importância da comunicação, da empatia, do apoio mútuo, da confiança e do perdão. De acordo com Delatorre, Hameister e Wagner (2015) a comunicação permite a interação entre o par conjugal, mesmo durante os conflitos. Contudo, deve-se estar atento ao seu conteúdo, ou seja, à informação que se deseja passar, bem como, ao afeto ligado a ela. A depender da forma e do tom com que o conteúdo será falado, a comunicação poderá ser mais empática possibilitando, assim, a existência de negociações entre o casal.

Pode-se constatar, de acordo com pesquisas realizadas por Kirchler, em 1992, confirmando as pesquisas de Madden (1982) e de Kirchler (1990), que a estratégia mais utilizada e que produz melhores resultados ainda é a negociação entre a díade conjugal.

Na pesquisa realizada por Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2017), eles constataram que os casais entrevistados afirmaram que a melhor forma de enfrentamento das divergências

se dá a partir da tolerância mútua, com paciência e aceitação e até por meio da renúncia e da resignação. É com o aprendizado da própria relação que se procura compreender o outro a partir da crença dele e não da sua própria. A compreensão, por sua vez, sofre influência dos recursos pessoais de cada cônjuge e vai além de reconhecer os limites e as potencialidades do outro. Diz respeito à manutenção da própria individualidade dentro da realidade conjugal. Portanto, a existência de flexibilidade e de capacidade de negociação entre os cônjuges, com o objetivo de se chegar a um denominador comum, alcançando, dessa forma, uma resolução satisfatória para o par conjugal faz-se importante (DELATORRE; HAMEISTER; WAGNER, 2015).

Contudo, deve-se estar atento às estratégias utilizadas pelos casais na resolução dos conflitos, pois sabe-se que há casais que buscam a resolução por meio de estratégias de negociação e comunicação, fazendo uso de diálogo, enquanto que há outros que acabam adotando métodos ineficazes, fazendo uso da agressão e até mesmo da violência (BARRETO et al., 2009). A chave para o sucesso do casamento, de acordo com Fincham (2003) é justamente o gerenciamento dos conflitos. Ele afirma que as habilidades para manejar os conflitos podem ser aprendidas na terapia de casal, todavia, ressalta que existem outros mecanismos para tal gerenciamento e chama a atenção para a importância do apoio do cônjuge na resolução destes.

3.1 Dinheiro e conflito

O dinheiro, assim como o amor, afeta os relacionamentos, de acordo com a consultora financeira e psicóloga Collins (2006). O dinheiro não é apenas objeto de poder financeiro, mas também um objeto com significado emocional, e, dessa forma, pode ter, como consequência, influências nos comportamentos das pessoas (ROSE; ORR, 2007). A representação do dinheiro muitas vezes tem papel significativo nos conflitos mais primários de um casal, visto que o mesmo se encontra como base da vida conjugal/familiar (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997).

O dinheiro e suas implicações no cotidiano da humanidade têm sido objeto de estudo pelas mais diferentes áreas de conhecimento. O interesse pela questão econômica vem se intensificando nas últimas décadas, uma vez que está presente em todas as relações humanas.

As mudanças econômicas, sociais, políticas e industriais ocorridas principalmente após a segunda guerra mundial trouxeram novos padrões de comportamento social. As sociedades modernas ocidentais foram atravessadas por um padrão de consumo de bens e

serviços excessivos com o intuito de satisfação de prazeres efêmeros (GUIMARÃES, 2007). O dinheiro, nos dias atuais, é que move o mundo e que movimenta a civilização. Ele é o representante do mundo materialista (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997).

Em decorrência das mudanças ocorridas, a sociedade contemporânea passou a ser regida pelas leis de mercado centradas no bem-estar, no desejo e no prazer, onde se busca por vínculos amorosos materiais, centrados no interesse das posses, frente às dificuldades impostas pela sociedade na construção de vínculos sociais. Os laços afetivos se tornaram mais frágeis, frente às relações de consumo bem características do atual contexto histórico, mas dentro dessa fragilidade existe uma necessidade real de relacionamento entre as pessoas (MORICI, 2008; RUSSO, 2011; BAUMAN, 2014).

Para muitas pessoas, o amor passou a ser um amor interessado e fabricado, não estando ligado apenas às necessidades espirituais, mas também aos imperativos materiais (BAUMAN, 2014). Uma realização plena no amor só será possível na medida em que as necessidades materiais possam ser satisfeitas, uma vez que o amor, por si só, não sobrevive sem dinheiro, pois o dinheiro está ligado diretamente ao suprimento das necessidades mais básicas de todo e qualquer ser humano. Entendendo que o amor também faz parte das necessidades humanas, ligadas mais especificamente ao espírito, o dinheiro aparece como alimento do corpo. Mas, em alguns momentos eles podem trocar de lugar já que os dois se apresentam como elos complementares de uma mesma cadeia. Assim, a ideia do amor já se encontra impregnada pelo sentido do dinheiro (RUSSO, 2011).

No desenvolvimento do relacionamento a dois não estão presentes, portanto, apenas as questões afetivas, mas também as financeiras. A afetividade é necessária e saudável, estando associada à admiração, ternura, paixão e amor. O amor pode levar o casal a se comprometer, construindo um vínculo emocional. Todavia, nem sempre os vínculos são construídos pela via do afeto. O estabelecimento de uma relação pode se dar a partir de vinculações pela via do aspecto financeiro. Dessa forma, o dinheiro e o seu gerenciamento também são relevantes no relacionamento, uma vez que o significado particular atribuído ao dinheiro e ao seu manejo pelos cônjuges pode ser fator de união ou de conflito entre eles (HINTZ, 2008).

Nessa sociedade capitalista, do consumo desenfreado, o dinheiro influencia demasiadamente as relações tendo reflexos sobre o comportamento das pessoas, principalmente no que diz respeito ao amor. O dinheiro sofre a influência de diversos fatores como os sociais e culturais, bem como lhe são atribuídos significados diversos, inclusive, significados que estão além da presença material dele. Ao mesmo tempo em que se encontra

como mediador das relações e que as transforma, ele também é transformado. Por sua vez, o dinheiro acaba por se separar dos afetos, sendo sentido como prejudicial para estes, principalmente no que diz respeito ao amor, aparecendo justamente como a negação dos sentimentos. Portanto, as relações acabam sendo pautadas num consumo sem controle, vivendo-se um amor fabricado, interessado e que não se mantém sem a base do dinheiro (RUSSO, 2011).

De acordo ainda com a autora, o dinheiro passa a ser o contraponto do amor. Todavia, na mesma via em que estão em polos contrários também são complementares. Não é possível negar a relação entre dinheiro e amor. Sentimentos como o amor e o dinheiro estão bem próximos, sendo capazes de modificar uns aos outros. Ao mesmo tempo em que dinheiro e amor são contraditórios e complementares, a relação entre os dois se torna bastante complexa. Com o passar do tempo o dinheiro e o sentimento foram se impregnando mutuamente de tal forma que se tornaram os dois grandes objetivos da vida humana. O amor, sendo considerado o maior dos sentimentos não se sustenta sem a presença de uma dimensão material, no caso, o dinheiro. Este último, por sua vez, sozinho, não satisfaz a todos, mas se encontra completo quando relacionado ao amor. Para Russo (2011), portanto, o amor passa a assumir características muito peculiares nessas relações monetárias.

Do mesmo modo que amor sem dinheiro é uma realidade praticamente impossível de ser experienciada, uma vez que vai na contramão das necessidades materiais necessárias para a subsistência e de ser um complicador para a relação, não se pode pensar apenas no dinheiro, pois, somente a posse dele deixaria um “vazio existencial” que recairia quase que inevitavelmente em uma busca incessante pelo amor (RUSSO, 2011). O amor e o dinheiro são representados como um ideal de felicidade. A felicidade, segundo Russo (2011, p. 130.) “é completa quando os dois são experimentados juntos. É quase improvável falar de felicidade quando se tem apenas um dos dois polos. Pelo menos no que diz respeito à busca de um companheiro ou companheira com quem se quer partilhar a vida e mesmo o amor que está ligado às outras esferas da existência, precisa-se do dinheiro para sobreviver ou mesmo para se mostrar digno”.

As atitudes, crenças e comportamentos dos sujeitos em relação ao uso do dinheiro ao longo da vida adulta sofrem a influência da família de origem (CAMPBELL, 2007), mas o cônjuge também contribui com a aprendizagem do uso do dinheiro (MEIRELLES, 2012).

Pahl (1989) identificou quatro categorias de gerenciamento do dinheiro, a saber: 1) sistema de gerenciamento total dos gastos – no qual todo o ganho salarial é gerenciado por um único cônjuge, excluindo-se os gastos pessoais do parceiro; 2) sistema de gerenciamento por

mesada ou pensão – um dos cônjuges é o principal provedor financeiro e fornece uma quantia para as despesas da casa ao mesmo tempo em que mantém um valor não revelado para outros gastos, como os pessoais, por exemplo; 3) sistema de gestão compartilhada do dinheiro – ambos os cônjuges têm acesso ao dinheiro e têm papel ativo na tomada de decisões financeiras; 4) sistema de gestão independente do dinheiro – cada cônjuge, individualmente, tem controle sobre a sua própria renda e com os compromissos das despesas da casa.

Além do tipo de gerenciamento do dinheiro escolhido pelos casais, deve-se estar atento à dinâmica do relacionamento em torno do dinheiro, ou seja, aos acordos estabelecidos para a administração das finanças e os processos de negociações (RIPOLL-NÚÑES; ARRIETA, 2012).

Os casais normalmente não conversam, no início do relacionamento, acerca da divisão financeira adequada entre os cônjuges, bem como sobre o papel de cada um dos membros da díade conjugal na obtenção e divisão dos recursos (TEYKAL; ROCHA-COUTINHO, 2007). Uma vez que existem significados simbólicos quanto ao uso comum do dinheiro, como quanto o casal destina às férias, às diversões, às aquisições importantes e até à poupança, a forma como o casal entende e faz uso do orçamento familiar leva à compreensão do interesse que os parceiros têm em sua estabilidade financeira. Portanto, quando houver possibilidades diferentes de se fazer uso do dinheiro, a escolha pode provocar conflitos e até luta pelo poder da decisão. Diante disto, o orçamento pode vir a unir o casal em objetivos comuns como pode ser motivo de discórdias e conflitos. Dessa forma, o casal deve prezar por um bom entendimento e apresentar uma boa capacidade de comunicação com vistas a tomar as decisões de forma conjunta (HINTZ, 2008).

Os casais recém-formados tendem a adotar sistemas de gestão independente ou mista (contas independentes e conjuntas) como uma forma de manter a autonomia no relacionamento (BURGOYNE et al., 2006). Por outro lado, quando os cônjuges contribuem mais igualitariamente na renda familiar a tendência é manejarem as finanças de forma conjunta, utilizando o sistema de fundo comum proposto por Pahl (1989).

Casais que possuem contas conjuntas, em que ambos têm liberdade para gastar o dinheiro, e que têm bons recursos financeiros, existe a possibilidade de não haver conflitos neste âmbito das finanças, mas apenas discordâncias ou desconfianças de alguma das partes. Entretanto, quando houver dificuldades financeiras será mais provável existirem divergências quanto ao uso do dinheiro, gerando, assim, brigas e, conseqüentemente, deflagrando desentendimentos de outra ordem (PERGHER, 2010).

Pahl (2005) afirma que à medida que os casais vão redefinindo seus relacionamentos e os papéis desempenhados por eles, os padrões de gerenciamento do dinheiro também tendem a sofrer mudanças. Por sua vez, Burgoyne et al. (2007) acreditam que os casais que permanecem fazendo uso da gestão independente das finanças, mesmo após um ano de casados, poderão vir a ter conflitos no futuro em razão de incompatibilidades nas decisões dos gastos.

No que diz respeito ao comportamento financeiro de homens e mulheres é possível perceber a existência de diferenças de gênero, conforme apontaram as pesquisas de Meirelles (2001, 2012). Esta autora afirma que as mulheres ainda apresentam dificuldades para administrar suas finanças por acreditarem na incapacidade de não saberem lidar com números, por ausência de uma educação financeira e em decorrência do legado da família de origem. Frente a estas dificuldades acabam por delegar essa função a outros, que normalmente é o cônjuge.

Com as mudanças socioeconômicas e culturais as mulheres adentraram ao mercado de trabalho, sendo cada vez mais comum o trabalho fora de casa bem como sua maior contribuição com a manutenção da casa (FLECK; WAGNER, 2003). Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada em 2015, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), constatou-se que 40,5% dos domicílios tinham a mulher como principal provedora, sendo o Nordeste a região do país onde existe, proporcionalmente, mais mulheres na posição de principal provedor do lar – em média 42,9% das casas.

De acordo com pesquisa realizada por Biroli (2014), confirmando os dados apresentados pelo IBGE, na atualidade, já se observa um aumento no número de mulheres que são chefes de família, ou seja, são as principais provedoras de seus lares. Todavia, nas relações conjugais da contemporaneidade observa-se que as tomadas de decisões tendem a ser realizadas pelo cônjuge que apresenta maior poder aquisitivo, que em geral, ainda é o homem (HINTZ, 2008). Apesar das conquistas femininas em busca de maior igualdade entre os sexos, as mulheres ainda apresentam renda média inferior aos homens (KENNEY, 2006; HARTH, 2013; BIROLI, 2014).

Em contrapartida, é interessante observar que as mulheres que recebem mais se preocupam em como o cônjuge vai se sentir, fazendo muitas vezes malabarismos para que ele não se sinta diminuído por não ser o principal provedor. O homem pode se sentir não apenas inferiorizado, mas perceber a mulher como gananciosa e como fonte de ameaça para a sua virilidade, principalmente se outras pessoas tomarem conhecimento da situação. São homens, em sua maioria, com características narcísicas e inseguros, que não suportam a ideia de terem

em casa mulheres mais poderosas do que eles. Homens que só se sentem valorizados se a mulher os admirar, esperando que elas venham reforçar as habilidades que eles acreditam possuir (HINTZ, 2008).

Por sua vez, Pergher (2010) refere que há mulheres que gostam do papel de provedoras, do mesmo modo que há homens que desejam ser sustentados. Todavia, faz ressalva no que concerne à adequação do papel das mulheres nesse tipo de relacionamento, pois elas podem se deparar com eventuais interesses escusos do marido. Em contrapartida, para os homens, podem existir críticas sociais pelo fato de serem sustentados por uma mulher. Este autor sinaliza para o fato de mulheres bem-sucedidas, tanto em nível profissional quanto financeiro, acabarem afastando os homens.

Independentemente de quem é o principal provedor, de quem recebe mais pelos trabalhos desempenhados, deve sempre existir o diálogo acerca das finanças para que ele possa colaborar e contribuir para um melhor manejo do dinheiro no exercício da conjugalidade. Identificar e reconhecer os motivos que provocam conflitos entre os casais pode ajudar no desenvolvimento de intervenções e estratégias de resolução de conflitos, favorecendo, possivelmente, uma resolução mais efetiva (CENCI; HABIGZANG, 2015).

As pessoas procuram relacionamentos pelos mais diversos motivos. E os motivos que levam homens e mulheres a casar são diferentes. Décadas atrás buscavam a manutenção do patrimônio, *status* e filhos, mas na atualidade, principalmente, busca-se satisfação. Cada vez mais os indivíduos procuram satisfação na convivência. Viver a dois exige esforço, trabalho em conjunto e vontade de partilhar as experiências de vida. Faz-se necessária a existência da corresponsabilidade, em que ambos estão dispostos a investir e a se responsabilizar pela relação (MOSMANN et al., 2015).

É com o passar dos anos que os cônjuges aprenderão a desenvolver habilidades para melhor enfrentar as dificuldades do relacionamento, contribuindo, dessa maneira, para sua manutenção (MOSMANN et al., 2015). Conciliar duas individualidades em uma conjugalidade não é uma tarefa fácil. Existem necessidades, interesses e desejos distintos. O cotidiano da convivência acaba gerando o estabelecimento de rotinas, que se não forem bem administradas podem levar ao desgaste da relação, assim como a conflitos. As divergências são parte constituinte do relacionamento, mas não necessariamente serão motivos de discórdia e destruição, pelo contrário, podem ser construtivas e até salutares para a relação. A depender da forma como as discordâncias serão tratadas, elas podem ser um fator de crescimento, amadurecimento e reorganização da relação a dois (SCHEEREN et al., 2015).

4 OBJETIVOS E MÉTODO

4.1 Objetivo geral

- Compreender a influência do manejo do dinheiro no relacionamento conjugal.

4.2 Objetivos específicos

- Analisar o significado que o dinheiro tem para o indivíduo.
- Identificar a forma de manejo do dinheiro escolhida pela díade conjugal.
- Reconhecer a possibilidade de conflitos enfrentados pelo casal, relacionados às questões financeiras.
- Distinguir estratégias de enfrentamento utilizadas pelo casal na tentativa de resolução de possíveis conflitos atravessados pelas questões financeiras.

4.3 Método

4.3.1 Delineamento

A presente pesquisa foi de natureza qualitativa. As investigações qualitativas têm como foco o estudo de fenômenos particulares e complexos de determinados grupos e sujeitos. Richardson (1999, p. 80) aponta que:

Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A pesquisa qualitativa, segundo Denzin e Lincoln (2006), tem sua origem na Sociologia e na Antropologia. Pesquisadores destas áreas já realizavam trabalhos de campo, utilizando-se deste tipo de investigação, há muitos anos, mas é na década de 1970 que a pesquisa qualitativa passou a ter maior visibilidade (SCHWANDT, 2006). Segundo este autor, ela foi desenvolvida enquanto movimento contrário à concepção positivista de ciência, que tinha como foco principal os fatos ou causas dos fenômenos sociais, dando pouca atenção aos estados subjetivos dos sujeitos envolvidos.

A pesquisa qualitativa apresenta uma abordagem interpretativa do mundo, na qual seus pesquisadores estudam os fenômenos em seus cenários naturais, buscando compreendê-los a partir dos significados atribuídos pelos sujeitos a eles (DENZIN; LINCOLN, 2006). Este tipo de investigação considera a descrição detalhada dos fenômenos e dos elementos envolvidos, dando importante atenção aos discursos, depoimentos e significados atribuídos pelos atores sociais envolvidos (VIEIRA; ZOUAIN, 2005).

A pesquisa qualitativa se fundamenta em uma estratégia baseada em dados coletados diante de interações sociais de grupos circunscritos, analisadas a partir dos significados que os atores atribuem ao fenômeno, de como vivem, pensam e sentem (MINAYO, 2014).

4.3.2 Participantes

Participaram da pesquisa oito indivíduos, sendo quatro mulheres e quatro homens (não casados entre si), heterossexuais, de camada socioeconômica média, sem filhos, na faixa etária entre 25 e 40 anos. Todos estavam casados formalmente e legalmente unidos ou vivenciavam um relacionamento afetivo-conjugal estável com coabitação mínima de dois anos.

Como camadas socioeconômicas médias entende-se: "a pequena burguesia constitui um setor muito numeroso que abrange desde o dono de um pequeno armazém até os pequenos e médios proprietários de terra, passando por todos os assalariados que trabalham em escritórios, funcionários públicos e profissionais liberais" (OLIVEIRA, P., 2004, p. 126).

Optou-se por indivíduos casados e/ou coabitantes sem filhos para que não houvesse interferência dos aspectos relacionados à parentalidade. A escolha da referida faixa etária se deu em virtude de, na contemporaneidade, os sujeitos estarem postergando a constituição de uma vida a dois, ou seja, é dentro dessa faixa de idade que estão ocorrendo esses relacionamentos estáveis. Acredita-se que o tempo de coabitação inicial pode fornecer dados acerca da forma encontrada pelos indivíduos casados e/ou coabitantes para administrar suas finanças, uma vez que é no início da relação que ocorrem os acordos implícitos e explícitos sobre as finanças e a dinâmica de relacionamento daquela conjugalidade.

4.3.3 Instrumentos

Os instrumentos utilizados foram desenvolvidos pela mestranda, sendo eles: um questionário sociodemográfico (Apêndice A) e um roteiro de entrevista – O dinheiro na

Conjugalidade - (Apêndice B). O questionário sociodemográfico continha informações como idade, sexo, escolaridade, estado civil, profissão, renda, entre outros. O roteiro de entrevista, realizado de forma semiestruturada, era composto de questões que atendiam aos objetivos propostos, sendo elas: a) Como vocês planejam as finanças? b) Em relação aos gastos: O que você considera como prioridade? O que o(a) seu/sua companheiro(a) considera como prioridade? c) Quando existe algum conflito, em que medida o dinheiro está envolvido? d) Quando há conflitos em relação aos gastos financeiros como vocês reagem inicialmente? Como resolvem os conflitos? e) Esta forma de resolução dos conflitos está surtindo efeito? f) Se não, como você acha que estes conflitos poderiam ser solucionados? g) Gostaria de acrescentar mais alguma coisa acerca dessa questão? A entrevista foi realizada com cada participante, de forma individual, com duração média de cinquenta minutos.

4.3.4 Procedimentos de coleta dos dados

A seleção dos participantes ocorreu por amostragem intencional entre homens e mulheres heterossexuais, casados/coabitantes e pertencentes à camada média da Região Metropolitana do Recife, a partir do conhecimento da pesquisadora (sem a presença de parentesco) e por indicações de alguns dos participantes, como também pela indicação de pessoas conhecidas. Os participantes foram informados dos objetivos da pesquisa e da gravação das entrevistas, que foi realizada com apenas um dos membros do casal, sendo também garantido o sigilo acerca de sua identidade. Obtendo a aprovação, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndice C). A aplicação do questionário sociodemográfico e as entrevistas foram realizadas em locais de escolha e de conveniência dos participantes. Cada participante foi entrevistado individualmente. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas de forma literal, tendo sido mantido o máximo de fidelidade acerca do que foi dito. Os participantes receberam um nome fictício para assim garantir a preservação de sua identidade.

4.3.5 Procedimento de análise dos dados

Os dados coletados, a partir das entrevistas, foram analisados de acordo com a Análise de Conteúdo Temática, segundo Minayo (2014), sendo consideradas três etapas: (a) *pré-análise*, que é composta pela leitura flutuante, com a finalidade de constituir o *corpus* da pesquisa; (b) *exploração do material*, que consiste em separar os eixos temáticos ou núcleos

de sentidos que serão discutidos; (c) *análise e interpretação dos resultados*, baseadas na literatura de referência.

4.3.6 Procedimentos éticos

O projeto de pesquisa, sob o número do CAAE 61804516.1.0000.5206 foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Antes de cada entrevista, foi apresentado e assinado pelos participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme a Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

Para a realização desta pesquisa foram obedecidas as orientações da Resolução nº 466/12 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Esta visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado. O TCLE assegurou aos participantes, o direito de, a qualquer momento, desistirem de serem voluntários na pesquisa, sem sofrer nenhum prejuízo.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Iniciaremos a apresentação dos resultados com o perfil sociodemográfico dos participantes, que pode ser observado no Quadro 1 e, em seguida, continuaremos com a apresentação das categorias temáticas e sua respectiva análise.

Quadro 1 – Dados sociodemográficos dos participantes. Região Metropolitana do Recife, 2017

Participante	Idade (em anos)	Sexo	Estado civil	Tempo de convivência (em anos)	Escolaridade	Profissão	Renda mensal do casal (salário mínimo)	Gerenciamento do dinheiro
Vicente	29	M	Casado	2	Superior completo	Médico	+ 15	Independente
Tadeu	34	M	Casado	5	Especialização	Engenheiro de pesca	+ 15	Compartilhado
Gustavo	30	M	Casado	2	Especialização	Fisioterapeuta	9 a 12	Independente
Erick	36	M	Casado	4	Superior completo	Jornalista	9 a 12	Independente
Tamires	38	F	União estável formal	11	Especialização	Psicóloga	+ 15	Total
Roberta	36	F	União estável informal	5	Especialização	Servidora pública	6 a 9	Total
Edith	33	F	Casada	2	Especialização	Médica	+ 15	Misto (independente e compartilhado)
Esmeralda	34	F	União estável informal	2	Superior completo	Analista processual	+ 15	Total

Fonte: Elaboração da autora, 2017.

De acordo com o Quadro 1 pode-se observar que a amostra foi composta por quatro indivíduos do sexo masculino e quatro do sexo feminino. A média de idade apresentada pelos participantes variou de 29 a 38 anos. Com relação ao tempo de convivência, observa-se que este variou de dois a onze anos, sendo cinco oficialmente casados, dois apresentando união estável informal e um com união estável formalizada judicialmente. Todos os indivíduos participantes apresentam nível superior completo, e a grande maioria da amostra apresenta nível de pós-graduação. A renda mensal percebida pelo casal caracteriza-os enquanto sujeitos pertencentes à camada socioeconômica média.

Nesta seção são apresentadas as informações coletadas a partir das entrevistas. Durante a análise foram consideradas três etapas, como mencionado no método. Inicialmente foi realizada a leitura flutuante das entrevistas, buscando, dessa forma, a constituição do *corpus* da pesquisa. Num segundo momento, durante a exploração do material coletado, de

acordo com os objetivos da pesquisa, foram definidas quatro categorias a serem discutidas. No último momento, que constitui a análise e interpretação dos resultados foram discutidos os dados adquiridos nas entrevistas, a partir das quatro categorias definidas e relacionando-os com a literatura de referência.

A primeira categoria diz respeito ao significado do dinheiro, na qual são trabalhados o valor atribuído ao dinheiro e a influência socioeconômica e cultural. A segunda categoria trata da influência da herança transgeracional durante a construção do compromisso financeiro pelo casal. Na terceira categoria, é abordada a forma de gerenciamento do dinheiro e a dinâmica do relacionamento conjugal em torno dele, ou seja, os acordos e os processos de negociação estabelecidos pela díade conjugal. Na última categoria, mas não menos importante, tem-se uma discussão acerca da existência de possíveis conflitos relacionados à conjugalidade financeira.

5.1 Significado do dinheiro

O dinheiro está presente e faz parte dos momentos da vida econômica e social dos sujeitos e o significado atribuído a ele sofre influência dos aspectos socioeconômicos, culturais e subjetivos. Compreender de que forma os fenômenos econômicos afetam a vida dos indivíduos, bem como entender de que forma o comportamento financeiro pode influenciar os relacionamentos, constitui um ponto importante para a Psicologia.

Nesta categoria, que diz respeito ao significado do dinheiro, os participantes da pesquisa, de forma unânime, entenderam o dinheiro como um meio para alcançar um fim. Esse fim se relaciona à qualidade de vida, entendida aqui como boa moradia, viagens, boa alimentação, saúde de qualidade, lazer, subsistência, prazer/consumismo, necessidade e estabilidade. Tal afirmação fica evidente nas verbalizações dos seguintes participantes: “O dinheiro pra mim é uma coisa boa, no sentido de que pode dar tranquilidade pra você ter sua casa, ter uma qualidade de vida boa [...]”. (Edith); “Ferramenta. Dinheiro é uma ferramenta para obter algumas coisas, somente. Algumas, não todas” (Vicente).

Quando o participante Vicente foi questionado sobre o que seriam essas coisas, ele respondeu:

Uma saúde de qualidade, um transporte confortável, um lazer mais, que realmente depende do dinheiro. [...] É mais como eu digo, é mais uma ferramenta mesmo, a função do dinheiro. É trazer uma segurança a mais do ponto de vista, como é que eu digo, dinheiro compra coisas. Então assim,

coisas que dependem de dinheiro você vai usá-lo só como ferramenta mesmo, coisas mais concretas mesmo [...].

Na fala deste entrevistado é possível compreender que o dinheiro vai além de uma moeda corrente. Com ele, além de adquirir bens materiais, é possível, como afirmaram Cloé Madanes; Cláudio Madanes (1997), possuir educação, saúde, diversão, segurança.

No relato do participante, a seguir, também se pode perceber o dinheiro enquanto capacidade de proporcionar satisfação, bem-estar, prazer, enfim, qualidade de vida:

O dinheiro é um bem material que vai gerar alguns fins de, vamos dizer assim, vai gerar alguns fins de, assim, do cotidiano. A renda pra morar bem, pra se alimentar bem, pra jogar um... passeio, uma diversão. [...] Meio para um fim. A maneira de chegar a um fim. Eu quero comprar uma coisa, eu quero viajar, quero me proporcionar algum prazer. O caminho é o meio e não o fim em si. Acho que também não é o mais importante. Eu penso muito mais na qualidade de vida (Tadeu).

Para a participante Esmeralda, o dinheiro está vinculado à subsistência e à obtenção de prazer, fato este que corrobora com o proposto por Capriles (2005), que percebe o dinheiro como um símbolo de relação, por meio do qual os sujeitos buscam não apenas a satisfação das necessidades, mas anseiam a satisfação dos desejos. Ela argumenta que:

O dinheiro tem a essencialidade da sobrevivência, então eu acho que pra mim é eu não consigo, como eu digo, então como eu acho que o dinheiro, o principal é subsistência então eu não meço muito com comida, com bem-estar no sentido de academia porque pra mim é saúde, então o dinheiro primeiro é pra isso. Agora, eu sou uma pessoa consumista então o dinheiro pra mim também é muito, é muito relacionado com prazer mesmo, de poder comprar, de querer e não ficar frustrada, é porque não tem o dinheiro no momento para adquirir, então pra mim é subsistência e prazer.

Deve-se observar que o consumo faz parte de toda e qualquer sociedade capitalista, e que o dinheiro permite sua realização. O consumo, tanto das necessidades básicas quanto de supérfluos, é caracterizado como a atividade central da sociedade humana, assim como é o que permite sua sustentação (GUIMARÃES, 2007). Nas verbalizações das participantes Roberta e Thamires é possível compreender que o dinheiro pode não possuir um valor intrínseco propriamente, mas ele carrega uma promessa de restituição, conforme explica Capriles (2005). Ou seja, o dinheiro oferece a possibilidade de ser trocado por algo considerado não apenas útil, mas também desejável. Elas referem que:

Ah! Eu acho que dinheiro é necessário pra gente realizar coisas, mas ele não é o principal, assim, não é o que define uma relação, mas é bastante necessário e pesa muito (Roberta).

Dinheiro? Ah!... eu acho que o dinheiro pra mim é o que possibilita realizar coisas que eu acho muito importantes na vida, como viajar, viver bem. Viver bem no sentido de ter um bom plano de saúde, de poder comer bem... então assim... essas coisas só o dinheiro pode dar. Então pra mim significa isso, significa poder fazer planos e viver bem (Thamires).

Percebe-se, nos discursos que emergiram, a existência de uma preocupação com relação às questões de subsistência, o que vem corroborar com os achados do estudo realizado por Moreira e Tamayo (1999). Estes autores desenvolveram a Escala do Significado do Dinheiro (ESD) no Brasil. E em seus estudos definiram nove componentes ao avaliar o significado do dinheiro, sendo eles: a) poder, b) conflito, c) prazer, d) progresso, e) cultura, f) desapego, g) sofrimento, h) desigualdade e i) estabilidade. A estabilidade foi o componente mais encontrado por estes autores. De acordo com eles este componente atribui um significado positivo ao dinheiro na medida em que proporciona não apenas a estabilidade, mas também a segurança. Está relacionado diretamente à importância de ter as necessidades básicas asseguradas e a garantia de uma estabilidade financeira.

Dado semelhante foi encontrado por Moreira (2002) em seu estudo em que procurou comparar o significado do dinheiro nas diferentes regiões do Brasil, a partir da aplicação da Escala do Significado do Dinheiro. A autora revelou que o componente predominante entre as regiões, no que tange ao significado do dinheiro, também foi a estabilidade. Os valores atribuídos ao dinheiro, de acordo com Furnham (1996) diferem de acordo com o sexo. Para ele, os homens atribuem um valor maior ao dinheiro quando comparados às mulheres. Este autor acredita que isto se deve ao fato de os homens serem mais competitivos.

Parece claro, portanto, que o dinheiro significa coisas diferentes para pessoas diferentes. Os significados são aprendidos ou adquiridos. E o significado atribuído pelos sujeitos ao dinheiro é um indicador de suas experiências de aprendizado anteriores. (WERNIMONT; FITZPATRICK, 1972). O dinheiro, além de apresentar significados simbólicos (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997), produz motivação e pode reduzir níveis de insatisfação (WERNIMONT; FITZPATRICK, 1972). O significado do dinheiro pode influenciar, portanto, a dinâmica familiar, a socialização econômica das crianças, o manejo das finanças e a importância das posses materiais entre outros (MOREIRA; TAMAYO, 1999).

Contudo, assim como nos estudos realizados por Furnham (1984) e por Moreira (2002), deve-se levar em consideração que os achados desta pesquisa talvez não devam ser

generalizados, pois, além de se tratar de uma amostra pequena e não representativa, existem limitações na amplitude de algumas variáveis, como: geográfica, cultural, renda, idade, escolaridade e classe econômica. Mas, de acordo com os dados coletados, percebeu-se uma grande preocupação, por parte dos indivíduos participantes da pesquisa, com relação às questões referentes à subsistência e à estabilidade, assim como ao prazer/satisfação.

5.2 Herança transgeracional e compromisso financeiro do casal

Todo casal necessita compartilhar duas individualidades em uma única conjugalidade. E isso ocorre a partir da influência do modelo conjugal parental no que tange à escolha e à vivência da conjugalidade. Os cônjuges trazem para os seus relacionamentos as aprendizagens internalizadas de suas famílias de origem de como ser um casal (FÉRES-CARNEIRO, 1998; FÉRES-CARNEIRO; DINIZ-NETO, 2010; ZIVIANI; FÉRES-CARNEIRO; MAGALHÃES, 2012). Não seria diferente na aprendizagem com relação ao dinheiro. As crenças, as atitudes, assim como os comportamentos dos sujeitos em relação ao dinheiro sofrem influência da família de origem (CAMPBELL, 2007).

A construção do compromisso financeiro, de acordo com Guimarães (2010), sofre a influência de fatores individuais, familiares e sociais. Cada cônjuge traz para seus relacionamentos heranças de suas famílias de origem. Entretanto, com o desenvolvimento da relação espera-se que cada um comece a estabelecer um afastamento das suas famílias, buscando assim sua independência (BERTHOUD, 2002; CERVENY, 2002; CARTER; MCGOLDRICK, 1995). As famílias de origem, em contrapartida, deverão, a partir das negociações do estabelecimento das fronteiras, permitir a individuação de seus membros, respeitando as vivências de pertinência e separação das próprias do ciclo desenvolvimental da família. Devem permitir e possibilitar ao novo casal o sentimento de constituição de uma nova família (BERTHOUD, 2002).

Na análise do conteúdo das entrevistas evidenciou-se que alguns indivíduos apresentaram dificuldades no processo de separação das famílias de origem. As dificuldades foram observadas em quatro indivíduos casados entrevistados, sendo elas: a) Pedido de empréstimo a familiares: “Quando foi preciso a gente pediu dinheiro emprestado e [...] tanto à tia dela, que é como se fosse a mãe, quanto ao meu pai” (Tadeu); b) Pedido de empréstimo aos filhos: “O pai dele já precisou de dinheiro, a gente fez um empréstimo bem grande, já faz um ano, e nunca recebeu. Às vezes uma tia minha precisa, a gente empresta também” (Edith); c) Presença da sogra na casa dos cônjuges (para companhia): “Não. Eu até prefiro. Porque

como no meu caso, eu fico muito tempo ausente de casa, a mãe dela passa a ser uma companhia também. É importante pra mim” (Gustavo); d) Pagamento de dívida pela família da participante contraída pelo cônjuge:

Porque eu assumi as dívidas dele, num momento em que ele não podia pagar nada. Então, além do meu sustento, de plano de saúde, de tudo que eu tenho, dos meus gastos pessoais, eu tive que assumir os gastos que ele fez para a empresa. Então chegou num mês, precisamente fevereiro, que minha renda não conseguiu cobrir os gastos e quem assumiu os gastos foi minha irmã mais velha (Esmeralda).

Esta participante especificamente, durante a entrevista relatou que as dívidas contraídas pelo companheiro quase levaram à separação do casal: “[...] mas a única vez que a gente quase se separou foi por causa do dinheiro” (Esmeralda).

É possível observar nos recortes da fala desta participante, não apenas a interferência da família de origem, mas uma imaturidade financeira ou até mesmo uma má administração das finanças. A família dela auxiliou a pagar uma dívida que o companheiro realizou, mas com sua autorização, pois o mesmo era dependente em seu cartão de crédito. Outra situação, na mesma relação conjugal, que fica explícita é o não respeito às fronteiras existentes entre os subsistemas, no que diz respeito à decisão da referida participante em se separar. Porém, a família de origem dela tomou a frente e assumiu as dívidas realizadas por seu companheiro para evitar a dissolução da relação, como pode ser observado na fala:

Então quando eu me vi impossibilitada de pagar inclusive a minha subsistência, porque meu dinheiro estava todo comprometido com dívidas de cartão e empréstimo isso me abalou muito. E a gente chegou a ficar separado acho que uma semana ou duas. [...] Minha família foi tudo nesse momento, até porque minha família gosta muito dele, então vê que ele é uma pessoa muito trabalhadora, que tá 24 horas no ar pra conseguir fazer dinheiro. Então minha mãe e minha irmã eram completamente contra ele sair de casa ou qualquer tipo de separação, então elas se prontificaram a botar o dinheiro na jogada pra que isso não interferisse tanto.

Problemas relacionados às finanças podem levar à insatisfação conjugal e, conseqüentemente, a divórcios (BRITT; HUSTON, 2012). Em estudo realizado por Dew, Britt e Huston (2012) observou-se que desacordos financeiros são os maiores preditores de divórcio, quando comparados a outros desentendimentos conjugais, sendo também fortes fatores preditivos de separação em casais que coabitam. Estes desentendimentos podem acontecer por insatisfação de um ou de ambos os cônjuges (DEW, 2011). Os desacordos

financeiros podem ter um custo alto para os relacionamentos, como pode ser observado na fala da participante acima. As questões de ordem financeira chegaram a provocar a separação, todavia, a dissolução foi evitada devido à ajuda financeira de sua irmã.

É de responsabilidade do casal elaborar acordos e contratos, explícitos ou implícitos, como tratar os familiares do cônjuge até lidar com questões práticas da vida a dois, como adquirir bens (BERTHOUD, BERGAMI, 1997; SATTLER et al., 1999; HECKLER; MOSMANN, 2014). A participante, mesmo desejando se separar cedeu à interferência de sua família, numa decisão que competia a ela e ao seu cônjuge.

A dificuldade em negociar o *status* familiar com a família de origem pode conduzir ao fracasso conjugal, como bem coloca McGoldrick e Shibusawa (2016). Para os referidos autores, os problemas na negociação demonstram a deficiência no estabelecimento das fronteiras em torno do novo subsistema. Os pais/sogros podem ser intrusivos e o casal pode ter medo de impor limites. Em outra via, os cônjuges podem ter dificuldades em estabelecer conexões adequadas com os sistemas estendidos, afastando-se e formando um casal fechado. No caso da participante Esmeralda, a incapacidade desse casal em formalizar o casamento pode ser justamente um indicativo de que os parceiros ainda se encontram muito ligados às suas famílias de origem e não estão preparados para definir um novo sistema nem estão prontos para aceitar os novos realinhamentos decorrentes de sua união.

O casal que vive muito próximo às famílias de origem corre o risco da interferência deles e, em contrapartida, o que mora muito longe acaba se privando de ajuda em tempos de necessidade. O fato de os filhos dependerem, de alguma forma, economicamente dos pais geralmente atrapalha o processo de separação psicológica necessária ao casal jovem (WALDEMAR, 2008).

A escolha do par conjugal sofre influência de fatores pessoais e interpessoais, padrões interacionais, afetivos, comunicacionais, econômicos, sociais e culturais, assim como por crenças, mitos e valores aprendidos nas famílias de origem. A escolha entre perpetuar ou extinguir os modelos, mitos e rituais das famílias de origem faz parte da dinâmica da conjugalidade (CERVENY; BERTHOUD, 2002a, b; MUNHOZ, 2008; CERVENY, 2002; BERTHOUD, 2002; DINIZ, 2011; NETO; STREY, 2008).

As falas a seguir apresentam a influência da família de origem, no que diz respeito à escolha do par amoroso: “Porque a minha família não é assim. A gente teve problemas financeiros seríssimos, na minha família de origem, né? Então... muito muito sérios” (Thamires). A participante complementa, afirmando não querer reproduzir a relação que seus pais estabeleceram com o dinheiro: “Da minha família, sem dúvida. Até por eu querer me

relacionar com um cara que tem essa relação totalmente saudável com o dinheiro, isso reflete também uma escolha minha, né? De não querer vivenciar o que eu vivenciei. E realmente eu não quero”.

A referida participante, ao afirmar querer se relacionar com uma pessoa que apresente uma relação diferente com o dinheiro daquela que ela estabelece, vem confirmar os estudos realizados por Rick, Small e Finkel (2009) que sugerem que os opostos se atraem quando se trata de questões relacionadas aos gastos. De acordo com os autores, é provável que pessoas que tendem a gastar excessivamente sintam-se mais atraídas por pessoas mais controladas.

Ele administra bem, ele tem uma relação muito saudável com o dinheiro. Assim, eu admiro isso muito porque eu não tenho. [...] ele consegue juntar, ele consegue viver bem, ele consegue ter as coisas boas. [...] se eu ganhasse o tanto que ele ganha eu não tinha, eu não aguentava juntar. Eu já tinha gastado tudo. [...] Tipo assim, se eu ganhar 10 mil reais eu vou gastar 10 mil reais. Se eu ganhar 20 eu vou gastar os 20 (Thamires).

A compreensão, o significado e a forma de manejar e administrar as finanças sofrem a influência das famílias de origem, como pode ser observado nas falas a seguir:

Sim. Tanto aprendendo com os negativos quanto com positivos. É aquela história, você aprende o certo, mas também faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço. Você vê muita coisa errada pra não fazer. Mas uma parte da educação financeira sim, vem dos meus pais (Vicente).

Este participante relata que os pais nunca conversaram acerca das finanças: “Meus pais não conversam de financeiro, assim, o quanto ganham, o quanto o outro ganha. Esse tipo de união, esse nível não tem. Aí eu vi que tem muito problema dentro dessa questão. E aí eu não repeti não”. [risos].

Na verbalização de outra participante, ela expõe as dificuldades que vivenciou em sua família de origem, em relação à ausência dos pais, frente à importância que davam ao dinheiro e ao uso dele, e afirma ter estabelecido com o seu cônjuge uma forma totalmente diferente da observada na família de origem. Participante Edith refere:

Agora eu acredito que eu já tenho essa cultura porque, na minha casa, o meu pai sempre trabalhou muito. Minha mãe também trabalhava muito. [...] os dois trabalhavam feito loucos. Então eu sofri muito a ausência do meu pai e minha mãe durante a infância e adolescência. Então eu me prometi que não ia fazer isso, que ia dar ao dinheiro o devido valor. Porque o que é que acontecia... como eles trabalhavam muito, eles compravam tudo que a gente queria, mas não ficavam um tempo com a gente. [No decorrer da entrevista,

ela fala assertivamente:] Eu não queria nunca repetir o que os meus pais tinham feito.

Essa fala reforça a ideia proposta por Baptista, Cardoso e Gomes (2012), que afirmam ser possível, durante as transmissões geracionais, modificações criativas e transformações na herança perpassada. É possível, portanto, a construção de modelos diferentes dos aprendidos em sua família de origem.

Na fala do participante Erick, pode-se observar que, durante a entrevista, ele percebeu que reproduzia um padrão aprendido na família de origem, mas que ainda não havia tomado consciência da repetição do modelo herdado, até então:

Papai também tem um controle de conta, é ele quem faz isso na casa dele. Talvez tenha algo que eu pegue, pois ele sempre fez isso lá em casa. Mas eu acho que foi mais pela necessidade. Porque tinha coisa que eu olhava papai fazendo que eu não tinha vontade de fazer. É mais por uma necessidade mesmo. Mas acho que tem alguma coisa a ver.

Como lidar com dinheiro, tanto no que se refere ao controle como ao descontrole, também é aprendido nas famílias de origem (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997). A participante a seguir afirma que seus hábitos de consumo, assim como sua educação financeira foram transmitidos pelos seus pais:

Hábito de consumo você constrói de infância. Com mesada. Tudo da infância é sua educação financeira. É como você vê seu pai, sua mãe lidando com dinheiro. Como minha mãe era muito mais presente na minha vida, no meu dia a dia do que meu pai, que trabalhava mais e às vezes viajava. Então os meus hábitos foram adquiridos com a minha mãe. E minha mãe tinha o hábito também de comprar e esconder. Ela comprava e escondia na mala do carro e ia levando as sacolas aos poucos para meu pai não ver. Embora ele nunca tenha se metido na vida financeira dela. [risos] (Esmeralda).

O hábito do consumo desenfreado foi aprendido por meio do comportamento de sua genitora: “O descontrole dela foi passado pra mim e pra minha irmã do meio. Minha irmã mais velha, como é pouco consumista, tem todos os hábitos do meu pai. De ser precavida, de fazer poupança, previdência, tudo muito voltado para poupar mesmo” (Esmeralda).

É importante, contudo, compreender que os sujeitos não internalizam as aprendizagens apenas herdadas da família de origem. Como afirma Meirelles (2012), o cônjuge também tem forte influência na aprendizagem do uso do dinheiro. No caso da participante Roberta, foi

possível perceber uma modificação na sua forma de administração das finanças após convívio com o seu companheiro:

Eu passei a poupar depois que a gente casou, antes eu não fazia poupança. Eu tava gastando. Se fechasse o mês e tivesse sobrando alguma coisa na conta aí eu guardava. Mas enquanto tivesse eu tava gastando. Aí com ele não. [E complementa:] Aí depois dele é que eu faço isso de... Esqueci de falar do outro ponto. Depois que eu pago tudo, eu tiro uma parte e poupo e aí o resto é pra gastar.

A partir da análise das entrevistas verificou-se que alguns indivíduos relataram ter apresentado mudanças em sua forma de administração das finanças. Essas mudanças se deram em grande parte por: experiência própria de má administração, observação de outros padrões de administração, pelo exercício do diálogo, pelo convívio com um modelo diferente e por entender que o afeto é mais importante do que o dinheiro. Guimarães (2007) afirma que a construção e a consolidação de um compromisso financeiro ao longo dos diversos ciclos vitais vão sofrer a influência dos mais diferentes fatores.

5.3 Manejo do dinheiro no relacionamento conjugal

O dinheiro é um importante componente das relações, uma vez que ele é um articulador na relação íntima (GUIMARÃES, 2007). Entretanto, falar acerca de dinheiro é considerado ainda assunto tabu (MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio, 1997).

As pessoas, de modo geral, não estão preparadas para lidar com a administração financeira pessoal e toda a complexidade que ela envolve, ou seja, desde o desejo de adquirir um bem ou serviço a programar suas reservas financeiras. O tema da educação financeira e a sua influência no comportamento dos sujeitos ainda carece de maiores estudos. Todavia, a educação financeira pode servir enquanto ferramenta na tomada de decisões que envolvem as finanças (BARBOSA, 2015).

Nesta categoria serão abordadas as formas de manejo das finanças encontradas nos indivíduos entrevistados. Existem diferentes formas de manejar o dinheiro ao longo da vida conjugal. Esse manejo não inicia quando o casal decide assumir um compromisso conjunto; ele acontece, de forma implícita ou explícita, desde os primeiros encontros do novo casal. As pesquisas realizadas por Teykal e Rocha-Coutinho (2007) e Cenci et al. (2017) evidenciaram que não é usual os indivíduos, no período de namoro, dialogarem, de maneira clara, a respeito

do dinheiro nem tampouco sobre a divisão financeira a ser estabelecida entre eles no início do relacionamento.

Corroborando com os autores citados anteriormente, Guimarães (2010) afirma que poucos casais conversam acerca do planejamento das finanças. E quando a conversa não se estabelece, a referida autora afirma que os jovens casais acabam por não compreender o significado do dinheiro em suas vidas.

Esses achados encontrados na literatura científica, contudo, não foram verbalizados pelos indivíduos entrevistados. O participante Gustavo referiu que: “desde a época de namoro que a gente planeja, pra poder fazer um passeio, uma viagem como namorados. [...] Até pra planejar mesmo a questão do casamento”.

Outro participante afirmou não apenas planejar os gastos financeiros, mas relatou ter estabelecido desde a época em que ainda eram namorados a divisão de todas as despesas do casal:

[...] a gente estabeleceu isso desde o namoro porque quando a gente começou a namorar, [...] a gente ganhava a mesma coisa, então eu achava que a gente estava na mesma situação. Então desde lá a gente já começou a juntar dinheiro pra comprar o apartamento e dividia todas as coisas juntos. Então sempre foi [...] bem divididinho (Edith).

Nesse início é preciso tomar decisões e fazer escolhas. O casal deve conversar sobre o destino do dinheiro e onde ele deverá ser empregado (TEYKAL; ROCHA-COUTINHO, 2007; CENCI et al., 2017). Na construção da vida partilhada há um grande esforço para planejar uma vida a dois. Esse planejamento, no que diz respeito à administração do dinheiro, ou seja, os acordos, em termos materiais, é um desafio a ser vivenciado pelo casal (BERTHOUD, 2002).

Na fala dos participantes entrevistados foi possível perceber a presença da comunicação, de um diálogo envolvendo negociações, regras e padrões financeiros estabelecidos. Os planos se referiam tanto à realização da cerimônia do casamento, compra do apartamento e do carro, como às viagens a dois e lazer, como pode ser observado no trecho a seguir: “[...] na época que a gente namorava, a gente sempre pensou desse jeito [...] eu pagava as despesas da gente de saída dessas coisas e ela juntava dinheiro para o casamento. [...] Sempre foi desde a época antes do casamento” (Tadeu).

Esses trechos revelam um planejamento por parte do indivíduo, casado, entrevistado, no que diz respeito ao manejo inicial do dinheiro. Em seus relatos percebe-se a existência do diálogo em torno das finanças ainda na época do namoro.

Os indivíduos, em sua maioria, afirmaram existir diálogo em torno da vida financeira, ainda na época em que eram namorados, contudo, assumindo a postura de manejo individual das finanças. Esse fato corrobora com os achados na literatura, que confirmam ser mais comum, na época do namoro, o manejo individual das finanças em que cada sujeito é responsável pela administração do seu próprio dinheiro (FÉRES-CARNEIRO; ZIVIANI; MAGALHÃES, 2011; BURGOYNE et al., 2006).

É a partir dos planos e das negociações, no processo de construção e planejamento de uma vida partilhada a dois, que o novo casal vai estabelecendo uma forma de manejar sua vida econômica (BERTHOUD, 2002). Na medida em que os casais vão redefinindo seus relacionamentos e conseqüentemente os papéis desempenhados por eles, os padrões de gerenciamento do dinheiro tendem a sofrer mudanças (PAHL, 2005).

Os casais podem utilizar diferentes formas de manejo do dinheiro e o estilo adotado por cada díade conjugal fornece informações importantes a respeito daquela conjugalidade. Pahl (1989) identificou quatro categorias de gerenciamento do dinheiro. São elas: 1) sistema de gestão independente do dinheiro; 2) sistema de gestão compartilhada do dinheiro; 3) sistema de gerenciamento total dos gastos e 4) sistema de gerenciamento por mesada ou pensão. Estas categorias presentes na pesquisa de Pahl (1989) foram identificadas na verbalização dos participantes da pesquisa.

5.3.1 Sistema de gestão independente do dinheiro

O manejo independente do dinheiro não é tão antigo, e segundo Elizabeth (2001), esta forma de organização pode estar relacionada diretamente às novas formas de relacionamento existentes na contemporaneidade, como, por exemplo, os recasamentos e as coabitações.

No sistema de gestão independente das finanças cada cônjuge tem o controle individual sobre sua renda, não possuindo acesso ao dinheiro do parceiro (PAHL, 1989). Na verbalização de três participantes, casados formalmente, esta forma de gestão financeira foi estabelecida em seus relacionamentos conjugais.

O participante Gustavo verbaliza: “São contas separadas”.

O participante Vicente afirma: “Separadas. (...) Todas são separadas mesmo”.

O entrevistado Erick explica:

Não! Ela tem a conta dela e eu tenho a minha. Mas é uma coisa assim... como eu tenho uma planilha, ela nem mexe na minha planilha. Ela sabe

porque eu comunico. Entendeu? E ela tem a conta dela. A gente não tem conta conjunta. É individual, não é uma conta conjunta não. Cada um tem um cartão e quando sai gasta juntos.

Os indivíduos desta pesquisa, que relataram ter optado por manter as finanças e o controle destas separadas, afirmaram, contudo, que o dinheiro se encontra disponível para o casal, e que toda tomada de decisão envolvendo questões econômicas é compartilhada com o(a) companheiro(a). Sendo assim, evidencia-se a presença de negociação pelas díades conjugais, mesmo quando a gestão das finanças ocorre de forma independente pelos cônjuges. Nessa perspectiva, a partir da pesquisa realizada, no Reino Unido, por Burgoyne et al. (2007), os autores concluíram que os indivíduos sentem necessidade de possuir um sentido separado de identidade, e, dessa forma, entendem como importante a ideia de ter controle sobre os seus rendimentos, pois isso possibilitaria a participação no processo das decisões envolvendo a parceria.

O uso do sistema de gerenciamento independente das finanças é comum no início dos relacionamentos conjugais, talvez como uma tentativa, por parte dos cônjuges, justamente, de manter a autonomia no relacionamento (BURGOYNE et al., 2006). Entretanto, de acordo com Burgoyne et al. (2007) as tentativas de preservar as finanças separadas, assim como essa identidade financeira nos estágios iniciais do casamento podem constituir um risco que consiste em provocar sentimentos de desigualdade em estágios posteriores da relação.

A adoção do manejo independente das finanças, de acordo com os estudos de Blumstein e Schwartz (1983) e confirmada pelas pesquisas de Elizabeth (2001), deu-se por necessidade dos cônjuges, principalmente por parte das mulheres, frente à busca pela igualdade, de serem economicamente autossuficientes e de contribuírem, senão igualmente, mas proporcionalmente, com as despesas da casa. Cada cônjuge ou convivente apresenta ganhos pessoais e administra o seu próprio dinheiro, e as despesas comuns são divididas. De acordo com Elizabeth (2001), após a contribuição definida para cada parceiro, o montante restante é propriedade individual, sendo controlada por cada um da díade individualmente.

É comum que casais que experimentam uniões informais manejem suas finanças de forma mais individualizada, apresentando assim contas bancárias separadas. Em contrapartida, espera-se que casais legalmente constituídos apresentem uma maior tendência em partilhar as finanças, apresentando contas conjuntas e um manejo compartilhado (ATWOOD, 2012). Em nossa pesquisa, dentre os oito indivíduos, apenas duas participantes do gênero feminino apresentaram uniões informais, e em ambos os casos a forma de gerenciamento adotada foi a total, na qual todo o ganho salarial é gerenciado por um único

cônjuge. Esses dados corroboram com o proposto por Atwood (2012), uma vez que o cônjuge provedor optou por gerenciar as finanças de forma individualizada, não compartilhando a gestão com o companheiro.

A gestão independente do dinheiro, segundo Pahl (2005), é mais comum em famílias jovens, e naquelas em que a mulher apresenta rendimentos relativamente altos. Para Burgoyne et al. (2007) o uso de gestão independente tem aumentado, fato este que ele afirma estar intimamente associado às novas formas de casal existentes, como a existência da coabitação e os recasamentos.

5.3.2 Sistema de gestão compartilhada do dinheiro

Em pesquisa realizada por Kenney (2006), ela constatou que o uso da conta conjunta foi um mecanismo encontrado pelos casais para garantir o sustento das donas de casa de outrora, que não apresentavam renda familiar, ou que apresentavam rendas muito baixas. Todavia, afirma que, na atualidade, o que se observa são homens e mulheres, recebendo valores equiparados, dividindo as despesas do lar e administrando as contas conjuntamente.

Nesta forma de manejo das finanças ambos os cônjuges têm acesso ao dinheiro que é entendido como sendo do casal e os dois possuem papel ativo na tomada de decisões. A tendência do casal em manejar as finanças de forma conjunta, utilizando o sistema de fundo comum, proposto por Pahl (1989), tem sido mais frequente quando os cônjuges contribuem mais igualmente com a renda familiar (YODANIS; LAUER, 2007b). Entretanto, na presente pesquisa, assim como na que foi realizada por Ripoll-Núñez e Arrieta (2012) não foi possível confirmar esses achados, visto que a maioria dos casais, apesar de contribuírem muito similarmente com as despesas familiares, acabou apresentando o manejo independente das finanças.

Todavia, como foram estudados indivíduos no início do relacionamento conjugal, os dados podem refletir os apontados por Burgoyne et al. (2006) e Hieckel, Liefbroer e Poortman (2014), os quais afirmam que a vida econômica dos casais tende a ser entrelaçada com o tempo. Dessa forma, os autores entendem que as uniões de longo prazo apresentam maior propensão de reunir os seus recursos econômicos, quando comparadas a relações de menor tempo de união.

De acordo ainda com Heimdal e Houseknecht (2003), é provável que casais mais próximos, interligados, que apresentam sentimentos de comprometimento, confiança, segurança e expectativa de permanência no relacionamento apresentem a gestão

compartilhada. Burgoyne et al. (2006), Rhoades, Stanley e Markman (2010), assim como Hieckel, Liebroer e Poortman (2014) afirmam que as estratégias de gestão do dinheiro tanto entre casados quanto em coabitantes vão ser explicadas, em certa medida, pelas diferenças existentes no que tange ao nível de compromisso do casal.

Apenas um dos participantes, casado formalmente há cinco anos, afirmou fazer uso do manejo compartilhado das finanças. Segundo ele

Nossa conta é conjunta. Cartão conjunto. Tudo conjunto. Tudo que entra vai pra conta, pagamos tudo e o que sobrar a gente usa como nos proover. Assim, a gente, ah vamos comprar isso, ah não, vamos viajar... Mas, de maneira geral, é assim, vai tudo para aquela conta. A gente pega todas as contas, paga. O que sobrar ou o que faltar é dos dois (Tadeu).

No manejo da conta conjunta, o princípio que prevalece, de acordo com Elizabeth (2001), é o acesso igual aos recursos monetários do casal. Ambos da díade têm o mesmo controle e o mesmo direito de uso e usufruto do dinheiro, independentemente do valor da contribuição. Todavia, deve-se estar atento para o fato de que o manejo conjunto não garante uma igualdade do uso do dinheiro. De acordo com Burgoyne et al. (2007) neste tipo de organização das finanças um dos cônjuges pode exercer mais controle sobre o dinheiro do que o outro.

Eu até tava conversando essa semana passada porque eu estou comprando muita coisa pela internet. Mas eu digo: você compra muita coisa no shopping. Aí fica essa discussão [risos]. Mas assim na brincadeira. [...] Mas de maneira geral é sempre assim. A gente conversa e chega a um denominador comum. Não tem muito estresse não (Tadeu).

Nesse viés, foi possível constatar, de acordo com a afirmação do participante, que durante alguns momentos ele vislumbra comportamentos financeiros desiguais, em que, mesmo por meio da brincadeira, é possível perceber que ambos da díade já sentiram, de alguma forma, tendo um uso mais restrito do dinheiro quando comparado ao cônjuge.

É importante pontuar que, a depender do tipo de relação existente, poderá haver formas distintas de manejar o dinheiro. De acordo com a pesquisa de Kenney (2006), casais casados formalmente apresentam manejo de finanças diferente do apresentado por casais conviventes. É mais usual que estes últimos utilizem a gestão separada, enquanto que os casados façam uso da administração conjunta. Em nossa pesquisa, frente ao pequeno número da amostra talvez não se faça possível a confirmação desses dados, uma vez que, como apresentado, dos oito indivíduos participantes apenas um faz uso exclusivo da gestão

compartilhada. Dos três indivíduos que estão num relacionamento de convivência, nenhum apresentou o manejo conjunto das finanças.

5.3.3 Sistema de gestão mista (independente e compartilhada)

Entre a gestão independente e a compartilhada das finanças, é possível haver sobreposição entre essas duas maneiras de gerenciar o dinheiro pelos casais, existindo, portanto, um sistema de gerenciamento misto. O sistema de gestão mista foi identificado recentemente justamente para os casais que mantêm uma proporção significativa do seu dinheiro de forma independente, mas apresentando uma conta conjunta para as despesas do lar. Mesmo mantendo contas separadas, o casal apresenta um fundo em comum, como por exemplo, uma poupança ou uma conta conjunta (PAHL, 2005; BURGOYNE et al., 2007).

Esta forma de manejo do dinheiro pode ser observada na participante Edith. Ela referiu organizar suas finanças conjugais a partir do sistema de gestão mista:

quando eu recebo meu salário, a primeira coisa que eu faço é tirar os oito mil pra fazer o depósito, e ele do mesmo jeito. Fora isso é pagar as contas de casa, água, luz, telefone, os planos de saúde, que a gente paga independente [...] a gente tem um acordo que por mês a gente deposita x dinheiro na nossa poupança.

Esse tipo de gestão, de acordo com Burgoyne et al. (2007), é o mais comum entre os casais. Eles apresentam contas separadas, realizando seus pagamentos e obrigações, mas transferindo um valor previamente acordado para a conta conjunta do casal.

O uso de sistema de gerenciamento independente ou misto, no início dos relacionamentos conjugais, pode refletir, justamente, uma tentativa dos cônjuges para manter a autonomia no relacionamento. Portanto, casais recém-formados tendem a postergar a gestão compartilhada das finanças, como já afirmado por Burgoyne et al. (2006).

Para Elizabeth (2001), manter um gerenciamento individual de parte das finanças foi um mecanismo adotado pelos casais não só com o objetivo de evitar a dependência financeira, mantendo, dessa forma, autonomia e independência no relacionamento, mas também, principalmente para as mulheres, foi uma forma de definir igualdade em termos de contribuições.

A conta conjunta da entrevistada Edith e do marido reflete, portanto, serem eles, uma unidade financeira, como bem expressa Elizabeth (2001). De outro lado, as contas separadas não garantem apenas autonomia e individualização, mas também ilustram um ideal de

igualdade entre os indivíduos que compõem a díade conjugal. Edith, durante sua fala, deixa clara a importância da igualdade na relação:

Na casa de Francisco, o pai é que praticamente pagava tudo, então no começo, assim eu conversei com ele. Desde quando a gente era amigo que eu achava que se a mulher era financeiramente produtiva ela devia contribuir também, porque eu acho que isso dá uma certa tranquilidade pra você chegar e dizer: Oh! Lava esse prato aí. Porque se tu contribui financeiramente, tu também pode cobrar que em casa a pessoa faça alguma coisa. Fica uma relação muito mais igualitária. Pelo menos pra mim funciona assim.

O uso da gestão compartilhada das finanças pelos casais, segundo as pesquisas sobre dinheiro na conjugalidade, é esperado com o aumento do nível de pertencimento percebido por cada cônjuge na relação conjugal, pela partilha de planos a longo prazo. Este aspecto não foi encontrado nos entrevistados, o que talvez possa ser associado ao fato de que a maioria dos indivíduos não se encontrava em casamentos longevos.

5.3.4 Sistema de gerenciamento total dos gastos

Nesse sistema todo o ganho salarial é gerenciado por uma única pessoa, podendo ser qualquer um dos cônjuges. Essa pessoa é a responsável pelo gerenciamento de todas as despesas da casa (PAHL, 1989). Três participantes da pesquisa possuem esta forma de gerenciamento do dinheiro. A participante Esmeralda esclarece em que circunstância, na atualidade, ela é que gerencia as finanças do casal: “No momento, eu pago todas as despesas de casa, porque ele tem algumas dívidas comigo, coisas adquiridas em cartão de crédito e empréstimo bancário, então ele tenta pagar mensalmente essas dívidas para comigo”.

A participante Roberta refere que, como ela é quem possui renda fixa, todas as despesas do casal ficam sob sua responsabilidade. Ela refere que o gerenciamento total dos gastos e a decisão de uso do dinheiro se dão pelo fato de ela ser a única provedora, e, portanto, ter o direito de decidir sozinha sobre o destino da renda, como pode ser visualizado na frase a seguir:

Ele participa porque eu demando, não é uma demanda dele. É uma demanda minha, porque eu gosto que ele se sinta incluído [...]. Na maioria das vezes eu é quem defino tudo. Porque, por exemplo, férias, a gente quer fazer uma viagem, eu digo a gente, mas tipo, normalmente sou eu, porque como ele não tem essa disponibilidade financeira, ele nunca dá ideias nesse sentido, de nada [...]. Normalmente a minha opinião prevalece. Porque o dinheiro é meu! [...].

Kenney (2006), em sua pesquisa, percebeu, quando as mulheres recebiam mais do que seus companheiros, uma tendência em manter a gestão separada e controlada pela mulher, o que confirma os achados de nossa pesquisa. As duas provedoras do lar mantêm contas separadas e são as responsáveis pela administração total do dinheiro.

No caso da participante Roberta é interessante observar que, além de ser a principal provedora do lar, ela é 10 anos mais velha do que o seu companheiro, o que, de acordo com Britt, Huston e Durbrand (2010), acaba por lhe conceder mais poder ainda no relacionamento. Um cônjuge mais velho, de acordo com os autores, geralmente apresenta mais educação e um nível maior de renda, e, conseqüentemente, maior poder de controle sobre os recursos domésticos, apresentando, dessa forma, mais condições para realizar um consumo individual.

A participante Roberta, além de ser mais velha, apresentando uma melhor qualificação educacional e profissional, no momento da entrevista, recebendo mais que o seu companheiro, confirma a ideia de concentração de poder no cônjuge de idade mais avançada e maior poder aquisitivo. Hintz (2008) também defende a ideia de que, nas relações conjugais da contemporaneidade, a tomada de decisão tende a ser realizada pelo cônjuge que apresenta maior poder aquisitivo.

A participante Thamires, por sua vez, no momento da entrevista, era dependente financeiramente do marido e referiu que seu cônjuge administrava as finanças da casa: “Ele administra sozinho”. Neste panorama, a referida participante não se sente à vontade, por ser dependente e não contribuir financeiramente, de fazer uso do dinheiro, que ela afirma ser do marido, em benefício próprio:

Eu já tinha o meu dinheiro para pagar as minhas coisas, ainda que o maior custo de casa fosse dele, mas os custos comigo eu que assumia. Tipo, essas coisas de mulher mesmo, fazer uma unha, fazer um cabelo, comprar uma roupa, ééé, sei lá, ir no dermatologista, aplicar um botox [...] essas coisas assim eu sempre tive esse custo comigo. Então assim, a partir do momento que eu não trabalho, eu já não faço essas coisas, porque eu não me sinto à vontade de pedir.

Esta fala reflete a percepção de Burgoyne (1990), segundo o que ela acredita, a partir de seus estudos acerca da conjugalidade e da questão econômica, que um parceiro que contribui pouco ou nada para a renda familiar pode não se sentir no direito, ou sentir até mesmo culpa, por gastar o dinheiro doméstico consigo mesmo. A participante Thamires entende que não deve fazer uso do dinheiro em causa própria compreendendo que o dinheiro não é da díade, não é dela, mas sim do seu companheiro: “Ééé... eu acho que o dinheiro não

é... o dinheiro é dele, não é o nosso dinheiro. É o dinheiro dele e que os dois usufruem, mas é dele porque ele que trabalha pra ganhar [...]”.

Em seu discurso é possível perceber que em sua relação prevalece o princípio da equidade apresentado por Elizabeth (2001), segundo o qual existe o direito legitimado aos sujeitos que recebem a renda ao poder das decisões referentes às finanças. Aos provedores financeiros é permitido o uso do dinheiro para despesas pessoais enquanto, em contrapartida, aos dependentes, cabe a eles o uso restrito. Neste caso, como bem expressa a referida autora, a divisão entre o que é direito legítimo e ilegítimo, com base em quem ganhou o dinheiro, reflete um disfarce na forma como o poder está estabelecido para os parceiros da relação.

No relato das participantes Esmeralda e Roberta, contrariamente a Thamires, que depende financeiramente do marido, elas referiram ser as principais mantenedoras do lar. Esse dado pode ser reflexo, de acordo com Souza (1985), Morici (2008), Neto e Strey (2008), Waldemar (2008) e Biroli (2014) das mudanças ocorridas na sociedade, como: o declínio do patriarcado, o uso de contraceptivos pelas mulheres, frente à descoberta da pílula anticoncepcional, da liberalização da sexualidade e da sua entrada no mercado de trabalho e consequentemente aumento da sua participação nas despesas da casa. As mulheres começaram a lutar por uma maior igualdade de direitos na relação com os homens. Goulart (2002) afirma que na Constituição de 1988, conforme a legislação, existe o princípio da igualdade entre homens e mulheres no que diz respeito aos direitos e deveres referentes à sociedade conjugal.

Durante a realização das entrevistas, mesmo não sendo o foco do trabalho, percebeu-se a influência das questões de gênero no que tange à vida financeira dos casais. O significativo aumento no número de mulheres que vêm investindo em suas carreiras profissionais tem provocado mudanças na vida de mulheres e homens, alterando o próprio mercado de trabalho e refletindo na família e nas relações de gênero. Estas mudanças criaram uma nova realidade social e econômica (ROCHA-COUTINHO, 2015).

Nesse sentido, no que diz respeito à renda dos indivíduos foi possível notar, a partir da coleta de dados, assim como nos estudos realizados por Harth (2013), que mesmo diante do empoderamento das mulheres (ROCHA-COUTINHO, 2015), de seus investimentos na educação e no mercado de trabalho, ainda existe uma grande desigualdade nas relações entre os gêneros e nos arranjos familiares. Dentre os oito indivíduos entrevistados apenas duas mulheres recebiam mais do que os homens em termos financeiros. As mulheres, mesmo exercendo funções semelhantes às dos homens e apresentando, muitas vezes, maior nível de

instrução, ainda continuam a apresentar renda média inferior a eles (ROCHA-COUTINHO, 2015).

Dentro desta perspectiva de gêneros foi possível ainda observar diferenças no que diz respeito ao comportamento financeiro de homens e mulheres. A participante Edith considera que seu cônjuge apresenta uma visão mais ampla acerca de planejamento financeiro:

É assim, essa poupança tem a dupla finalidade, porque na verdade Francisco, ele é assim muito ligado [...] é profissional liberal, o que é que ele pensa: a gente precisa ter um meio de conseguir investimento. Então a gente já tem, o apartamento nosso é quitado, e a gente tá comprando uma sala comercial e tá juntando dinheiro pra dar entrada em outro apartamento [...] para alugar.

Esta evidência pode ser confirmada a partir dos estudos de Meirelles (2001, 2012), em que a autora afirma que as mulheres ainda apresentam dificuldades para administrar suas finanças por acreditarem na incapacidade de não saberem lidar com números, por ausência de uma educação financeira e em decorrência do legado da família de origem. Frente a estas dificuldades acabam por delegar essa função a outras pessoas, que normalmente acaba sendo uma atividade realizada pelo cônjuge.

A fala de algumas participantes reforça a ideia de que homens são mais estimulados a lidar com questões de ordem financeira, sendo mais aptos, apresentando, dessa forma, maior competência em termos financeiros. A participante Edith verbaliza: “Desde que a gente começou ele sempre teve mais esse perfil de: vou trabalhar pra pagar uma previdência, e comprar uma coisa, guardar dinheiro, investir”.

Pode-se ainda observar a predominância do conhecimento masculino em termos das finanças na fala da participante Roberta: “[...] E também pelo fato de ele ter mais conhecimento da área financeira do que eu”.

Entretanto, indo de encontro aos achados na literatura, como pode ser observado na fala logo a seguir, encontramos um dos indivíduos do sexo masculino afirmando ser a esposa a responsável pelos investimentos e planejamentos financeiros do casal, entendendo que a mesma, frente à sua profissão (administradora), apresenta mais conhecimento financeiro:

[...] ela vai administrando. Mas normalmente, e Laura é muito mais ligada na questão, por ser administradora também, nessa coisa de dinheiro, de investimento, do que é CDC, fundo fixo, num sei o quê, eu sou uma negação pra isso. Se depender de mim nem pra poupança vai porque eu tenho medo, por causa do plano Collor, verão, Bresser [...] eu sou um cara meio daquele... se eu pudesse, pegava o pacote de dinheiro, deixava embaixo do colchão, entendeu? Então assim, como a gente tem uma divisão e tem uma pessoa que

sabe lidar com dinheiro, pra investir e pra trabalhar então ela fica mais com essa parte (Erick).

Diante dos fatos parecem ainda prevalecer no discurso social, como bem coloca Rocha-Coutinho (2015), concepções antigas a respeito das divisões de papéis entre homens e mulheres. Segundo a referida autora, existe um grande número de mulheres que internalizam estes conceitos, o que acaba por interferir na busca por relações de gênero mais igualitárias.

Ao tempo em que as mulheres têm investido na educação, buscando maior nível de instrução e, conseqüentemente, apresentando aumento nos salários, assim como, vindo a ocupar cargos mais elevados no que tange a hierarquias organizacionais, as relações de poder entre homens e mulheres estão sofrendo modificações. Mesmo ainda não tendo alcançado por completo a igualdade nos relacionamentos, as mulheres têm imposto aos homens a divisão de tarefas e as responsabilidades no que diz respeito aos cuidados da casa (ROCHA-COUTINHO, 2015). Castells (1999) afirma que as mudanças provocadas na busca por esta tão desejada igualdade têm possibilitado o surgimento de formas mais horizontais de interação em detrimento das relações assimétricas de outrora.

Estima-se, ainda nos dias atuais, entre as mulheres que possuem maior ganho, preocuparem-se em como o cônjuge vai se sentir, e acabam criando estratégias para que seu companheiro não venha a se sentir inferiorizado por não ser o principal provedor. O homem, por outro lado, pode se sentir não apenas diminuído, mas perceber a mulher como gananciosa e como fonte de ameaça à sua virilidade, principalmente se outras pessoas tomarem conhecimento da situação. No discurso apresentado pela participante Roberta, é possível observar o incômodo percebido por ela por parte do seu companheiro:

Em grupo assim, em ambientes, e às vezes quando ele chega em casa, ele chega mal-humorado. Aí eu digo: ‘O que foi?’. Eu fico puxando, aí ele fala que em determinada situação alguém olhou estranho, e muitas vezes ele corta. Olha não vamos mais sair com essa pessoa, porque eu não me sinto à vontade. Por favor, se puder, evite, de marcar com cicrano, fulano.

A participante Roberta afirma que o companheiro, em determinadas situações, demonstra incômodo com o fato de depender financeiramente dela, não apenas a partir de comportamentos de insatisfação, mas também verbalizando o incômodo vivido no meio social. Ela afirma:

Da questão financeira e ele se sente muito, a palavra que tá vindo é humilhado, mas não seria humilhado, talvez constrangido ou julgado. Pela

questão de ele ainda estar estudando. [...] Porque a pior pergunta que ele acha, quando conhece alguém, que as pessoas perguntam: O que é que você faz? Com o que é que você trabalha? Aí quando ele responde: Não, eu tô estudando. [...] Aí ele fica meio chateado.

Observa-se nesta verbalização a dinâmica conjugal estabelecida com relação ao manejo do dinheiro e o sentimento do cônjuge provedor e não provedor. Hintz (2008) afirma que, na grande maioria, este comportamento apresentado pelo cônjuge da participante Roberta evidencia-se em homens com características narcísicas e inseguros. Homens que não suportam a ideia de terem em casa mulheres mais poderosas do que eles, sentindo-se valorizados, apenas, quando a mulher é capaz de admirá-los. Eles esperam delas o reforço das habilidades que eles acreditam possuir.

Além do tipo de gerenciamento do dinheiro escolhido pelos casais, deve-se estar atento à dinâmica do relacionamento em torno do dinheiro, ou seja, os acordos estabelecidos para a administração das finanças e os processos de negociação (RIPOLL-NÚÑES; ARRIETA, 2012). Durante toda a pesquisa percebeu-se que mesmo os casais que apresentaram sistema de gerenciamento total dos gastos e gerenciamento independente, todos os participantes, sem exceção, afirmaram administrar as finanças conjuntamente. Ou seja, mesmo não sendo os principais provedores, mesmo não contribuindo de forma igualitária ou proporcional nas despesas do lar, relataram participar da tomada de decisão que envolve as finanças conjugais, fato este que corrobora com os achados nos estudos de Féres-Carneiro, Ziviani e Magalhães (2011).

As verbalizações de três participantes da pesquisa exemplificam como as decisões são tomadas de forma conjunta, mesmo quando não há, necessariamente, a presença de contas compartilhadas:

Então, a longo prazo, médio e longo prazo a gente costuma planejar juntos, com antecedência realmente, investimentos, imóveis... A ideia pode até partir de um ou de outro ou mesmo até dos dois, se tiver num lugar ao mesmo tempo e vislumbrar uma coisa juntos e pensar juntos, mas tudo finda vindo pra os dois entrar num consenso ou não. A decisão finda sendo conjunta (Vicente).

E, normalmente, quando a gente toma uma decisão de comprar uma coisa é em conjunto. A gente faz as contas em conjunto (Erick).

Tudo combinado! Não tem um investimento fora do contexto sem ser combinado não (Gustavo).

As categorias propostas por Pahl (1989) podem apresentar significados diferentes para as pessoas em geral. Em nossa pesquisa a categoria utilizada para descrever os participantes

em termos de gestão financeira apresenta a forma de organização destas, mas não condiz com a forma de gerenciamento real observada, fato este que vai ao encontro das ideias propostas por Sonnenberg (2008). Este autor afirma que na literatura acerca do gerenciamento das finanças existe uma contradição entre a crença e a prática no que concerne à gestão financeira. De acordo com ele os indivíduos podem expressar o desejo de possuir partilha no que tange às questões financeiras; todavia, em suas rotinas diárias o que se observa são desigualdades de controle do dinheiro. Em nossa pesquisa observamos que os participantes entrevistados relataram exercer um gerenciamento conjunto das finanças; contudo, apresentavam contas separadas, organizando as finanças de forma individualizada. Esses achados podem sugerir que as categorias propostas por Pahl (1989) não dão conta de explicar o funcionamento das categorias de gerenciamento exercidas pelos indivíduos entrevistados.

Os sistemas de gerenciamento das finanças não são imutáveis; portanto, tendem a se modificar com o tempo. Espera-se que, com o decorrer do desenvolvimento do ciclo conjugal, os casais redefinem seus relacionamentos e conseqüentemente os papéis desempenhados por eles, modificando assim os padrões de gerenciamento do dinheiro (PAHL, 1989). Portanto, acreditamos que o fato de os casais gerenciarem as contas de modo independente, mas tomarem decisões de forma conjunta, pode ser não apenas um preditor de um futuro manejo conjunto das finanças, mas pode representar o reflexo das mudanças ocorridas em nossa sociedade.

5.4 Conflitos relacionados à conjugalidade financeira

Antes de refletirmos sobre conjugalidade financeira propriamente dita, faz-se necessário retomar brevemente a diferenciação entre relação conjugal e da conjugalidade. A relação conjugal indica aspectos de ordem afetiva e relacional dos cônjuges. Diz respeito exatamente à intimidade do casal, da dinâmica relacional construída por eles. A conjugalidade, por sua vez, pode ser compreendida de acordo com Féres-Carneiro (1998), enquanto dimensão psicológica compartilhada pelo casal. Nesta dimensão há uma dinâmica inconsciente, com leis e funcionamentos próprios nos quais ocorre o entrelaçamento de duas individualidades. Haverá a inclusão de dois desejos e de duas histórias de vida diferentes que se encontrarão em um jogo contínuo. Da construção conjunta dos cônjuges surgirá uma identidade própria do casal, e um espaço intersubjetivo sempre em transformação ao longo da vivência conjugal.

De acordo com Magalhães (2009), Féres-Carneiro e Ziviani (2009) e Silva, Scorsolini-Comin e Santos (2017), durante a constituição de um casal existe a necessidade de criação dessa zona comum de interação entre os cônjuges. Magalhães (2009) afirma que o interjogo contínuo e dinâmico de conteúdos psíquicos que ocorre na díade conjugal é que promove a estruturação desse psiquismo compartilhado na conjugalidade. Nesse espaço haverá trocas, expressão de diferenças pessoais, permitindo, assim, o crescimento e o desenvolvimento das individualidades dos cônjuges. As trocas, segundo McGoldrick (2001), ocorrem no cotidiano da vida partilhada, tendo como prioridade o comprometimento com o novo sistema formado, o conjugal.

Contudo, Falceto (2008) e Débora Oliveira (2012) afirmam que o estabelecimento desse sistema pressupõe um processo longo de adaptação e acomodação. De acordo com Pergher (2010) e Diniz (2011) a construção dessa conjugalidade envolverá acordos e negociações para o estabelecimento de um contrato, que orientará a dinâmica relacional dos cônjuges. As decisões tomadas no processo de construção do contrato dessa díade conjugal serão determinadas pelos papéis socialmente aprendidos e pelas expectativas a eles relacionadas. Os indivíduos envolvidos, tanto homens quanto mulheres, trarão para suas relações valores, costumes, hábitos e uma herança afetivo-emocional das suas famílias de origem.

Com a constituição do novo casal, as decisões econômicas de outrora tomadas de forma individual cedem lugar para as decisões partilhadas. Em alguma medida, essas decisões deverão seguir uma lógica não apenas de partilha, mas também de cooperação, pois no transcorrer do ciclo de desenvolvimento da conjugalidade emergirão demandas de todos os membros envolvidos no sistema que devem ser atendidas (COELHO, 2013). A autora compreende que as preferências individuais podem ser divergentes e até mesmo conflitivas e que a negociação e a tomada decisão pela díade podem envolver interações complexas.

Quando dois indivíduos se constituem enquanto casal, espera-se que a lógica do interesse exclusivamente individual se transforme gradualmente na lógica do interesse também conjunto. Contudo, Coelho (2016) refere que essa lógica não representa a dissolução do interesse próprio, nem tampouco a supressão de motivações e percepções individuais, que podem levar, inclusive, a desacordos e conflitos. Nesse sentido, a conjugalidade financeira diz respeito a um processo de negociação referente às finanças específicas de cada díade conjugal. Esta negociação deverá contemplar tanto as demandas individuais quanto as demandas relacionais de ambos os cônjuges para paulatinamente serem transformadas num compromisso compartilhado. Nesse sentido, a conjugalidade financeira diz respeito a um

processo de negociação do par conjugal que ocorrerá ao longo da história relacional de maneira dinâmica e passível de mudança dependendo de eventos estressores internos ou externos àquele sistema conjugal.

O processo de constituição da conjugalidade financeira é permeado por um diálogo constante de reavaliação dependendo da demanda de cada ciclo de vida conjugal. O casal assumirá a responsabilidade conjunta sobre a gestão do dinheiro, não ficando somente um deles com todas as informações, deveres de investimentos ou até mesmo de administração de dívidas assumidas pelo casal. Assim como o acordo foi discutido e aceito pelo casal, os dois terão acesso às finanças conjugais para poder rever, avaliar, manter ou modificar o acordo. Este acordo com caráter temporário referente à conjugalidade financeira é oriundo da clareza da complexidade inerente às relações conjugais contemporâneas. São relações pautadas numa conjugalidade que contempla direitos e deveres compartilhados por ambos os cônjuges e que possui um caráter temporário, de brevidade do vínculo afetivo e que poderá ser rompido em qualquer estágio de desenvolvimento dessa conjugalidade.

Uma vez que existem significados simbólicos quanto ao uso comum do dinheiro, como quanto o casal destina às férias, às diversões, às aquisições importantes e até à poupança, a forma como o casal entende e faz uso do orçamento familiar leva à compreensão sobre o interesse que os parceiros têm em sua estabilidade financeira. Portanto, quando houver possibilidades diferentes de se fazer uso do dinheiro, a escolha pode provocar conflitos e até luta pelo poder da decisão. Diante disto o orçamento pode vir a unir o casal em objetivos comuns, como pode ser motivo de discórdia e conflitos. Dessa forma, o casal deve prezar por um bom entendimento e apresentar uma boa capacidade de comunicação com vistas a tomar as decisões de forma conjunta (HINTZ, 2008).

O dinheiro, nesta pesquisa, não foi compreendido como um problema, mas, como uma questão relevante presente no relacionamento. Esses resultados se assemelham aos encontrados por Féres-Carneiro, Ziviani e Magalhães (2011), que em suas pesquisas descobriram que poucos entrevistados consideraram o dinheiro enquanto questão problemática em seus relacionamentos atuais.

Os cônjuges podem apresentar manejo e significados parecidos, o que pode contribuir para uma melhor sintonia no que diz respeito às finanças, e, por outro lado, podem apresentar manejos e significados distintos, possibilitando a existência de sofrimento constante frente às decisões do dia a dia em relação à vida econômica do casal (ATWOOD, 2012).

Os conflitos em relação ao dinheiro não estão apenas relacionados ao montante que se possui, mas dizem respeito à forma de gerenciamento e de administração, ao gasto excessivo,

às injustiças financeiras percebidas pelos cônjuges (DEW, 2007). Todavia, cabe ressaltar que os conflitos conjugais que envolvem questões de ordem financeira são mais estressantes, frequentes, repetitivos e ameaçadores ao funcionamento do casal, assim como são de mais difícil resolução quando comparados com outras fontes de desentendimentos na conjugalidade (PAPP; CUMMINGS; GOEKE-MOREY, 2009).

Qualquer casal, em algum momento de sua vida, pode apresentar dificuldades financeiras. Decorrente destas é comum e provável que o casal venha a passar por situações de grande tensão (FALCONIER; EPSTEIN, 2010; MAUNO; KINUNNEN, 2002). Frente à tensão, é possível que o casal vivencie momentos de angústia (ROBILA; KRISHNAKUMAR, 2005).

Pode-se observar na verbalização da participante Esmeralda momentos de grande tensão frente à dívida contraída pelo seu cônjuge em seu cartão de crédito, levando a desentendimentos e até à separação por um breve período de tempo. A participante relata ainda momentos de angústia frente à impossibilidade de quitar as dívidas contraídas pelo companheiro:

[...] Então quando eu me vi impossibilitada de pagar inclusive a minha subsistência, porque meu dinheiro estava todo comprometido com dívidas de cartão e empréstimo isso me abalou muito. E a gente chegou a ficar separado acho que uma semana ou duas. Ele foi pra casa do pai dele e eu fiquei aqui (no apartamento). Eu pensei inclusive em voltar para o apartamento dos meus pais, alugar esse apartamento, porque seria uma fonte de renda alta pra conseguir me reequilibrar financeiramente. [...] Mas interfere porque psicologicamente ele ficou muito afetado. Então quando ele viu que me afetou, que eu não estava conseguindo cobrir os meus gastos por conta dele, ele ficou arrasado. Então é uma coisa de ficar o casal, os dois em casa, mas um triste na sala e o outro triste no quarto, um chorar no banheiro. Então isso influencia muito.

Os casais que possuem dívidas podem apresentar maiores níveis de estresse e consequentemente maior frequência de conflitos (DEW, 2007). Mills et al. (1992) afirmam que a angústia se torna maior quando as contribuições financeiras para as despesas da casa são muito desproporcionais. No momento da entrevista, a participante era a única provedora do lar, o marido não contribuía com despesa alguma: “Eu sustento a casa porque ele não tá podendo contribuir pra isso [...]” (Esmeralda).

A tomada de decisões por um casal pode ser percebida como um estado de confusão. Os desejos de consumo de produtos podem ser diferentes entre os cônjuges, o que pode levar a conflitos entre os parceiros. Os desentendimentos precisam ser resolvidos de forma a garantir a realização dos desejos e ao mesmo tempo evitar disputas de interesses. Buscando

solucionar possíveis desacordos, os parceiros tendem a usar táticas como forma de resolução de conflitos, agindo de forma a tentar persuadir ou convencer o cônjuge (KIRCHLER, 1992).

Decisões relacionadas a compras normalmente são fonte de conflitos entre os parceiros. Os conflitos estão presentes em todos os relacionamentos e, portanto, têm reflexos nas decisões econômicas dos casais. De acordo com Kirchner (1992), se a díade conjugal não apresentar objetivos comuns em decisões que competem a ambos, a tendência é continuar a tentar satisfazer suas próprias necessidades, mas buscando conciliar com as necessidades e objetivos do parceiro.

Este autor categorizou quatro tipos de táticas utilizadas pelos casais na busca de resolução de conflitos: a) uso de punições, ameaças, autoridade e emoção negativa; b) emoções positivas e manipulações sutis, por meio de comportamentos que criam clima receptivo; c) egocentrismo e d) uso de persuasão e razão. Todavia, essas quatro táticas não envolvem a negociação, mas apenas a persuasão.

A escolha da tática a ser utilizada dependerá de fatores situacionais, pessoais, relacionais, de padrão de dominância, de satisfação conjugal, duração do casamento, tipo de conflito e até mesmo de características da personalidade (KIRCHLER; WINTER; PENZ, 2016). Estes autores ainda defendem a ideia que a tática a ser escolhida sofre influências de gênero, ao afirmar que homens e mulheres usam estratégias diferentes. As mulheres costumam usar táticas emocionais, enquanto que os homens usam táticas coercitivas. As mulheres, mais do que os homens, procuram negociar as decisões conjuntamente.

Casais que relatam apresentar boas relações com seus parceiros, de acordo com Kirchner (1993), referiram utilizar estratégias mais integrativas do que os que não apresentavam satisfação conjugal. Em nossa pesquisa se observou que a estratégia mais utilizada por eles na resolução de desentendimentos e diferenças de opinião era o diálogo, havendo sempre a possibilidade de negociação. Os indivíduos relataram buscar a conciliação levando em consideração o bem-estar do casal.

Os conflitos conjugais, assim como a comunicação são próprios do relacionamento entre casais. Contudo, o que se observa é que grande parte dos casais, no contexto brasileiro, que apresenta problemas relacionais, não procura terapia conjugal (FINCHAM; HALL, 2005). No Brasil, de acordo com as pesquisas realizadas por Wagner e Falcke (2015), ainda não existe um programa específico em prol da educação conjugal. Neste panorama, compreendendo a importância de trabalhar os conflitos e os processos de comunicação na díade conjugal, as autoras referidas propuseram a criação e aplicação de uma intervenção voltada para os casais, com o objetivo de promover saúde mental no âmbito conjugal e

familiar. O propósito desta medida interventiva é atuar preventivamente, tanto em nível primário, a partir de processos educativos, quanto em nível secundário, que diz respeito ao aconselhamento/assessoramento com intuito de orientar os casais nas crises normativas do desenvolvimento, evitando, dessa forma, o aparecimento de possíveis sintomas.

Mesmo não sendo compreendida enquanto questão problemática em seus relacionamentos atuais, foi possível perceber a existência de conflitos enfrentados pelos casais, relacionados às questões de ordem financeira, ainda que de forma velada. Os achados podem, além de sugerir uma possível dificuldade em expor problemas relacionais decorrentes de questões financeiras, refletir uma tendência em dar respostas consideradas socialmente aceitáveis ou “corretas”. Este comportamento é conhecido como o fenômeno da desejabilidade social, no qual os entrevistados procuram responder com o objetivo de transmitir respostas socialmente desejáveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendendo que existem diferentes formas de manejar o dinheiro ao longo da vida conjugal e buscando compreender como o manejo do dinheiro interfere nessa relação, foi possível perceber que a maneira de administração das finanças adotada pelos casais sofre influência dos comportamentos herdados e aprendidos nas famílias de origem. Mas não apenas das famílias, uma vez que cada um dos cônjuges demonstra possuir influência sobre seu par no que concerne à aprendizagem do uso do dinheiro.

O manejo não foi iniciado, apenas, depois de se firmar um compromisso conjunto, mas observou-se que ele aconteceu, mesmo que de forma implícita, ainda à época do namoro. É importante estar atento também para o fato de que, de acordo com alguns relatos apresentados, à medida que os relacionamentos foram se redefinindo, os padrões de gerenciamento do dinheiro apresentaram mudanças.

No que diz respeito ao significado do dinheiro, corroborando com a literatura existente, a maneira de compreendê-lo, seus significados conscientes e inconscientes são aprendidos desde a mais tenra idade. Fatores transgeracionais, culturais, sociais, históricos e econômicos interferem na forma como os sujeitos compreendem o dinheiro. O comportamento financeiro dos sujeitos está relacionado ao significado a ele atribuído. Portanto, o significado do dinheiro não influencia apenas o manejo das finanças, mas pode interferir na dinâmica conjugal/familiar.

Frente às significativas mudanças que ocorreram e ocorrem diante do processo de individualização, culturalmente estimulado, bem como, com as novas formas de dinheiro (cartões de débito/crédito, *internet banking*, entre outros), houve modificações nos padrões de gestão financeira, apresentando reflexos nas relações conjugais.

Nesta pesquisa foi possível perceber a existência de conflitos enfrentados pelos casais, relacionados às questões de ordem financeira, mesmo que de forma tímida e velada. Alguns entrevistados apresentaram certa dificuldade, durante a entrevista, em falar acerca de possíveis conflitos relacionados a questões de ordem financeira. Nesse sentido, de acordo com a análise das entrevistas, constatou-se que alguns participantes, quando questionados acerca da existência de possíveis conflitos decorrentes das questões financeiras, tenderam a apresentar respostas consideradas aprovadas socialmente.

A desejabilidade social é um dos problemas que pode surgir quando são realizadas pesquisas que envolvem seres humanos. Neste tipo de investigação é comum haver uma tendência, por parte dos indivíduos entrevistados, em responder em conformidade com a

cultura vigente, ou seja, dar respostas socialmente aceitáveis ou consideradas “corretas”. Isso ocorre porque se deseja transmitir uma determinada imagem considerada mais aceitável em termos sociais.

No que diz respeito às estratégias utilizadas em busca da resolução dos conflitos, os indivíduos relataram dialogar, e a partir do diálogo estabelecer estratégias de negociação. Contudo, nesse processo de negociação, observou-se que eles procuravam chegar a um acordo comum, buscando, dessa forma, uma melhor alternativa de solução de conflitos para o casal. Eles compreendiam que toda e qualquer resolução deveria privilegiar o casal enquanto unidade e não apenas beneficiar um dos membros da relação.

Compreendendo que os conflitos são próprios de toda e qualquer relação, acreditamos que deva existir mais atenção para as relações conjugais assim como para a dinâmica de seu funcionamento. Com o objetivo de promover, não apenas a otimização de estratégias de resolução de conflitos, mas buscando uma melhor qualidade na relação conjugal, entendemos que existe uma necessidade real de criação de programas interventivos voltados para casais. Esses programas podem atuar enquanto ferramenta para promoção da saúde, promovendo reflexão e aprendizado de estratégias construtivas para enfrentamento dos conflitos presentes nas relações do cotidiano. Sugerimos, dessa forma, a criação de um espaço dedicado para os casais, no qual eles possam compartilhar experiências assim como compreender a necessidade de investimento contínuo na relação a dois. Assim como sugerimos novas pesquisas dentro desse contexto relacional, buscando subsidiar, não apenas os profissionais que atuam na área da dinâmica da conjugalidade, mas também a população, tanto em nível clínico quanto psicossocial.

Não se espera, contudo, que se venha a ensinar aos casais a definição de satisfação no casamento, uma vez que entendemos que o conceito de felicidade é subjetivo e particular para cada casal, sendo experimentado de formas diversas. A proposta da criação de programas psicoeducativos para casais deve conter alternativas de enfrentamento para possíveis problemas que venham provocar insatisfação e instabilidade na relação a dois.

Dentre as estratégias de resolução de conflitos, os cônjuges devem prestar atenção aos problemas e às dificuldades enfrentadas, assumindo a responsabilidade de seus relacionamentos. Aceitar que se faz necessário o trabalho conjunto na busca pela resolução dos conflitos. O casal não deve negar os problemas, mas compreendê-los enquanto sinalizadores de possíveis mudanças. Na resolução dos conflitos ainda se faz importante uma comunicação efetiva, que consiste em retirar do outro a culpa pelo desentendimento,

assumindo, dessa forma, corresponsabilidade no relacionamento a dois. Neste tipo de comunicação deve-se fazer uso de frases não agressivas e mais empáticas.

As questões econômicas podem ter impacto sobre o bem-estar psicológico individual, mas também podem interferir no funcionamento da relação. Diante das dificuldades econômicas é necessário incluir o casal, visando à educação financeira. Os programas voltados para este tipo de educação devem incluir em sua proposta o componente do planejamento financeiro, assim como estratégias que busquem solucionar a tensão econômica individual e conjugal.

Dessa forma, não se pretende dar conta de compreender e explicar os mais diversos aspectos relacionados à conjugalidade e às questões de ordem financeira, uma vez que se deve levar em consideração que os achados desta pesquisa não podem ser generalizados, pois, além de se tratar de uma amostra pequena e não representativa, existem limitações na amplitude de algumas variáveis, como: geográfica, cultural, renda, idade, escolaridade e classe econômica. Espera-se ter contribuído com a literatura existente bem como com os futuros estudos e pesquisas que venham a ser realizados dentro da referida temática, assim como estimular mais estudos na área.

Neste sentido, sugerimos pesquisas que envolvam a dinâmica da relação conjugal e o dinheiro em casais com filhos, assim como acreditamos ser importante realizar pesquisas que estudem o manejo financeiro entre casais homossexuais e nas diferentes configurações familiares na realidade brasileira.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria de Fátima. Amor, casamento e sexualidade: velhas e novas configurações. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 70-77, 2002.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Editora afiliada, 1981.

ARPEN BRASIL – Associação Nacional dos Registradores de Pessoas Naturais. **Cronologia do Registro Civil no Brasil** – 2013. Porto Alegre, 2013.

ATWOOD, Joan. D. Couples and money: The last taboo. **The American Journal of Family Therapy**, v. 40, n. 1, p. 1-19, 2012.

BAPTISTA, Makilim Nunes; CARDOSO, Hugo Ferrari; GOMES, Juliana Oliveira. Intergeneracionalidade familiar. 2012. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycoln L. M. (Org.). **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 16-26.

BARBOSA, Gláucia S. **Educação Financeira Escolar: Planejamento Financeiro**. 2015. Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Educação Matemática – Área de Concentração em Educação Matemática e Linha de Pesquisa em Ensino e Aprendizagem da Matemática, Análise dos condicionantes da sala de aula e Intervenção Pedagógica em Matemática. Universidade Federal de Juiz de Fora – MG, 2015.

BARRETO, André de Carvalho et al. Desenvolvimento humano e violência de gênero: uma integração bioecológica. **Psicologia Reflexão Crítica**, v. 22, n.1, p. 86-92, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

_____. **Cegueira moral: a perda da sensibilidade na modernidade líquida**. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

_____. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

BÉJIN, André. O casamento extraconjugal dos dias de hoje. In: ÁRIES, Philippe; BÉJIN, André (Org.). **Sexualidades ocidentais**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 183-193.

BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. Visitando a fase de aquisição. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper (Ed.). **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

_____; BERGAMI, Nancy Benedita Berruezo. A família em fase de aquisição. In: CERVENY, Ceneide Maria Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper (Org.). **Família e Ciclo Vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. p. 47-73.

BERTOLDI, Maria Eugênia et al. Evolução do Casamento no Âmbito Jurídico. **JICEX – Revista da Jornada de Iniciação Científica e de Extensão Universitária do Curso de Direito das Faculdades Integradas Santa Cruz de Curitiba**, v. 3, n. 3, p. 1-2, 2014.

BIROLI, Flávia. **Família: Novos Conceitos**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BLUMSTEIN, Philip; SCHWARTZ, Pepper. **American Couples**. New York: William Morrow, 1983.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 1934.

BRITT, Sonya L; HUSTON, Sandra J. The role of money arguments in marriage. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 33, n. 4, p. 464-476, 2012.

_____; DURBAND, Dorothy. B. The determinants of money arguments between spouses. **Journal of Financial Therapy**, v. 1, n. 1, p. 42-60, 2010.

BURGOYNE, Carole. Money in marriage: How patterns of allocation both reject and conceal power. **The Sociological Review**, v. 38, p. 634-665, 1990.

BURGOYNE, Carole et al. "All my worldly goods I share with you"? Managing money at the transition to heterosexual marriage. **The Sociological Review**, v. 54, n. 4, p. 619-637, 2006.

_____. Money Management in early marriage: factors influencing change and stability. **Journal of Economic Psychology**, v. 28, p. 214-228, 2007.

CAMPBELL, Mary Ann Briscoe. **A phenomenological study of family influence on millennial college students' money beliefs and behaviors**. 2007, 202p. Dissertation (Doctor of Philosophy) – Iowa State University, Ames, Iowa, USA.

CANEZIN, Claudete Carvalho. A mulher e o casamento: da submissão à emancipação. **Revista Jurídica Cesumar**, v. 4, n. 1, p. 143-156, 2004.

CAPRILES, Axel. **Dinheiro: sanidade ou loucura?** São Paulo: Axis Mundi Editora Ltda, 2005.

CARTER, Betty; McGOLDRICK, Mônica. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma Estrutura para a Terapia Familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. p. 7-29.

CARVALHO, Fernanda Cristina Gomes; PAIVA, Maria Lucia de Souza Campos. O olhar de três gerações de mulheres a respeito do casamento. **Boletim de Psicologia**, v. LIX, n. 131, p. 223-235, 2010.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra 1999.

CENCI, Cláudia Mara Bosetto et al. Dinheiro e conjugalidade: uma revisão sistemática da literatura. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 25, n. 1, p. 385-399, mar. 2017.

CENCI, Cláudia Mara Bosetto; HABIGZANG, Luisa Fernanda. Relações entre significado, manejo do dinheiro e qualidade conjugal no início do ciclo familiar. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 7, n. 2, p. 16-25, 2015.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira et al. **Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. Pensando a família sistematicamente. In: CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. **Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p. 15-27.

CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira; BERTHOUD, Cristiana Mercadante Esper. Ciclo vital da família brasileira. In: OSÓRIO, Luiz Carlos; VALLE, Elizabeth Pascual do (Org.). **Manual de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 25-37

_____. **Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002a.

_____. Considerações sobre nossa visita ao ciclo vital. In: _____. **Visitando a Família ao Longo do Ciclo Vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002b. p. 161-169.

COELHO, Lina. Finanças conjugais, desigualdades de gênero e bem-estar: Facetas de um Portugal em crise. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 111, Coimbra, dez. 2016.

_____. O meu, o teu, o nosso dinheiro: Contributos para o estudo de gestão das finanças conjugais em Portugal. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 101, p. 89-110, 2013.

COLLINS, Victoria F. **Os casais e o dinheiro**. São Paulo: Rideel, 2006.

COSTA, Crístofer Batista et al. Terapia de Casal e Estratégias de Resolução de Conflito: Uma Revisão Sistemática. **Psicologia, ciência e profissão**, Brasília, v. 37, n. 1, p. 208-223, jan. 2017.

COSTA, Crístofer Batista da; CENCI, Cláudia Mara Bosetto; MOSMANN, Clarisse Pereira. Conflito conjugal e estratégias de resolução: uma revisão sistemática da literatura. **Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v. 24, n. 1, p. 325-338, mar. 2016.

COSTA, Gley P. **O amor e seus labirintos**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COSTA, Maria Manuela da. O casamento: o casamento que constitui uma das fontes de relações familiares do direito de família. **Sol Nascente – Revista do Centro de Investigação sobre Ética aplicada (CISEA)**, v. X, n. X, p. 1-30, 2012.

DELATORRE, Marina Zanella; HAMEISTER, Bianca da Rocha; WAGNER, Adriana. Conflitos conjugais: Possibilidades de resolução. In: WAGNER, Adriana; MOSMANN, Clarisse Pereira; FALCKE, Denise (Org.). **Viver a dois: Oportunidades e desafios da conjugalidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2015. p. 51-68.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. **O planejamento da pesquisa qualitativa – teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DEW, Jeffrey. Debt change and marital satisfaction change in recently married couples. **Family Relations**, v. 57, n. 1, p. 60-71, 2008.

_____. Financial issues and relationship outcomes among cohabiting individuals. **Family Relations**, v. 60, n. 2, p. 178-190, 2011.

_____. Two sides of the same coin? The differing roles of assets and consumer debt in marriage. **Journal of Family and Economic Issues**, v. 28, n. 1, p. 89-104, 2007.

DEW, Jeffrey; BRITT, Sonya; HUSTON, Sandra. Examining the relationship between financial issues and divorce. **Family Relations**, v. 61, n. 4, p. 615-628, 2012.

DEW, Jeffrey P.; STEWART, Robert. A financial issue, a relationship issue, or both? Examining the predictors of marital financial conflict. **Journal of Financial Therapy**, v. 3, n. 1, p. 43-61, 2012.

DIAS, Maria Berenice. **A construção do casal contemporâneo**. Rio de Janeiro: Papel Virtual Editora, 2000.

_____. **Manual de direito das famílias** (livro eletrônico). 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

DICIONÁRIO AURÉLIO online. Disponível em: <<https://dicionariodoaurelio.com/>>. Acesso em: 04 jul. 2016.

DINIZ, Gláucia. Conjugalidade e violência: reflexões sob uma ótica de gênero. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e Família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 11-26.

_____. O Casamento Contemporâneo em Revista. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e Família: Permanências e Rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 135-155.

ELIZABETH, Vivienne. Managing money, managing coupledom: a critical examination of cohabitants' money management practices. **The Sociological Review**, v. 49, p. 368-388, 2001.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

ENNES, Patricia. A união estável e suas implicações na vida cotidiana. **Revista Polêmica**, v. 17, p. 1, 2006.

FALCETO, Olga Garcia. Terapia de Família. In: CORDIOLI, Aristides Volpato (Org.). **Psicoterapias: Abordagens Atuais**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 221-245.

FALCONIER, Mariana K. Female anxiety and male depression: Links between economic strain and psychological aggression in Argentinean couples. **Family Relations**, v. 59, n. 4, p. 424-438, 2010.

FALCONIER, Mariana K.; EPSTEIN, Norman B. Relationship satisfaction in Argentinean couples under economic strain: Mediating factors and gender differences in a dyadic stressmodel. **Journal of Social and Personal Relationships**, v. 27, p. 781-799, 2010.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Casamento Contemporâneo: O difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 11, n. 2, p. 379-394, 1998.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; DINIZ-NETO, Orestes. Construção e dissolução da conjugalidade: Padrões relacionais. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 20, n. 46, p. 269-278, 2010.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; ZIVIANI, CILIO. Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e Família: Permanências e Rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 83-107.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; ZIVIANI, Cilio; MAGALHÃES, Andréa Seixas. Arranjos amorosos contemporâneos: sexualidade, fidelidade e dinheiro na vivência da conjugalidade. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e Família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. p. 43-58.

FIGUEREDO, Patrícia da Motta Vieira. A Influência do locus de controle conjugal, das habilidades sociais conjugais e da comunicação conjugal na satisfação com o casamento. **Revista Ciência e Cognição**, v. 6, p. 123-132, 2005.

FINCHAM, Frank D. Marital conflict: Correlates, structure and context. **Current Directions in Psychological Science**, v. 12, n. 23, p. 23-27, 2003.

_____. Marital conflict. **Encyclopedia of Human Relationships**, Thousand Oaks, CA: Sage, 2009.

FINCHAM, Frank D.; HALL, Julie H. Parenting and the marital relationship. In: LUSTER, Tom; OKAGAKI, Lynn (Org.). **Parenting: an Ecological Perspective**. Hillsdale, NJ: Erlbaum, 2005. p. 205-234.

FLECK, Ana Cláudia; WAGNER, Adriana. A mulher como a principal provedora do sustento econômico familiar. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 8, n. spe, p. 31-38, 2003.

FRANKEL, Lois P. **Mulheres boazinhas não enriquecem**. São Paulo: Gente, 2006.

FURNHAM, Adrian. Attitudinal correlates and demographic predictors of monetary beliefs and behaviours. **Journal of Organisational Behavior**, v. 17, n. 4, p. 375-388, 1986.

_____. Many sides of the coin: The psychology of money usage. **Personality & Individual Differences**, v. 5, n. 5, p. 501-509, 1984.

GARBIN, Angela de Souza; CENCI, Cláudia Mara Bosetto; LUZ, Susana König. Dinheiro e conjugalidade. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 7, n. 1, p. 72-78, 2015.

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas.** São Paulo: Editora Unesp, 1993.

GOULART, Patrícia Krempel. **A origem e evolução do casamento na história do direito de família.** 2002. 42p. Monografia (Curso de Direito) – Faculdade de Ciências Jurídicas, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2002.

GUIMARÃES, Cleide Maria Bartholi. **Até que o dinheiro nos separe: a questão financeira nos relacionamentos.** São Paulo: Saraiva, 2010.

_____. **Consumo e Família: Influências do consumo nas relações familiares.** 2003. 135 p. Monografia – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, 2003.

_____. **O meu, o seu e o nosso: O processo de construção conjunta do “compromisso financeiro” do casal de dupla carreira na fase de aquisição do ciclo vital.** 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica Núcleo de Família e Comunidade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

HALFORD, Kim W. et al. Best Practice in Couple Relationship Education. **Journal of Marital and Family Therapy**, v. 29, n. 3, p. 385-406, 2003.

HARDIE, Jessica Halliday; LUCAS, Amy. Economic factors and relationship among young couples: Comparing cohabitation and marriage. **Journal of Marriage and Family**, v. 72, n. 5, p. 1141-1154, out. 2010.

HARTH, Jeniffer. **O manejo do dinheiro pelo casal e suas implicações na qualidade conjugal.** 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2013.

HECKLER, Viviane Iara; MOSMANN, Clarisse. Casais de dupla carreira nos anos iniciais do casamento: Compreendendo a formação do casal, papéis, trabalho e projetos de vida. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, v. 41, p. 119-147, 2014.

HEIMDAL, Kristen R.; HOUSEKNECHT, Sharon K. Cohabiting and married couples income organisation: approaches in Sweden and the United States. **Journal of Marriage and the Family**, v. 65, p. 525-538, 2003.

HIEKEL, Nicole; LIEFBROER, Aart C.; POORTMAN, Anne-Right. Income pooling strategies among cohabiting and married couples: A comparative perspective. **Demographic Research**, v. 30, n. 1, p. 1527-1560, 2014.

HINTZ, Helena Centeno. Questões Afetivas versus Questões Financeiras na relação Conjugal. In: MACEDO, Rosa Maria S. **Terapia Familiar no Brasil na Última Década.** São Paulo: Rocca, 2008. p. 376-382.

KENNEY, Catherine T. The power of the purse: Allocative systems and inequality in couple households. **Gender & Society**, v. 20, p. 354-381, 2006.

KIRCHLER, Erich. Adorable woman, expert man: Changing gender images of women and men in management. **European Journal of Social Psychology**, v. 22, p. 363-373, 1992.

_____. Spouses' influence strategies in purchase decisions as dependent on conflict type and relationship characteristics. **Journal of Economic Psychology**, v. 11, p. 101-118, 1990.

_____. Spouses joint purchase decisions - Determinants of influence tactics for muddling through the process. **Journal of Economic Psychology**, v. 14, n. 2, p. 405-438, 1993.

_____. Studying economic decisions within private households: A critical review and design for a "couple experiences" diary. **Journal of Economic Psychology**, v. 16, p. 393-419, 1995.

KIRCHLER, Erich; WINTER, Laura; PENZ, Elfriede. Methods of Studying Economic Decisions in Private Households. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 111, p. 81-108, dez. 2016.

KIYOSAKI, Robert T. **Independência Financeira**. Rio de Janeiro: Editora Elsevier, 2002.

KOLLER, Silvia H.; ANTONI, Clarissa de; CARPENA, Maria Elisa Fontana. Famílias de crianças em situação de vulnerabilidade social. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, Maycoln L. M. (Org.). **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 156-165.

LEVY, Maria Stella Ferreira. A escolha do cônjuge. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 117-133, 2009.

MADANES, Cloé; MADANES, Cláudio. **O significado secreto do dinheiro**. Campinas: Editorial Psy, 1997.

MADDEN, Charles Stanley. **The effect of conflict awareness on interspousal decision making in highly involving purchases**. Unpublished philosophical dissertation. University of Nebraska, Lincoln, NA, 1982.

MAGALHÃES, Andréa Seixas. Conjugalidade e Parentalidade na Clínica com Famílias. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Casal e Família: Permanências e Rupturas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2009. p. 205-217.

MARKMAN, Howard; STANLEY, Scott M.; BLUMBERG, Susan L. **Fighting for your marriage**. Revised and updated edition. San Francisco: Jossey Bass Inc, 2001.

MAUNO, Saijo; KINNUNEN, Ulla. Perceived job insecurity among dual-earner couples: Do its antecedents vary according to gender, economic sector and the measure used? **Journal of Occupational and Organizational Psychology**, The British Psychological Society, v. 75, p. 295-314, 2002.

McGOLDRICK, Mônica. A união das famílias através do casamento: O novo casal. In: CARTER, Betty; McGOLDRICK, Mônica. **As mudanças no ciclo de vida familiar: Uma estrutura para a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001. p. 184-205.

McGOLDRICK, Mônica; SHIBUSAWA, Tazuko. O ciclo vital familiar. In: WALSH, Froma. **Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade**. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 375-398.

MEIRELLES, Valéria M. **Atitudes, crenças e comportamentos de homens e mulheres em relação ao dinheiro na vida adulta**. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, São Paulo, 2012.

_____. **Feminino superlativo: mulher, família e carreira**. 2001. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

MENEZES, Clarissa Corrêa. **A transição para o casamento**. 271p. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, RS, 2006.

MENEZES, Clarissa C.; LOPES, Rita de C. S. A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. **Revista Brasileira crescimento e desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 52-63, abr. 2007.

MILLS, Robert John et al. The Effects of Gender, Family Satisfaction, and Economic Strain on Psychological Well-Being. **Family Relations**, v. 41, p. 440-445, 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Apresentação. In: GOMES, R. **Pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Instituto Sírio Libanês, 2014.

_____. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MINUCHIN, Salvador. **Families and family therapy**. Cambridge: Harvard University, 1974.

MOREIRA, Alice. Dinheiro no Brasil: Um estudo comparativo do significado do dinheiro entre as regiões geográficas brasileiras. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 7, n. 2, p. 379-387, 2002.

MOREIRA, Alice; TAMAYO, Álvaro. Escala de significado do dinheiro: Desenvolvimento e validação. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 15, n. 2, p. 93-105, 1999.

MORGAN, Lewis Henry. **A Sociedade Primitiva**. Lisboa: Presença, 1976.

MORICI, Ana Carolina. Pós-modernidade: Novos Conflitos e Novos Arranjos Familiares. In: MACEDO, Rosa Maria S. **Terapia Familiar no Brasil na Última Década**. São Paulo: Rocca, 2008. p. 64-71.

MOSMANN, Clarisse; FALCKE, Denise. Conflitos conjugais: motivos e frequência. **Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas Grupais do Estado de São Paulo**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 2, p. 5-16, dez. 2011.

MOSMANN, Clarisse Pereira et al. Qualidade conjugal: Como os casais avaliam seu relacionamento? In: WAGNER, Adriana; MOSMANN, Clarisse Pereira; FALCKE, Denise (Org.). **Viver a dois: Oportunidades e desafios da conjugalidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2015. p. 19-32.

MOSMANN, Clarisse Pereira; ZORDAN, Eliana Piccoli; WAGNER, Adriana. A qualidade conjugal como fator de proteção do ambiente familiar. In: WAGNER, Adriana e col. **Desafios Psicossociais da família contemporânea: pesquisas e reflexões**. Porto Alegre: Artmed, 2011. p. 58-71.

MUNHOZ, Maria Luiza Puglisi. Estudo Longitudinal sobre “Diferenciação de si mesmo” nas Relações Conjugais. In: MACEDO, Rosa Maria S. **Terapia Familiar no Brasil na Última Década**. São Paulo: Rocca, 2008. p. 352-363.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e Feminino na família contemporânea. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, UERJ, RJ, ano 4, n. 1, p. 34-47, 1º sem. 2004.

NETO, João Alves da Silva; STREY, Marlene Neves. Mudanças e Não-mudanças na Conjugalidade. In: MACEDO, Rosa Maria S. **Terapia Familiar no Brasil na Última Década**. São Paulo: Rocca, 2008. p. 435-448.

OLIVEIRA, Débora Silva de. Conjugalidade e a União de Duas Histórias de Vida: Uma Discussão Ilustrada a Partir do Filme “A História de Nós Dois”. **Interação em Psicologia**, v. 16, n. 1, p. 125-133, jan. 2012.

OLIVEIRA, Persio Santos. **Introdução à sociologia**. 25. ed. São Paulo: Editora Ática, 2004. (Série Brasil).

PAHL, Jan. Individualisation in couple finances: who pays for the children? **Social Policy and Society**, v. 4, p. 381-392, 2005.

_____. **Money and marriage**. London: MacMillan, 1989.

PAPP, Lauren M.; CUMMINGS, E. Mark; GOEKE-MOREY, Marcie C. For Richer, for Poorer: Money as a Topic of Marital Conflict in the Home. **Family Relations**, v. 58, p. 91-103, 2009.

PERGHER, Nicolau Kuckartz. Variáveis que devem ser consideradas na avaliação da qualidade do relacionamento conjugal. **Revista Perspectivas**, v. 01, n. 02, p. 116-129, 2010.

PIRES, Eugenia Koutsantonis Portella. Talassemia e o Ciclo Vital. In: MACEDO, Rosa Maria S. **Terapia Familiar no Brasil na Última Década**. São Paulo: Rocca, 2008. p. 221-231.

RHOADES, Galena K.; STANLEY, Scott M.; MARKMAN, Howard J. Should I stay or should I go? Predicting dating relationship stability from four aspects of commitment. **Journal of Family Psychology**, v. 24, n. 5, p. 543-550, 2010.

RICK, Scott I.; SMALL, Deborah A.; FINKEL, Eli J. Fatal (fiscal) attraction: Spendthrifts and tightwads in marriage. **Journal of Marketing research**, v. 48, n. 2, p. 228-237, 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

- RIPOLL-NÚÑEZ, Karen; ARRIETA, Karen Martínez. Cuentas conjuntas o separadas: administración del dinero en familias de primera unión y reconstituidas. **Summa Psicológica UST (En línea)**, v. 9, n. 2, p. 43-55, 2012.
- ROBILA, Mihaela; KRISHNAKUMAR, Ambika. Effects of economic pressure on marital conflict in România. **Journal os Family Psychology**, v. 19, p. 246-251, 2005.
- ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Investimento da mulher no mercado de trabalho: repercussões na família e nas relações de gênero. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e Casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Prospectiva, 2015. p. 103-117.
- RODRIGUES, Suzana Carvalho Maia Vasconcelos. **O dinheiro da mulher e suas implicações no casamento contemporâneo: uma visão feminina**. 2008. 107 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.
- ROSE, Gregory M.; ORR, Linda M. Measuring and exploring symbolic money meanings. **Psychology & Marketing**, v. 24, n. 9, p. 743-761, set. 2007.
- ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- RUSSO, Gláucia. Amor e dinheiro: Uma relação possível? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. 61, p. 121-134, 2011.
- SATTLER, Marli et al. O ciclo de vida do casal. **Pensando Famílias**, v. 1, p. 41-47, 1999.
- SCHEEREN, Patrícia et al. Como se caracterizam os conflitos conjugais? In: WAGNER, Adriana; MOSMANN, Clarisse Pereira; FALCKE, Denise (Org.). **Viver a dois: Oportunidades e desafios da conjugalidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2015. p. 33-49.
- SCHWANDT, Tomas. As três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DEZIN, Norman Kent (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.
- SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Dyadic adjusting in conjugal relation: assessment of well-being in marriage. **Revista Brasileira crescimento desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 22, n. 3, p. 367-372, 2012.
- SILVA, Eduardo D. **Gestão em Finanças Pessoais: uma metodologia para se adquirir educação e saúde financeira**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2004.
- SILVA, Lúcio Andrade; SCORSOLINI-COMIN, Fabio; SANTOS, Manoel Antônio dos. Casamentos de Longa Duração: Recursos Pessoais como Estratégias de Manutenção do Laço Conjugual. **Psico-USF**, Campinas-SP, v. 22, n. 2, p. 323-335, maio/ago. 2017.
- SONNENBERG, Stefanie J. Household financial organisation and discursive practice: managing money and identity. **Journal of Socio-Economics** v. 37, p. 533-551, 2008.

SOUZA, Ana Maria Nunes de. **A família e seu espaço**. Uma proposta de Terapia Familiar. Rio de Janeiro: Agir, 1985.

SPANIER, G. B. Married and unmarried cohabitation in the United States: 1980. **Journal of Marriage and the Family**, v. 45, n. 2, p. 84-101, 1983.

STAUDT, Ana Cristina Pontello; WAGNER, Adriana. Paternidade em tempos de mudança. **Psicologia: teoria e prática**, v. 10, n. 1, p. 174-185, 2008.

TARTUCE, Flávio. **Direito Civil**. v. 5: Direito de Família. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

TEYKAL, Carolina Macedo; ROCHA-COUTINHO, Maria Lucia. O homem atual e a inserção da mulher no mercado de trabalho. **Psicologia (PUCRS)**, v. 38, n. 3, p. 262-268, 2007.

VIEIRA, Marcelo Milano Falcão; ZOUAIN, Deborah Moraes. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WAGNER, Adriana; FALCKE, Denise. Viver a dois: uma proposta de intervenção psicoeducativa na conjugalidade. In: FÉRES-CARNEIRO, Terezinha (Org.). **Família e Casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Prospectiva, 2015. p. 149-163.

WAGNER, Adriana; MOSMANN, Clarisse. Intervenção na conjugalidade: estratégias de resolução de conflitos conjugais. 2012. In: BAPTISTA, Makilim Nunes; TEODORO, MAYCOLN, L. M. (Org.). **Psicologia de família: teoria, avaliação e intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2012. p. 240-263.

WAGNER, Adriana; MOSMANN, Clarisse Pereira; NEUMANN, Angélica Paula. Investigando as oportunidades e os desafios da conjugalidade. In: WAGNER, Adriana; MOSMANN, Clarisse Pereira; FALCKE, Denise (Org.). **Viver a dois: Oportunidades e desafios da conjugalidade**. São Leopoldo: Sinodal, 2015. p. 07-17.

WALDEMAR, José Ovídio Copstein. Terapia de casal. In: CORDIOLI, Aristides Volpato (Org.). **Psicoterapias: Abordagens Atuais**. Porto Alegre: Artmed, 2008. p. 246-262.

WALSH, Froma. Diversidade e complexidade nas famílias do século XXI. In: _____. **Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade**. Tradução: Sandra Maria Mallman da Rosa. Porto Alegre: Artmed, 2016. p. 3-27.

WEATHERFORD, Jack. **A História do Dinheiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

WERNIMONT, Paul F.; FITZPATRICK, Susan. The meaning of money. **Journal of Applied Psychology**, v. 56, p. 218-226, 1972.

WHITAKER, Carl A.; BUMBERRY, William M. **Dançando com a família**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

WILLI, Jürg. A construção diádica da realidade. In: ANDOLFI, Maurizio; ANGELO, Claudio; SACCU, Carmine (Org.). **O casal em crise**. São Paulo: Summus, 1995. p. 15-27.

YODANIS, Carrie; LAUER, Sean. Economic inequality in and outside of marriage: Individual resources and institutional context. **European Sociological Review**, v. 23, n. 5, p. 573-583, 2007a.

_____. Managing money in marriage: Multilevel and cross-national effects of the breadwinner roles. **Journal of Marriage and Family**, v. 69, p. 1307-1325, 2007b.

ZIVIANI, Cílio; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha; MAGALHÃES, Andrea Seixas. Pai e mãe na conjugalidade: aspectos conceituais e validação de construto. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 22, n. 52, p. 165-175, 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário sociodemográfico

Data de aplicação: ____ / ____ / ____

SEXO: MASCULINO () FEMININO ()

IDADE: ____ ANOS

ESTADO CIVIL: CASADO (A): () UNIÃO ESTÁVEL: () OUTROS: ()

HÁ QUANTO TEMPO ESTÁ COM O ATUAL COMPANHEIRO (A): ____ ANOS

ESCOLARIDADE:

() 1ª A 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANTIGO PRIMÁRIO)

() 5ª A 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANTIGO GINÁSIO)

() ENSINO MÉDIO (ANTIGO 2º GRAU)

() ENSINO SUPERIOR

() ESPECIALIZAÇÃO

() CURSO PROFISSIONAL - QUAL (_____)

PROFISSÃO: _____

TRABALHA: SIM () NÃO ()

SE SIM, COM QUÊ: _____

ESCOLARIDADE DO COMPANHEIRO (A):

() 1ª A 4ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANTIGO PRIMÁRIO)

() 5ª A 8ª SÉRIE DO ENSINO FUNDAMENTAL (ANTIGO GINÁSIO)

() ENSINO MÉDIO (ANTIGO 2º GRAU)

() ENSINO SUPERIOR

() ESPECIALIZAÇÃO

() CURSO PROFISSIONAL - QUAL (_____)

PROFISSÃO DO COMPANHEIRO (A): _____

RENDA MENSAL, DO CASAL, APROXIMADAMENTE:

() DE 1 A 3 SALÁRIOS MÍNIMOS (DE R\$ 880,00 ATÉ R\$ 2.640,00)

() DE 3 A 6 SALÁRIOS MÍNIMOS (DE R\$ 2.640,00 ATÉ R\$ 5.280,00)

() DE 6 A 9 SALÁRIOS MÍNIMOS (DE R\$ 5.280,00 ATÉ R\$ 7.920,00)

- DE 9 A 12 SALÁRIOS MÍNIMOS (DE R\$ 7.920,00 ATÉ R\$ 10.560,00)
 DE 12 A 15 SALÁRIOS MÍNIMOS (DE R\$ 10.560,00 ATÉ R\$ 13.200,00)
 MAIS DE 15 SALÁRIOS MÍNIMOS (MAIS DE R\$ 13.200,00)

RECEBE AJUDA FINANCEIRA? SIM () NÃO ()

SE SIM, DE QUEM? _____

AJUDA ALGUÉM FINANCEIRAMENTE? SIM () NÃO ()

SE SIM, QUEM? _____

COMO CLASSIFICA SUA SITUAÇÃO ECONÔMICA: EXCELENTE ()

BOA () RUIM ()

COMO VOCÊS ADMINISTRAM AS FINANÇAS? _____

AS CONTAS BANCÁRIAS SÃO CONJUNTAS OU SEPARADAS? _____

VOCÊ SABE QUANTO SEU COMPANHEIRO (A) GANHA: SIM () NÃO ()

VOCÊS CONTRIBUEM IGUALMENTE NAS DESPESAS DA CASA?

SIM () NÃO ()

APÊNDICE B – Roteiro de entrevista

(O dinheiro na conjugalidade)

Data de aplicação: ____ / ____ / ____

- 1 - Qual o significado do dinheiro para você?
- 2 - Como vocês planejam os gastos financeiros?
- 3 - Em relação aos gastos:
 - A) O que você considera como prioridade?
 - B) E seu/sua companheiro/a?
- 4- Quando existe algum conflito, em que medida o dinheiro está envolvido?
- 5 – Quando há discordância em relação aos gastos financeiros:
 - a) Como vocês reagem?
 - b) Como resolvem?
- 6 – Essa forma de enfrentamento dos conflitos está surtindo efeito?
- 7 – Se não, como você acha que os conflitos poderiam ser solucionados?
- 8 - Gostaria de acrescentar mais alguma coisa acerca dessa questão?

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido

Prezado(a) participante:

1. Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada “Conjugalidade Financeira: manejo e interferência do dinheiro na vida do casal”.
2. A seleção ocorreu através do método intencional e a sua participação não é obrigatória.
3. Você poderá, a qualquer momento, desistir de participar e retirar seu consentimento.
4. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a Universidade Católica de Pernambuco.
5. Os objetivos deste estudo são: Compreender em quais aspectos o manejo do dinheiro, pelo casal, interfere na relação conjugal, buscando assim analisar o significado que o dinheiro tem para cada membro da díade conjugal; identificar a forma de administração das finanças pelo casal; identificar a existência de possíveis problemas enfrentados pelo casal relacionados às questões financeiras e identificar estratégias de enfrentamento utilizadas pelo casal na resolução de conflitos.
6. Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder a um questionário sociodemográfico e a uma entrevista sobre os referidos objetivos. A aplicação do questionário e da entrevista será realizada em local de sua escolha e conveniência. A entrevista será gravada e posteriormente transcrita de forma literal. O material gravado será guardado em local seguro, sob responsabilidade da pesquisadora, por um período de tempo de cinco anos (tempo recomendado pelo Código de ética do Psicólogo). Extinguido o prazo, o material será incinerado.
7. Embora não se pretenda causar danos físicos e/ou psicológicos, é possível que diante da entrevista, o tema mobilize certas questões emocionais. Caso haja necessidade, a pesquisadora irá assegurar o apoio psicológico através da Clínica de Psicologia da UNICAP.
8. Os benefícios relacionados com a sua participação nesta pesquisa estão relacionados ao fato de você perceber de forma mais clara a forma de administração de finanças e os possíveis conflitos decorrentes desta. Quanto aos resultados, estes poderão propiciar uma compreensão acerca do manejo dessas finanças, beneficiando dessa forma casais e profissionais que lidam com essa temática.
9. As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os resultados gerais obtidos através da pesquisa serão utilizados apenas para alcançar os objetivos propostos no trabalho, incluindo sua publicação na literatura científica especializada.
10. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação; portanto, todos os informes que possam identificá-lo serão alterados, sendo utilizado nome fictício.

11. Você receberá uma cópia deste termo onde constam o telefone e o endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

DADOS DO PESQUISADOR PRINCIPAL (ORIENTADOR)

Nome: CRISTINA MARIA DE SOUZA BRITO DIAS

Assinatura

Endereço: RUA ALMEIDA CUNHA, 245, SANTO AMARO, BLOCO G4 – UNICAP.
Telefone: 2119-4172 (Departamento de Psicologia)

DECLARAÇÃO PÓS-LEITURA:

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios da minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP que funciona na PRÓ-REITORIA ACADÊMICA da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, localizada na RUA ALMEIDA CUNHA, 245 – SANTO AMARO – BLOCO G4 – 8º ANDAR – CEP 50050-480 RECIFE – PE – BRASIL. TELEFONE (81). 2119.4376 – FAX (81) 2119.4004 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: pesquisa_prac@unicap.br
Recife, ____ de _____ de 2017.

Participante da pesquisa